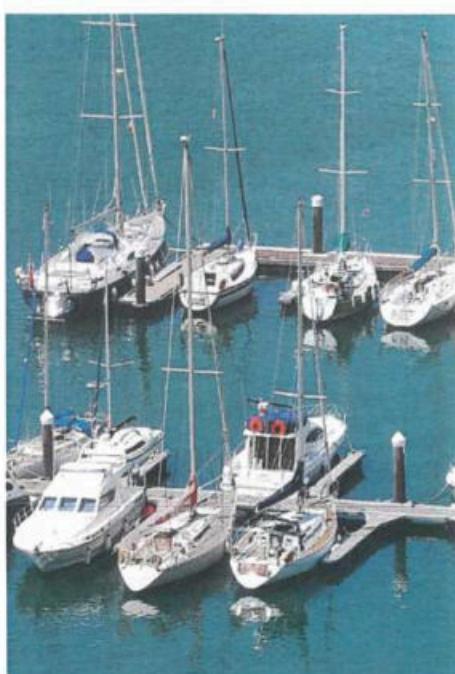


RELATÓRIO



2023

APROVADO 11.03.24

Sérgio Faias
Presidente do
Conselho de Administração
João Pedro Correia
Vogal do
Conselho de Administração

Rita Lourenço
Vogal do
Conselho de Administração

GESTÃO E CONTAS
DO EXERCÍCIO

Índice

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	8
NOTA PRÉVIA	9
1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE E PORTARIA N.º 317-A/2021, DE 23 DE DEZEMBRO) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	10
a) <i>Objetivos definidos pelo acionista para 2023.....</i>	10
b) <i>Execução do plano de atividades e orçamento para 2023.....</i>	12
c) <i>Execução do Plano de Investimento</i>	13
d) <i>Contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado.....</i>	13
e) <i>Empresas públicas do perímetro de consolidação das Administrações Públicas</i>	13
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	13
3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	15
4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")	15
5. DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA	16
6. DILIGÊNCIAS TOMADAS PARA SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	18
7. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITOR EXTERNO	19
a) <i>Órgãos sociais.....</i>	19
b) <i>Auditor externo</i>	25
8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO.....	26
a) <i>Cartões de crédito</i>	26
b) <i>Despesas de representação pessoal.....</i>	26
c) <i>Despesas associadas a comunicações</i>	26
d) <i>Valor do combustível e portagens.....</i>	27
9. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS	27
10. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS	27
11. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE	28
12. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E RESPEITIVO RELATÓRIO ANUAL	28
13. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	29
a) <i>Aplicação das normas vigentes em 2023</i>	29
b) <i>Procedimentos internos.....</i>	29

c) Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros	29
14. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS	29
15. EFICIÊNCIA OPERACIONAL EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (ART.º 133.º DO DLEO 2023)	31
16. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL	34
17. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	34
18. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	35
19. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA	36
20. QUADRO COM INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	37
21. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	37
22. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	39
3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	41
4. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA DA DOCAPESCA	104
1. INTRODUÇÃO	105
2. DOCAPESCA, UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL	106
a) <i>Compromisso com a sustentabilidade</i>	106
b) <i>Ética, transparência e credibilidade</i>	107
3. OS NOSSOS MARES	109
a) <i>Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos</i>	109
b) <i>Lixo marinho</i>	111
c) <i>Maximização do valor do pescado</i>	111
d) <i>Atratividade da primeira venda em lota</i>	114
e) <i>Comunicação e sensibilização do consumidor</i>	115
f) <i>Inovação, investigação e desenvolvimento</i>	116
4. AS NOSSAS PESSOAS E COMUNIDADES	117
a) <i>Gestão do talento</i>	117
b) <i>Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores</i>	120
c) <i>Interação com a comunidade</i>	122
5. AS NOSSAS OPERAÇÕES	124
a) <i>Manutenção e modernização dos estabelecimentos</i>	124
b) <i>Energia e mobilidade</i>	125
c) <i>Gestão de água e efluentes</i>	127
d) <i>Promoção da economia circular</i>	128
e) <i>Compras sustentáveis e gestão de fornecedores</i>	131
5. PERFORMANCE DA DOCAPESCA	133
1. DIREÇÃO JURÍDICA (DJ)	134

2. DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)	136
3. DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E MODERNIZAÇÃO DE ATIVOS (DIMA)	144
4. DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)	145
5. DIREÇÃO DE QUALIDADE, CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR (DQA)	147
6. DIREÇÃO FINANCEIRA (DF)	149
7. DIREÇÃO DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO (DSM)	152
8. DIREÇÃO COMERCIAL, DE COMUNICAÇÃO E MARKETING (DCM)	155
9. GABINETE DE ESTATÍSTICA (GE)	162
10. GABINETE DE AUDITORIA INTERNA (GAI)	171
11. GABINETE DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL (GPCO)	173
6. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
175	
ANEXOS – TABELA GRI.....	202

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

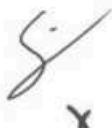
A Docapesca – Portos e Lotas, S.A. concluiu mais um ano de intensa atividade, continuando a afirmar-se como uma empresa sólida, que presta um serviço público único ao setor da pesca e a um alargado conjunto de agentes económicos que com ela se relacionam.

Sabemos que os nossos parceiros olham para a empresa, e para os nossos trabalhadores, como uma referência e como aqueles que estão sempre prontos a ajudar e a tornar mais fácil a sua atividade. E nos tempos conturbados que hoje vivemos, esta solidez e o percurso conjunto de mais de seis décadas são fundamentais para a estabilidade de todo o setor.

Depois de uma profunda crise económica e financeira mundial, a que se seguiu uma pandemia, para a qual nenhum de nós estava preparado, uma crise energética e uma crise de elevada inflação, ainda não totalmente dissipada, deparamo-nos hoje com um cenário crescente de conflito, um pouco por todo o mundo, que não nos pode deixar descansados. A grande ebullição que se vive lá fora, exige que nos mantenhamos também despertos para o que se passa no nosso país, e mobilizarnos para não acrescentar incerteza à incerteza, nem contribuir para a degradação da solidez das instituições que nos servem de referência e que são o garante de estabilidade do nosso viver.

Na Docapesca temos consciência que a resposta a todas as solicitações dos nossos parceiros, implica preparação, conciliação e planeamento, e um continuo exercício de otimização dos limitados recursos disponíveis, nem sempre compreendido por quem aguarda, impacientemente, uma resposta às suas necessidades. Apesar de todas estas condicionantes internas e externas, temos tido a capacidade e a agilidade técnica e financeira para, um pouco por todo o país, dar resposta a essas necessidades e, de forma contínua, melhorar o nosso desempenho na prestação de serviços e nas condições que disponibilizamos nas nossas infraestruturas.

Felizmente, os grandes números demonstram essa mesma capacidade de nos conseguirmos superar a cada ano, traduzidos em alguns dos indicadores dos três últimos anos consecutivos. No ano de 2021, atingimos o maior valor de venda em lota, desde que existem registo, ultrapassando os 251 milhões de euros. Em 2022 atingimos o maior preço médio registado na primeira venda, na ordem dos 2,48 €/kg, e em 2023, conforme se reporta no presente documento, atingimos o maior valor de investimento já realizado na modernização dos nossos portos e lotas, ultrapassando os 11 milhões de euros, resultado do esforço de maximização da utilização dos fundos disponibilizados pelo Programa Operacional MAR2020.



Assim, a Docapesca, sob o lema "Inovar Juntos Para Uma Transformação Positiva", quer continuar a contribuir para um setor, cada vez mais moderno e atrativo para as camadas mais jovens e preparadas, quer contribuir para aliar essas novas competências, ao saber fazer, e a todo o conhecimento empírico dos mais experientes, criando assim mais valor aos produtos e gerando maior prosperidade às nossas comunidades.

Temos estado à frente na transição digital, desenvolvendo ferramentas que são hoje uma referência internacional, das quais se pode destacar, por exemplo, a aplicação PeRAIA, que em 2023 ficou hoje disponível para os nossos pescadores e cientistas recolherem mais dados e fundamentar as futuras capacidades de pesca. Ou a aplicação Alagem Digital, também desenvolvida em 2023, que vai permitir, de forma ágil e transparente, agendar serviços nos nossos portos e estaleiros.

Temos também estado na dianteira da transição energética, dotando os nossos portos com capacidade de produzir energia renovável, monitorizando e otimizando consumos, e disponibilizando sistemas para carregamento de veículos elétricos. Saliente-se a entrada em funcionamento, em 2023, dos parques fotovoltaicos e respetivos sistemas de carregamento de veículos elétricos nos portos de pesca de Sines, de Lagos e de Olhão.

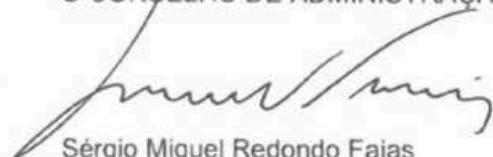
Somos ainda uma referência na sustentabilidade ambiental. Na qual, com o envolvimento de cerca de 4.000 pescadores, distribuídos por 24 portos de pesca do país, temos implementado o projeto "A Pesca por um Mar Sem Lixo", que muito tem contribuído para voltarmos a ter oceanos saudáveis, fundamentais para um setor da pesca com futuro.

Mas a diversidade de atividades a que a Docapesca se dedica, permite-nos ainda outras concretizações. Assim, dando cumprimento ao designio do Governo para descentralizar competências e reforçar a capacidade de intervenção do poder local, em 2023, celebrámos e estamos a pôr em prática, os protocolos de transferência de competências das áreas sem utilização portuária exclusiva, para 10 municípios.

Também no domínio da náutica de recreio foi possível fazer consideráveis progressos em 2023. Atribuimos uma nova área de concessão à Marina de Lagos, que vai agora poder melhorar a quantidade e a qualidade da sua oferta de serviços, e da qual resultou um importante conjunto de contrapartidas para os profissionais da pesca, e em Vilamoura, que é já hoje uma das 10 mais importantes marinas do mundo, foi possível atribuir uma nova concessão, que vai permitir receber embarcações até 40 metros de comprimento. Um projeto âncora, cuja obra já começou, e que muito irá contribuir para que o nosso país seja cada vez mais atrativo para segmentos de turismo premium, capaz de criar maior valor acrescentado e emprego mais qualificado.

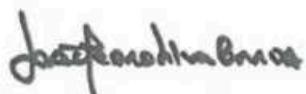
Temos a certeza de que os objetivos que diariamente se colocam, só são possíveis atingir com o empenho, com o envolvimento e com a dedicação, a que todos os nossos trabalhadores nos habituaram e que devemos ter sempre presente que a concretização destes objetivos é o garante de que continuamos a cumprir a nossa missão, a prestar um melhor serviço público, e a contribuir para a continuidade futura e sustentável da Docapesca e do setor.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



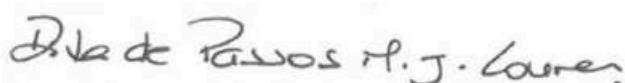
Sérgio Miguel Redondo Faias

(Presidente)



João Pedro da Silva Correia

(Vogal)



Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço

(Vogal)

2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Nota Prévias

No âmbito da legislação publicada sobre o processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, em concreto, a sua regulamentação por via do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, em relação às áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à Atividade Portuária, e do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril, em relação ao serviço público de transporte de passageiros regular e transporte turístico em vias navegáveis interiores), a Docapesca deve proceder à transferência de competências para os municípios relativamente à gestão, bem como de ativos, de áreas de domínio público que à data se encontravam sua área de jurisdição (que transitaram para a Docapesca do ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos pelo Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro).

No caso da Docapesca, o processo de transferência de competências, que culmina com a homologação dos protocolos pelas Tutelas e a respetiva celebração com os municípios, abrange 21 municípios, sendo que destes foram celebrados, em 2023, dez protocolos com as seguintes autarquias:

- a) Faro, Olhão, Tavira, Lagos, Portimão e Albufeira – protocolos assinados em 29 de maio de 2023, com produção de efeitos a 1 de junho de 2023;
- b) Nazaré e Peniche - protocolos assinados em 20 de setembro de 2023, com produção de efeitos a 1 de outubro de 2023;
- c) Póvoa de Varzim - protocolo assinado em 6 de dezembro de 2023, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2024;
- d) Esposende - protocolo assinado em 13 de dezembro de 2023, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2024.

Este processo de transferência de competências, apesar de ainda não estar concluído, assume já em 2023 grande relevância para a Docapesca, uma vez que, apesar de não ter abrangido a totalidade do ano, teve impacto negativo nos rendimentos da empresa e, consequentemente, nos seus resultados. Projeta-se para 2024 uma quebra superior nos rendimentos, dado que para estes 10 protocolos, a redução abrangerá a totalidade do ano, à qual acrescerá nova quebra caso sejam assinados outros protocolos no decurso do ano,

Por outro lado, não houve desfecho para o processo que corre nos tribunais relativamente aos trabalhadores do ex-IPTM (correu termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, e encontra-se na fase de recurso da decisão de 1^a instância, pelo que se encontra a aguardar decisão do Tribunal Central Administrativo), razão pela qual não pode concretizar-se a transferência dos trabalhadores que estavam afetas às atividades que já foram transferidas para os municípios, pelo que não há diminuição nos gastos com pessoal.

A relevância deste processo encontra-se espelhada nas contas da Docapesca para o exercício de 2023, tendo sido contabilizado de acordo com o parecer da CNC que incorporaram os efeitos e impactos que a transferência de competências introduziu na empresa, devidamente previstos na revisão do PAO 2023 realizada em setembro, e que serviu para a projeção de 2023 incluída no PAO

2024.. Sendo o ano de 2023 o ano da transição, a empresa tem desenvolvido esforços no sentido de adaptação à nova realidade, procurando também encontrar alternativas que permitam compensar a quebra de resultados,

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos definidos pelo acionista para 2023

A avaliação dos objetivos de gestão é habitualmente feita de acordo com os objetivos constantes dos contratos de gestão dos membros do Conselho de Administração.

Após a nomeação do Conselho de Administração, para o triénio 2022-2024, que produziu efeitos a partir de 1 de agosto de 2022, foram elaboradas propostas de contratos de gestão, no âmbito da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, e enviadas para a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização das empresas do setor público empresarial (UTAM), no final de 2022, para a respetiva avaliação.

Em setembro de 2023, em cumprimento do despacho do Secretário de Estado do Tesouro, a UTAM remeteu os pareceres sobre as propostas de contratos de gestão, com a indicação da necessidade de proceder à revisão das minutas. Face aos pareceres, as minutas foram adaptadas de modo a ir ao encontro das considerações ali contidas, tendo sido remetidas à UTAM no início do mês de dezembro de 2023. Até à presente data, para o triénio 2022-2024, não foram celebrados contratos de gestão.

A avaliação foi efetuada com base nos objetivos previstos no PAO 2023 e, no caso dos objetivos financeiros, com base nos previstos na revisão do PAO 2023, coincidente com a projeção para 2023 do PAO 2024. Refira-se que esta revisão reflete os efeitos decorrentes do processo de transferência de competências (conforme referido na Nota Prévia).

De referir ainda que os objetivos incluídos nas propostas de contratos de gestão fazem parte do conjunto dos objetivos do PAO 2023, embora as propostas não integrem a totalidade destes objetivos. Assim, de modo a avaliar todos os objetivos, foi dada a seguinte ponderação:

- para os objetivos considerados estratégicos na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, que compõem o "Objetivo Estratégico 11 - Garantir o cumprimento das metas económico-financeiras" do "Vetor 4 – Eficiência Organizacional", foi atribuído um peso de 10% a cada um dos 4 indicadores;
- para a atribuição dos restantes 60% foi considerado um peso de 15% para cada vetor, sendo que o "Vetor 4 – Eficiência Organizacional", acumula estes 15% com os 40% do Objetivo Estratégico 11.

Os valores que se apresentam no Quadro 1 – Objetivos de Gestão, relativos ao grau de cumprimento dos objetivos de gestão consideram toda a atividade da empresa, bem como a atividade que transitou para a Docapesca ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro e, ainda a

redução da atividade que resultou do processo de transferência de competências. Para cada indicador é estabelecido o objetivo anual de 100%.

Quadro 1 - Objetivos de Gestão

	Obs.	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão 2023			
			Proposto	Executado	Execução percentual	Execução percentual ponderada
Vetor 1 - Relação com a comunidade		15,00%			112,63%	16,90%
OE 1 - Afirmar a Docapesca enquanto entidade de referência e promover a confiança do consumidor		7,50%			125,27%	9,40%
KPI 1.1 - Valor médio obtido no inquérito de satisfação realizado aos clientes da empresa		3,75%	3,75	3,77	100,5%	3,77%
KPI 1.2 - Redução do n.º de reclamações validas, face ao ano anterior		3,75%	10%	15%	150,0%	5,63%
OE 2 - Desenvolver e aprofundar o relacionamento de proximidade com as comunidades		7,50%			100,00%	7,50%
KPI 2.1 - N.º de partes interessadas envolvidas		3,75%	100%	100%	100,0%	3,75%
KPI 2.2 - N.º de projetos (*) de proximidade e apoio à comunidade		3,75%	5	5	100,0%	3,75%
Vetor 2 - Sustentabilidade do Setor Alimentar do Mar		15,00%			106,67%	16,00%
OE 3 - Transformar os portos de pesca em portos sustentáveis		10,00%			110,0%	11,00%
KPI 3.1 - N.º de portos de pesca com classificação de porto sustentável		5,00%	Definição do conceito	Parcialmente realizado	50,0%	2,50%
KPI 3.2 - % de consumo energético nos portos de pesca resultante de autoprodução com origem em fontes de energia renovável		5,00%	2,60%	4,42%	170,0%	8,50%
OE 4 - Promover um setor mais sustentável		5,00%			100,0%	5,00%
KPI 4.1 - Promover concursos (*) de projetos inovadores		5,00%	1	1	100,0%	5,00%
Vetor 3 - Valorização e Diversificação da Atividade		15,00%			55,71%	8,36%
OE 5 - Reforçar os sistemas de sustentabilidade		3,75%			50,0%	1,88%
KPI 5.1 - Definição do conceito CCL para aquacultura e ações de divulgação (*)		3,75%	Definição do conceito	Parcialmente realizado	50,0%	1,88%
OE 6 - Valorizar os produtos do setor alimentar do mar		7,50%			76,4%	4,61%
KPI 6.1 - N.º de estudos (*) realizados no âmbito da cadeia de valor		3,75%	1	0	30,0%	1,13%
KPI 6.2 - N.º de lotas (*) com certificação NP EN ISO 22000		3,75%	14	13	92,9%	3,48%
OE 7 - Desenvolver novos serviços e áreas de negócio		3,75%			50,0%	1,88%
KPI 7.1 - N.º de novos serviços/áreas de negócio implementadas		3,75%	2	1	50,0%	1,88%
Vetor 4 - Eficiência Organizacional		55,00%			94,53%	51,99%
OE8 - Desenvolver, melhorar e padronizar a organização		3,00%			100,0%	3,00%
KPI 8.1 - n.º de processos críticos reestruturados		3,00%	2	2	100,0%	3,00%
OE9 - Aprofundar e acelerar a transição digital		6,00%			83,3%	5,00%
KPI 9.1 - % de processos críticos digitais		3,00%	3	2	66,7%	2,50%
KPI 9.2 - N.º de serviços digitalmente disponibilizados		3,00%	2	2	100,0%	3,00%
OE10 - Promover uma cultura organizacional que valorize a mudança		6,00%			96,8%	5,81%
KPI 10.1 - Taxa de execução do plano de formação interno (%)		3,00%	96,0%	89,0%	93,7%	2,81%
KPI 10.2 - RH com formação em gestão da mudança (%) **		3,00%	10,0%	10,0%	100,0%	3,00%
OE11 - Garantir o cumprimento das metas económico-financeiras		40,00%			95,5%	38,16%
KPI 11.1 - Volume de Negócios (€)	1)	10,00%	29.777.493	29.932.240	100,5%	10,05%
KPI 11.2 - Eficiência operacional (%)	2)	10,00%	82,2%	82,7%	99,4%	9,94%
KPI 11.3 - Prazo Médio de Pagamento (Dias)	3)	10,00%	40	36	102,6%	10,26%
KPI 11.4 - Resultados Líquidos (€)	4)	10,00%	1.053.705	835.947	79,3%	7,93%
Total		100,00%				93,24%

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

2) (CMVMC+FSE+GcPYVN - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

3) PMP, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2006, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9670/2009, de 13 de abril.

4) Resultado Líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

O Quadro 1 evidencia que a Docapesca atingiu um grau de execução de 93,24% relativamente aos objetivos definidos. De salientar que o ano de 2023 foi o primeiro ano de execução do Plano Estratégico 2023-2025, pelo que se verificaram alguns atrasos no início dos projetos. Sendo um plano bastante ambicioso, perspetiva-se que a maioria das iniciativas previstas no âmbito dos objetivos estratégicos, e que ainda não foram iniciadas, sejam desenvolvidas nos anos 2024 e 2025.

Já no que respeita aos indicadores financeiros, os que constam do OE 11, o Volume de Negócios e o PMP superaram a meta prevista na projeção para 2023, e o rácio da eficiência operacional e o resultado líquido foram inferiores à projeção. Tal facto ficou a dever-se essencialmente ao acréscimo das imparidades de clientes, acima do que havia sido previsto em sede de projeção.

b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2023

Os indicadores que se apresentam no mapa seguinte são, em parte, os que se apresentaram no ponto anterior, já que constam do conjunto dos objetivos de gestão do Conselho de Administração.

Conforme se pode observar, foi adicionada uma coluna para incluir os valores da projeção para 2023, coincidente com a revisão do PAO 2023, constante do PAO 2024 e efetuada no âmbito da celebração dos protocolos com as autarquias referentes ao processo de transferência de competências, como atrás referido.

Assim, a comparação foi efetuada face aos valores previstos na projeção para 2023, garantindo deste modo a comparabilidade dos valores. Importa salientar que apesar da incerteza que se continua a verificar resultante do conflito armado do leste europeu e dos efeitos da inflação, foi o segundo melhor ano de sempre ao nível do valor da primeira venda de pescado em Iota, com o reflexo nas taxas de primeira venda e todas as atividades conexas. Consideramos que tal acontece também devido às melhores condições asseguradas na transação do pescado, conduzindo a uma valorização deste.

Dado que a Docapesca não tem endividamento, indicador Dívida Financeira Líquida/EBITDA não foi calculado.

Indicadores	Projeção 2023 (1)	PAO 2023 (2)	Executado 2023 (3)	Desvio (+/-) (3)-(1)	Observações / Medidas
Resultado Líquido	1.053.705,00 €	1.759.349,00 €	835.947,08 €	- 217.757,92 €	
EBITDA	5.797.636,00 €	6.928.737,00 €	5.547.555,51 €	- 250.080,49 €	
Resultado Operacional ⁽¹⁾ (EBIT)	1.798.379,00 €	2.664.967,00 €	1.626.062,44 €	- 172.316,56 €	
Volume de Negócios ⁽²⁾	29.777.493,00 €	29.962.139,00 €	29.932.240,17 €	154.747,17 €	
Endividamento	- €	- €	- €	- €	
Dívida Financeira Líquida ⁽³⁾ /EBITDA	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	A comparação foi efetuada face aos valores da Projeção para 2023 do PAO 2024, coincidente com a revisão do PAO 2023, uma vez que estes dados incorporam os impactos e efeitos do processo de transferência de competências e são comparáveis com a execução de 2023.

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

Como se pode observar, excetuando o volume de negócios, os indicadores situam-se abaixo dos valores projetados para 2023. Tal verificou-se fundamentalmente devido à necessidade de constituição de novas imparidades para fazer face a dívidas de clientes (mais 272,8 mil euros do

que o valor previsto na preparação da projeção para 2023), tendo sido relevante a instauração de novos processos de execução fiscal.

c) Execução do Plano de Investimento

No que aos investimentos diz respeito, apresenta-se de seguida um quadro com os investimentos realizados no ano 2023. Os investimentos realizados foram agrupados por direção de portos e lotas (Norte e Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Algarve) e, ainda, projetos comuns a todas as delegações. Esta agregação foi efetuada com o objetivo de facilitar a leitura, já que existe um número muito elevado de projetos, dispersos por todos os portos ao longo da costa de Portugal Continental,

A execução de 2023 do plano de investimentos situou-se acima do valor inicialmente previsto. De salientar que a maioria dos projetos realizados são objeto de cofinanciamento, designadamente o Programa Operacional Mar 2020. Ora, uma vez que o ano de 2023 coincidiu com o ano de fecho deste programa operacional, e considerando que nos anos anteriores a execução do plano de investimentos se situou em níveis abaixo dos valores previstos, em 2023 houve um esforço considerável de modo a conseguir concretizar os investimentos cofinanciados e obter o respetivo subsídio.

Plano de Investimento	PAO 2023	Executado 2023	Fontes de Financiamento:							Observações/medidas
			Auto-financiamento (Recaudadas próprias)	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundo de Consolidação (*)	PRR	Outras	Desvio (PAO vs. Executado)	
Valor total do investimento:	7.886.967 €	12.013.859 €	7.727.825 €	0 €	0 €	4.285.834 €	0 €	0 €	4.126.852 €	A execução encontrava, na maior parte, acima do valor previsto, o que se justifica pelas seguintes razões:
Direção de Portos e Lotas Norte e Matosinhos	1.317.000 €	2.816.576 €	1.454.134 €	0 €	0 €	1.322.451 €	0 €	0 €	1.480.576 €	1. Os investimentos em questões fazem parte de um plano plurianual pelo que, uma vez iniciado o investimento, geralmente não é possível realizar despesas financeiramente apenas o valor que se encontra previsto para um dado ano;
Direção de Portos e Lotas Centro-Norte	592.500 €	961.424 €	778.056 €	0 €	0 €	163.360 €	0 €	0 €	368.924 €	2. Os valores previstos no plano são as melhores estimativas no momento da sua elaboração, sendo que apesar do momento de conclusão dos procedimentos concorridos podemos saber o exato valor das empreitadas;
Direção de Portos e Lotas Centro	935.000 €	943.403 €	160.257 €	0 €	0 €	783.107 €	0 €	0 €	8.403 €	3. O ano de 2023 correspondeu ao último ano do POMAR 2020, razão pela qual se realizou um enorme esforço de execução com o objetivo de concretizar os projetos contemplados, de modo a garantir os respetivos subsídios, destinados para o POMAR 2030, pelo que o respetivo subsídio deverá ser recebido em 2024;
Direção de Portos e Lotas Centro Sul	1.545.000 €	2.852.625 €	2.012.325 €	0 €	0 €	840.305 €	0 €	0 €	1.307.620 €	4. Foram realizados investimentos que, por motivos alheios à empresa, deixaram para o POMAR 2030, pelo que o respetivo subsídio deverá ser recebido em 2024;
Direção de Portos e Lotas Algarve	2.930.999 €	4.212.077 €	3.085.385 €	0 €	0 €	1.127.652 €	0 €	0 €	1.281.079 €	5. Foram realizados investimentos que, por motivos alheios à empresa, deixaram para o POMAR 2030, pelo que o respetivo subsídio deverá ser recebido em 2024;
Projetos Gerais	566.400 €	226.480 €	187.637 €	0 €	0 €	29.013 €	0 €	0 €	-308.819 €	

d) Contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com Estado

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A..não celebrou quaisquer contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral com o Estado.

e) Empresas públicas do perímetro de consolidação das Administrações Públicas

A Docapesca – Portos e Lotas, S.A..não integra o conjunto de empresas públicas que se encontram no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

2. Gestão do risco financeiro

A Docapesca não detém ativos financeiros, com exceção dos relativos ao Fundo de Compensação de Trabalho e às participações na Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche (SmartOcean) e à Associação para uma Aquacultura

Sustentável e Inteligente (S2Aqua – Laboratório Colaborativo). Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor.

Na sequência de uma consulta ao mercado, e após autorização do acionista, foi celebrado um novo contrato de descoberto bancário com o Banco BPI, S.A., com condições mais favoráveis do que as que estavam em vigor desde 2014. Este contrato foi celebrado em 27 de outubro de 2022 e renovado, com as mesmas condições, em outubro de 2023.

Em 2023, decorrente do grande esforço de investimento realizado com o objetivo de assegurar o cumprimento dos investimentos realizados no âmbito do Programa Operacional Mar 2020, a Docapesca necessitou de recorrer ao descoberto bancário a partir do mês de julho, uma vez que a maior parte dos subsídios ao investimento (comparticipação do Mar 2020) só foi recebida no final do ano.

Acresce ainda realização de investimentos, inicialmente candidatados ao Mar 2020, e que foram candidatos ao Mar 2030, sendo que o montante relativo aos respetivos subsídios apenas deverá ser recebido no ano de 2024.

Realça-se que o recurso ao descoberto bancário ocorreu três vezes durante o ano de 2023, a primeira entre julho e setembro, a segunda em novembro e a última em dezembro. O valor utilizado em cada uma destas operações foi sempre de 625 mil euros. Contudo, o recurso a este instrumento de descoberto bancário foi limitado ao estritamente necessário, procedendo-se ao seu reembolso sempre que a tesouraria o permitia.

De acordo com o Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, a Docapesca relata em seguida a taxa média de financiamento, considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento.

Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	7.624	3.879	3.125	3.125	3.125
Taxa Média de Financiamento (%)	6,13%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Apresenta-se de seguida a taxa média de financiamento, bem como o valor de financiamento médio, decorrente do recurso ao descoberto bancário.

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões s/ as linhas de crédito	Financiamento médio
2019	2,50%	0,00 €	3.125,04 €	0,00 €
2020	2,50%	0,00 €	3.125,04 €	0,00 €
2021	2,50%	0,00 €	3.124,94 €	0,00 €
2022	0,325%	0,00 €	3.879,11 €	0,00 €
2023	4,07%	5.232,50 €	2.391,75 €	124.424,66 €

3. Limite de crescimento do endividamento

A Docapesca não tem endividamento conforme se encontra evidenciado no quadro abaixo.

Variação do Endividamento (execução)	2023	2022
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	- €	- €
Capital Social/Capital Estatutário	- €	- €
Novos Investimentos no ano 2022 (com expressão material)	- €	- €
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	- €	- €

4. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) e atrasos nos pagamentos ("Arrears")

Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, evoluiu, de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023, conforme explicitado no quadro seguinte:

PMP	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	39	37	2	5%

No final de 2023, o PMP situou-se nos 39 dias, registando-se um ligeiro acréscimo face a 31 de dezembro de 2022. Refira-se que a Docapesca continua a cumprir o Programa Pagar a Tempo e Horas, já que o valor de 2023 é inferior a 40 dias.

Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	1.720.262,33 €	- €	- €	- €	- €	- €
Aq. de Capital	1.954.260,88 €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	3.674.523,21 €	- €	- €	- €	- €	- €

A Docapesca não tem dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias.

5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral de 28 de março de 2023, que foi realizada com recurso a meios telemáticos, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas relativas ao exercício de 2022, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de: i) prosseguir as ações tendentes a dirimir as reservas que constam da Certificação Legal de Contas e de ii) dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do art.º 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, relativamente ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, e iii) cumprir com o montante de gastos com pessoal que vier a ser autorizado em sede de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023.

As diligências tomadas pela Docapesca no sentido de ir ao encontro das recomendações do acionista, foram as seguintes:

- (i) Relativamente às ações tomadas com o objetivo de dirimir as reservas que constam da Certificação Legal de Contas,

Na Certificação Legal de Contas constam 2 reservas: uma relativa ao processo de integração dos ativos do ex-IPTM e outra relativa à assunção dos encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre infraestruturas.

No que respeita ao processo de integração dos bens patrimoniais e dominiais anteriormente detidos pelo extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., a empresa procedeu em 2016 à integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária. Ao longo dos anos, e decorrente da necessidade de realizar investimento para garantir a segurança de pessoas e bens, foram sendo integrados no ativo da empresa, com um valor simbólico, os bens nos quais foi realizado investimento, acrescido do valor desse mesmo investimento.

Em relação aos restantes bens patrimoniais, a integração não é possível sem que seja realizada uma avaliação. Contudo, a Docapesca aguardava o processo de transferência de competências para os municípios, conforme previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, em concreto, da sua regulamentação por via do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio e do

Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril. No âmbito deste processo foi determinado que os ativos a transferir não seriam objeto de avaliação patrimonial.

Em 2023 teve início este processo de transferência de competências, sendo que, como atrás referido na nota prévia, foram celebrados 10 protocolos e transferidos os respetivos ativos. Após a celebração dos restantes protocolos, a empresa deverá proceder à avaliação dos ativos que transitaram do IPTM e que permanecem na sua esfera de atuação.

Em relação à segunda reserva, uma vez que, conforme explicado no parágrafo anterior, não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. A empresa encontra-se a aguardar o desenrolar do processo de descentralização que se encontra em curso. Assim, durante o ano de 2023 não se registou qualquer desenvolvimento em relação aos eventuais encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis.

Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo.

- (ii) Na parte que se refere ao cumprimento ao disposto n.º 1 do art.º 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, relativamente ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, que deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019 ou 2022, consoante o que registrar volume de negócios superior importa salientar o seguinte:

O ano de 2022 registou um volume de negócios superior ao verificado em 2019, pelo que a comparação foi feita com o ano de 2022. De modo a garantir a comparabilidade entre os valores de 2022 e de 2023, no ano de 2023 inclui os aumentos remuneratórios acumulados de ambos os anos, bem como os impactos excepcionais também acumulados para ambos os anos, já que o ano de 2023 incorpora os efeitos de aumentos de 2022.

Conforme evidenciado no quadro seguinte, após a correção dos efeitos atrás referida, a Docapesca cumpre com a orientação de diminuição/manutenção do rácio de eficiência operacional.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Execução	2022 Execução
(1) CMVMC	416 274 €	433 483 €
(2) FSE	10 142 188 €	9 579 789 €
(3) Gastos com o pessoal	14 205 139 €	13 402 100 €
i. Efeito do cumprimento de disposições legais ¹⁾	465 364 €	112 212 €
ii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15/12/2022 e 12/5/2023, SET e SEF) ²⁾	206 164 €	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ³⁾	381 015 €	333 522 €
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a iii.	13 152 596 €	12 956 367 €
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excepcionais e/ou de imposições legais ⁴⁾	1 003 806 €	430 571 €
(6) Gastos operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional (1)+(2)+(4)-(5)	22 709 252 €	22 539 068 €
(7) Volume de negócios (VN)	29 932 240 €	30 027 679 €
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais e/ou de imposições legais ⁵⁾	633 967 €	0 €
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7+8)	30 566 207 €	30 027 679 €
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	74,3%	75,1%

- (iii) Na parte que se refere ao cumprimento cumprir com o montante de gastos com pessoal que vier a ser autorizado em sede de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023 realçamos:

Na execução de 2023, os gastos com pessoal situaram-se ligeiramente acima dos valores projetados para 2023. No entanto, o aumento da massa salarial situou-se abaixo do percentual de 6,1% autorizado para o ano, tendo a massa salarial registado um aumento de 5,3%, pelo que o aumento verificado nos gastos com pessoal, no montante de 25 mil euros, não decorreu das valorizações remuneratórias mas sim de outros gastos com o pessoal.

6. Diligências tomadas para solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

As reservas contidas na Certificação Legal de Contas do ano de 2022, são as seguintes:

- "Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinhas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido nas Notas 1.3 e 28 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2022 sido reconhecidos 79 132 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2022, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente outras variações no capital próprio no total de 781 951 euros (702 820 euros em 2021), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária,

não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, em virtude de a empresa se encontrar a aguardar a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Conforme divulgado na Nota 16 do Anexo, relativamente aos municípios cujos protocolos foram já homologados, está em curso o processo de quantificação dos impactos contabilísticos e fiscais associados ao processo. Face ao exposto, não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes da referida integração, bem como dos ajustamentos que possam vir ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos e os impactos contabilísticos e fiscais associados aos ativos a transferir para os municípios."

- "Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituida uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14.1 do Anexo. Conforme referido no ponto 5 do Relatório de Gestão, e na nota 1.3 do Anexo, a empresa aguarda a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2022, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída."

A apresentação das diligências desenvolvidas no âmbito destas reservas encontra-se neste ponto, na resposta dada às recomendações do acionista.

7. Remunerações/honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo

a) Órgãos sociais

Na Assembleia Geral realizada em 2023, que teve lugar no dia 28 de março, foram eleitos os membros para a Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal para acompanhar o mandato 2022-2024, uma vez que se mantinham em funções desde o fim do mandato 2018-2020. O Revisor Oficial de Contas, que de acordo com os estatutos da Docapesca é parte integrante do órgão de fiscalização da empresa, foi nomeado através de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 10 de dezembro de 2023, no decurso da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao

acionista. A composição destes órgãos sociais para ambos os mandatos é apresentada nos mapas abaixo.

Já no que respeita ao Conselho de Administração, a sua eleição, para o triénio 2022-2024, teve lugar Através de DUE de 29 de julho de 2022, com produção de efeitos a 1 de agosto

Mesa da Assembleia Geral

Mandato I	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senha Pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	500,00 €	1	500,00 €
2018-2020	Vice-Presidente	Carlos Manuel Sousa Martins (*)	425,00 €	0	0,00 €
2018-2020	Secretária	Alexandra Maria Brito Carvalho	350,00 €	0	0,00 €
					500,00 €

(*) O Dr. Carlos Martins apresentou renúncia ao cargo a 1 de fevereiro de 2022.

Mandato II	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senha Pagas	Valor Bruto Auferido (€)
2022-2024	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	500,00 €	0	0,00 €
2022-2024	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	425,00 €	0	0,00 €
2022-2024	Secretária	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	350,00 €	0	0,00 €
					0,00 €

Conselho de Administração

Como atrás referido, através de DUE de 29 de julho de 2022, com produção de efeitos a 1 de agosto, foi eleito o Conselho de Administração para o mandato respeitante ao triénio 2022-2024. O vogal João Pedro Correia foi ainda designado, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1% do ativo líquido.

De seguida, apresenta-se a composição do Conselho de Administração relativamente ao mandato 2022-2024, bem como o quadro relativo à acumulação de funções dos membros do Conselho de Administração.

Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				N.º de Mandatos
		Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
Presidente	Sérgio Miguel Redondo Faias	DUE	29/07/2022	Não	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	O	n.a.	2
Vogal	João Pedro da Silva Correia	DUE	29/07/2022	Não	n.a.	O	n.a.	2
Vogal	Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	DUE	29/07/2022	Não	n.a.	O	n.a.	1

Membro do Conselho de Administração	Acumulação de Funções				Identificação da data de autorização e Forma
	Entidade	Função	Regime		
Sérgio Miguel Redondo Faias	Assembleia Municipal de Sesimbra	Deputado Municipal	Público		n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Cercizimbra – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Sesimbra, C.R.L.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado		n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Liga dos Amigos de Sesimbra	Presidente da Assembleia Geral	Privado		n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Associação Indo-Europeia de Ciências e Artes – AIECA	Vogal da Direção	Privado		n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar de Peniche (*)	View-Presidente	Associação sem fins lucrativos		n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Agência de Energia da Arrábida (*)	Membro do Conselho de Administração	Associação sem fins lucrativos		n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	Associação dos Portos de Portugal (*)	Presidente do Conselho Fiscal	Associação sem fins lucrativos		n.a.

(*) Estes cargos resultam do facto de a Docapesca ser associada das entidades em questão.

Na DUE de 29 de julho de 2022, relativa à eleição do Conselho de Administração para o triénio 2022-2024, foi fixado o estatuto remuneratório a seguir evidenciado. De notar, que aos valores previstos para o vencimento mensal e despesas de representação continua a aplicar-se a redução prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do Conselho de Administração	EGP					
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta ⁽¹⁾ (€)			
			[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal (14 meses)	Despesas Representação (12 meses)
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	4.633,26 €		1.853,30 €	
João Pedro da Silva Correia	S	C	3.706,61 €		1.482,64 €	
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	S	C	3.706,61 €		1.482,64 €	

Refira-se que a DUE estabeleceu que ao estatuto remuneratório fixado se aplicam as disposições legalmente vigentes que o tomem por objeto. Assim, de acordo com a tabela de remunerações do

gestor público, publicada em janeiro, bem como a respetiva atualização em maio de 2023, no site da Direção Geral da Administração e do Emprego Público, as remunerações do Conselho de Administração forma atualizadas para os seguintes valores:

Membro do Conselho de Administração	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta ⁽¹⁾ (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal (14 meses)	Despesas Representação (12 meses)
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	4.773,18 €	1.909,27 €
João Pedro da Silva Correia	S	C	3.828,54 €	1.527,42 €
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	S	C	3.828,54 €	1.527,42 €

Tendo presente o atrás descrito, apresenta-se de seguida a remuneração dos membros do Conselho de Administração no ano de 2023:

Membro do Conselho de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Sérgio Miguel Redondo Faias	90.116,67 €	0,00 €	90.116,67 €	4.505,83 €	85.610,84 €
João Pedro da Silva Correia	72.233,38 €	0,00 €	72.233,38 €	3.611,67 €	68.621,71 €
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	72.233,38 €	0,00 €	72.233,38 €	3.611,67 €	68.621,71 €
Total	234.583,43 €	0,00 €	234.583,43 €	11.729,17 €	222.854,26 €

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão

(4) Redução prevista no art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

A coluna relativa às reduções remuneratórias refere-se à redução de 5% prevista no art.º 12.º da Lei n.º 12- A/2010, de 30 de junho.

Em 2023, não foram pagos, aos membros do Conselho de Administração da Docapesca, quaisquer montantes por outras sociedades em relação de domínio, de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, nem foi atribuída qualquer remuneração a título de participação nos lucros ou quaisquer outros prémios.

Não foram também atribuídos prémios de gestão, em 2023, relativamente aos objetivos de gestão de 2022, aos membros do Órgão de Administração da Docapesca. De realçar que, no âmbito da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, foram elaboradas propostas de contratos de gestão e enviadas para a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização das empresas do setor público empresarial (UTAM), no final de 2022, para a respetiva avaliação. Em setembro de 2023,

em cumprimento do despacho do Secretário de Estado do Tesouro, a UTAM remeteu os pareceres sobre as primeiras propostas de contratos de gestão, com a indicação da necessidade de proceder à revisão das minutas. Assim, as minutas foram adaptadas de modo a ir ao encontro das considerações dos pareceres, tendo sido remetidas à UTAM no início do mês de dezembro de 2023. Até à presente data não foram celebrados contratos de gestão.

Salientamos ainda que em 2023 não foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Em relação aos benefícios sociais, aos encargos com viaturas e aos gastos anuais com deslocações em serviço, encontram-se abaixo os mapas preparados por membro do Conselho de Administração.

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes de Trabalho
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			
Sérgio Miguel Redondo Faias	10,00 €	1.460,00 €	CGA	20.476,55 €	500,10 €	n.a.	1.000,25 €
João Pedro da Silva Correia	10,00 €	2.250,00 €	SS	16.517,24 €	500,10 €	n.a.	813,94 €
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	10,00 €	2.100,00 €	SS	16.502,40 €	500,10 €	n.a.	812,21 €
		5.810,00 €		53.496,19 €	1.500,30 €	n.a.	2.626,40 €

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas								Prestações Contratuais Remanescentes
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura	Modelo/idade	Ano Início	Ano Termino	Valor da Renova. Mensal	Gasto Anual com Rendas	
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	N	36.325,52 €	ACV	2020	2024	779,76 €	31.257,36 €	11,6
João Pedro da Silva Correia (*)	S	S	31.340,51 €	Adaptação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço (**)	S	S	24.900,00 €	Adaptação	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(*) A viatura atribuída é ainda propriedade da pessoa

(**) A viatura atribuída é totalmente elétrica

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Sérgio Miguel Redondo Faias	5.847,96 €	3.943,70 €	2.604,41 €	n.a.	0,00 €	12.396,07 €
João Pedro da Silva Correia	0,00 €	119,82 €	225,90 €	n.a.	0,00 €	345,72 €
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	1.558,42 €	619,95 €	905,37 €	n.a.	0,00 €	3.083,74 €
						15.825,53 €

Fiscalização

Como atrás indicado, na Assembleia Geral de 28 de março de 2023, foram eleitos os membros do Conselho Fiscal para acompanhar o mandato 2022-2024, uma vez que se mantinham em funções desde o fim do mandato 2018-2020. De seguida, apresenta-se a composição do Conselho Fiscal para ambos os mandatos, bem como as respetivas remunerações.

Mandato I	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
2018-2020	Presidente	Pedro Miguel Pinto Monteiro	AG	05/06/2018	1.281,90 €	1
2018-2020	Vogal Efectivo	André Joaquim Lima Ribas	DUE	31/07/2019	961,42 €	1
2018-2020	Vogal Efectivo	Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	05/06/2018	961,42 €	1
2018-2020	Vogal Suplente	Ana Elisabete de Assunção Militão (*)	AG	05/06/2018	961,42 €	1

(*) A Vogal Suplente Ana Elisabete de Assunção Militão apresentou a renúncia ao cargo em 25 de novembro de 2019, não tendo sido substituída até à presente data

Mandato II	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
2022-2024	Presidente	Pedro Miguel Pinto Monteiro	AG	28/03/2023	1.323,26 €	2
2022-2024	Vogal Efectivo	Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	28/03/2023	982,45 €	2
2022-2024	Vogal Efectivo	Luís Miguel Catarino arciso Lourinho Correia	AG	28/03/2023	982,45 €	1
2022-2024	Vogal Suplente	Teresa Luisa Teixeira Magalhães	AG	28/03/2023	982,45 €	1

Nome	Remuneração anual auferida referente ao Mandato 2018-2020 (€)	Remuneração anual auferida referente ao Mandato 2022-2024 (€)	Remuneração anual auferida (€)
Pedro Miguel Pinto Monteiro	3.645,70 €	14.597,30 €	18.443,00 €
André Joaquim Lima Ribas	3.605,34	0,00	3.605,34 €
Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	2.884,26	10.900,93	13.785,19 €
Luís Miguel Catarino arciso Lourinho Correia	0,00	10.700,51	10.700,51 €
	10.335,30 €	36.198,74 €	46.534,04 €

Já no que se refere ao Revisor Oficial de Contas, que de acordo com os estatutos da Docapesca é parte integrante do órgão de fiscalização da empresa, foi nomeado através de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 10 de dezembro de 2023, no decurso da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao acionista, mantendo-se o valor anual da prestação de serviços.

Revisor Oficial de Contas

Mandato I	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
2018-2020	ROC - Eleito	BDO & Associados, SROC, Lda	29	20161364	DUE	10/12/2018	22/01/2019	5	5
2018-2020	ROC - Representante Eleito	Pedro Manuel Aleixo Dias	725	20160961	DUE	10/12/2018	22/01/2019	5	5
2018-2020	ROC - Suplente	Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.	74	20161408	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0
2018-2020	ROC - Representante Suplente	Luis António Alves da Cunha	585	20140240	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0

Mandato II	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
2022-2024	ROC - Eleito	BDO & Associados, SROC, Lda	29	20161364	DUE	27/11/2023	18/12/2023	5	5
2022-2024	ROC - Representante Eleito	Sandra Simões; Filipe de Ávila Valente	985	20160610	DUE	27/11/2023	18/12/2023	1	1
2018-2020	ROC - Suplente	Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda	74	20161408	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0
2018-2020	ROC - Representante Suplente	Luis António Alves da Cunha	585	20140240	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0

Revisor Oficial de Contas
Mandatos I e II

Nome ROC	Contrato de Prestação de Serviços			Serviços Adicionais		
	Valor anual (€)	Identificação do Serviço		Valor anual (€)	Identificação do Serviço	
BDO & Associados, SROC, Lda.	13.500,00 €	Revisor Oficial de Contas - Órgão de Fiscalização		n.a.	n.a.	

b) Auditor externo

Identificação do Auditor				Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor		Nº OROC	Nº CMVM				
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.		191	20161491	21/11/2023	69 dias	n.a.	n.a.
Vitor Manuel Baptista de Almeida		691	20160331				

Nome Auditor	Contrato de Prestação de Serviços			Serviços Adicionais		
	Valor (€)	Identificação do Serviço		Valor (€)	Identificação do Serviço	
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.	8.650,00 €	Auditoria às demonstrações financeiras do exercício de 2023		n.a.	n.a.	

A contratação do auditor externo da Docapesca foi feita através de um procedimento de contratação pública, por consulta prévia, via correio eletrónico. O procedimento, que teve lugar em 2023, foi efetuado para a contratação do serviço de auditoria às demonstrações financeiras para o ano de 2023. Foram convidadas a apresentar proposta 4 empresas de auditoria e foi escolhida a Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. cuja proposta era economicamente mais vantajosa.

De referir que nos anos anteriores foram prestados serviços da mesma natureza pela Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.. No entanto não se trata de funções com caráter de continuidade, já que se realizam procedimentos de contratação pública anualmente.

Desde 2017, que é efetuada a contratação do auditor externo para um período de apenas um ano, de acordo com a política seguida adotada pela empresa.

O critério de adjudicação tem sido sempre o da proposta economicamente mais vantajosa.

8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

a) Cartões de crédito

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente vedando a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Despesas de representação pessoal

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 1 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, não reembolsando quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas associadas a comunicações

Nos termos dos números 3 e 4 do art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público, e conforme fixado na Deliberação Social Unânime por Escrito de 31 de julho de 2019 (mandato I) e na Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de julho de 2022, o abono máximo para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet não pode exceder 80 euros.

Na Docapesca foi fixado o plafond mensal de 75 euros para comunicações móveis efetuadas pelos membros do Conselho de Administração. No entanto, em resultado da contratação de um pacote integrado para todas os serviços de comunicação da empresa na sequência de um concurso público, os gastos com comunicações foram substancialmente reduzidos, mantendo-se em níveis abaixo do plafond definido..

Assim, os gastos com comunicações no ano de 2023 foram os seguintes:

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Sérgio Miguel Redondo Faias	75,00 €	564,23 €	
João Pedro da Silva Correia	75,00 €	124,41 €	
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço	75,00 €	87,88 €	

d) Valor do combustível e portagens

Membro do Conselho de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível (gasóleo/ eletricidade)	Portagens	Total	Observações
Sérgio Miguel Redondo Faias	453,45 €	2.073,87 €	675,52 €	2.749,39 €	
João Pedro da Silva Correia (*)	381,86 €	1.240,27 €	304,75 €	1.545,02 €	
Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço (**)	381,86 €	522,82 €	797,20 €	1.320,02 €	
				5.614,43 €	

(*) Viatura híbrida plug-in a gasolina.

(**) As viaturas atribuídas são totalmente elétricas.

Como se pode observar, em 2023, os gastos com combustível e portagens dos membros do Conselho de Administração situaram-se abaixo do plafond estabelecido para cada membro.

9. Despesas não documentadas ou confidenciais

A Docapesca rege-se pelo Sistema de Normalização Contabilística e cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e com o disposto no art.º 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo qualquer tipo de despesa não documentada nos seus registos contabilísticos.

10. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O primeiro relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres foi elaborado de acordo com o determinado no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. Este primeiro relatório incidiu sobre o ano de 2016 e foi aprovado pelo Conselho de Administração a 4 de agosto de 2017.

Em março de 2021 foi aprovado o Relatório de Remunerações por Género relativamente ao ano de 2020. O relatório incide sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, e foi divulgado internamente, encontrando-se disponível para consulta no sítio na Internet da Docapesca em

<http://www.docapesca.pt/pt/praticas-de-bom-governo.html>, no separador Plano para a Igualdade e não Discriminação na Docapesca.

O relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, relativamente ao ano de 2023, encontra-se em fase final de elaboração.

11. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

O primeiro Plano para a Igualdade e Não Discriminação da Docapesca, Portos e Lotas, SA foi aprovado em 2012.

Em setembro de 2020, na sequência da publicação da Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 17 de junho, a Docapesca aprovou um novo Plano para a Igualdade e Não Discriminação, tendo por objeto abranger as seguintes áreas e dimensões:

- Igualdade no acesso ao emprego;
- Igualdade nas condições de trabalho;
- Igualdade remuneratória;
- Proteção da parentalidade;
- Conciliação da atividade profissional com a vida pessoal e familiar;

e como objetivos gerais: reconhecer explicitamente que a igualdade entre homens e mulheres é um direito elementar, devendo ser implementadas políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade; promover uma mudança de cultura da organização que integre a igualdade nos seus atos de gestão; reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro.

Em 2021, também em setembro, foi aprovada uma revisão ao plano de 2020, integrando já um plano de ação com medidas definidas para o ano de 2022. O conjunto de medidas já implementadas e a implementar na Docapesca encontram-se nas várias dimensões, como atrás referido, contemplando ainda a formação inicial e contínua e a prevenção da prática de assédio no trabalho.

Em novembro de 2022 foi aprovada nova revisão ao plano, sendo que este se encontra em vigor para o ano de 2023. Salienta-se que o plano bem como o auto diagnóstico foram submetidos no site do CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e do Emprego.

12. Elaboração e divulgação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetivo Relatório anual

No decurso de 2022, tendo em consideração as prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (ENAC) e o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aliado ao facto de a Docapesca ter elaborado um Plano Estratégico para o triénio 2023-2025, decidiu-se dar prioridade à elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de

Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), autonomizando-o do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, tendo o PPRCIC sido aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2022.

Em 2023 foram elaborados o relatório semestral e o relatório anual, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, tal como determinado no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção. No âmbito do mesmo normativo, a Comissão de Ética acompanhou a gestão do canal de denúncia interno, coadjuvado pelos preexistentes canais de comunicação de irregularidades e de reclamações, os quais constituem mecanismos de prevenção, deteção e sancionamento de ilícitudes praticadas contra ou através da entidade, não tendo sido comunicada qualquer denúncia ou irregularidade;

Também no decurso do ano foi elaborado o novo Plano de Gestão de Riscos, alinhado com o Plano Estratégico 2023-2025 e efetuado o relatório, anual, do plano de prevenção de riscos de gestão, relativo a 2022, com particular destaque para a parte que concerne aos riscos identificados como tendo potencial impacto na segurança alimentar.

13. Contratação pública

a) Aplicação das normas vigentes em 2023

Em matéria de contratação, a Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações.

b) Procedimentos internos

O Manual de Procedimentos da Docapesca integra procedimentos relativamente à contratação pública, estando ai contempladas as atualizações mais recentes do Código dos Contratos Públicos (CCP). Também fazem parte do manual todas as minutas necessárias para todas as fases dos processos de contratação pública os de contratação realizados, sendo as minutas atualizadas pela Direção Jurídica sempre que tal se revela necessário..

Todos os procedimentos de contratação pública feitos na empresa são sujeitos a uma revisão efetuada por esta direção, de modo a aferir se estão cumpridas todas as formalidades legais e se os processos não enfermam de algum vício.

c) Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

14. Sistema Nacional de Compras Públicas

A Docapesca aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Em 2015, a Docapesca participou num procedimento agregado para a aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento e de gasóleo a granel para consumo interno, promovido pela ESPAP - Entidade Serviços Partilhados da Administração Pública, conjuntamente com outras

entidades públicas nomeadamente Câmaras Municipais e outras do Sector Empresarial do Estado, tendo como objetivo obter maiores descontos nos abastecimentos efetuados para a Docapesca.

Resultou desse procedimento a assinatura de dois contratos com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Docapesca aderiu voluntariamente ao Parque de Veículos do Estado em março de 2013.

Em 2021, a Docapesca participou nos procedimentos de contratação centralizada conduzidos pela ESPAP, I.P. para o fornecimento de Eletricidade, Gás Natural e/ou Combustíveis Rodoviários para o ano de 2022.

Para os consumos do ano de 2023 foi adotado igual procedimento. Contudo, os resultados dessa contratação não se revelaram benéficos para a Docapesca, já que o custo contratado se veio a revelar superior ao que veio a acontecer durante o ano de 2023. Apesar de a Docapesca ter renegociado valores com o fornecedor, o custo efetivo ainda ficou elevado. Assim, e dada a variabilidade de preço da eletricidade ao longo do ano, a empresa decidiu realizar concursos públicos internacionais com caráter trimestral para o ano de 2024.

15. Eficiência operacional e evolução dos gastos operacionais (art.º 133.º do DLEO 2023)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Projeção	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	5.547.556 €	5.797.636 €	6.828.737 €	8.290.310 €	-2.742.754 €	-33,1%
(1) CMVMC	418.274 €	357.479 €	380.962 €	433.483 €	-15.209 €	-3,5%
(2) FSE	10.142.186 €	9.952.894 €	9.805.886 €	9.579.788 €	562.399 €	5,9%
(3) Gastos com o pessoal	14.205.139 €	14.179.670 €	14.043.135 €	13.402.100 €	803.038 €	8,0%
i. Relativo aos órgãos sociais ^{a)}	360.060 €	380.798 €	351.647 €	373.078 €	-13.018 €	-3,5%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}	353.153 €	353.153 €	305.105 €	112.212 €	240.941 €	214,7%
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15/12/2022 e 12/5/2023, SET e SEF) ^{a)}	318.375 €	318.375 €	308.226 €	0 €	318.375 €	n.a.
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	47.493 €	47.493 €	47.493 €	333.522 €	-286.029 €	-85,8%
v. Efeito do absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}	113.072 €	114.203 €	114.203 €	86.317 €	26.756 €	31,0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a.v	13.012.986 €	12.965.648 €	12.916.459 €	12.496.972 €	516.014 €	4,1%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excepcionais e/ou de imposições legais ^{b)}	573.235 €	407.752 €	890.000 €	430.571 €	142.664 €	33,1%
(6) Gastos operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional (1)+(2)+(3)+(5)	24.192.366 €	24.082.291 €	23.340.004 €	22.984.802 €	1.207.564 €	5,3%
(7) Volume de negócios (VN)	29.932.240 €	29.777.463 €	29.962.139 €	30.027.679 €	-95.439 €	-0,3%
Subsídios à Exploração	132.451 €	189.277 €	441.000 €	203.102 €	-70.651 €	-34,8%
Indemnizações Compenstatórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais e/ou de imposições legais ^{b)}	633.967 €	671.120 €	0 €	0 €	633.967 €	n.a.
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	30.566.207 €	30.448.819 €	29.962.139 €	30.027.679 €	538.528 €	1,8%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	70,1%	70,1%	77,0%	70,5%	2,6%	3,4%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	24.391 €	25.200 €	25.562 €	18.522 €	5.869 €	31,7%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	23.321 €	23.881 €	25.633 €	22.197 €	1.123 €	5,1%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	238.834 €	243.852 €	236.064 €	236.244 €	590 €	0,2%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	58.953 €	89.746 €	92.600 €	67.560 €	-8.608 €	-12,7%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv), cf. Alinea c) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023	345.499 €	382.658 €	379.859 €	346.524 €	-1.025 €	-0,3%
N.º de Maturas	43	44	44	44	6	-2,3%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023.

b) Se aplicáveis, os impactos excepcionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

As orientações contidas no artigo 133.º - Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado, do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2023), que se aplicam à Docapesca são as que decorrem:

- Do n.º 1 – “Para efeitos do disposto no artigo 34.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2019 ou 2022, consoante o que registrar volume de negócios superior, sem prejuízo do disposto nos números seguintes”.

- Do n.º 4 – "...devem ser iguais ou inferiores ao valor registados em 2022 os seguintes gastos operacionais:
 - Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo;
 - Com fornecimentos e serviços externos, corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transportes, nos termos da alínea c) do n.º 2;
 - Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, corrigido do impacto do aumento dos produtos energéticos, incluindo os impactos deste nos gastos com transporte nos termos da alínea c) do n.º 2.

Em relação à primeira orientação, nos dados apresentados no quadro Eficiência Operacional do acima apresentado, verifica-se que o rácio de eficiência operacional apresenta um agravamento (+2,8%) face a 2022. Contudo, de modo a permitir garantir a comparabilidade dos dados, torna-se necessário corrigir os dados de 2023, acumulando os efeitos dos aumentos dos gastos com pessoal, bem como os referentes aos impactos excepcionais, com os de 2022.

Refira-se que os impactos excepcionais ao nível dos gastos que se refletiram nos gastos operacionais foram os que decorreram de impactos inflacionistas e que influenciaram os gastos com os serviços como vigilância e limpeza. Houve ainda um impacto considerável no que respeitou ao custo da energia elétrica, custo esse parcialmente mitigado com uma renegociação do contrato inicialmente estabelecido para o ano de 2023. Os impactos apurados podem ser verificados no quadro seguinte:

Impactos Excepcionais	2023 Exec.	2022 Exec.
Eletricidade	300.907 €	306.156 €
Limpeza	67.655 €	65.904 €
Vigilância	33.858 €	- €
Seguros	170.815 €	27.881 €
Total	573.235 €	430.571 €

Após esta correção, e conforme evidenciado no ponto 5 deste capítulo, na comparação dos dados de 2023 corrigidos com os efeitos acumulados de 2022 e de 2023. apresentados no mapa seguinte,

o rácio de eficiência operacional de 2023 apresenta um valor 74,3% contra o valor de 75,1% em 2022.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Execução	2022 Execução
(1) CMVMC	418.274 €	433.483 €
(2) FSE	10.142.188 €	9.579.789 €
(3) Gastos com o pessoal	14.205.139 €	13.402.100 €
i. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{*)}	465.364 €	112.212 €
ii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15/12/2022 e 12/5/2023, SET e SEF) ^{*)}	206.164 €	
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{*)}	381.015 €	333.522 €
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a iii.	13.152.595 €	12.956.367 €
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excepcionais e/ou de imposições legais ^{*)}	1.003.806 €	430.571 €
(6) Gastos operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional (1)+(2)+(4)-(5)	22.709.252 €	22.539.068 €
(7) Volume de negócios (VN)	29.932.240 €	30.027.679 €
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais e/ou de imposições legais ^{*)}	633.967 €	0 €
(9) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7+8)	30.566.207 €	30.027.679 €
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	74,3%	75,1%

No que se refere ao n.º 4, alínea a), para os gastos com pessoal corrigidos dos fatores identificados, foi também preparado o mapa abaixo, de modo a tornar comparáveis os valores de ambos os anos.

Comparação Gastos com Pessoal	2023 Exec.	2022 Exec.	2023/2022	
			% Absol.	Var. %
(3) Gastos com o pessoal	14.205.139 €	13.402.100 €	803.038 €	+0,5%
i. Relativo aos órgãos sociais ^{*)}	360.060 €	373.078 €	-13.018 €	
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{*)}	353.153 €		353.153 €	
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15/12/2022 e 12/5/2023, SET e SEF) ^{*)}	216.375 €		216.375 €	
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{*)}	47.492 €		47.492 €	
v. Efeito do abandono e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (excluído por motivo aconta) ^{*)}	113.072 €	86.317 €	26.756 €	+31,0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a.v.	13.012.986 €	12.942.706 €	70.280 €	+0,5%

Podemos então observar que, após as correções efetuadas, os gastos com pessoal de 2023 se situam ligeiramente acima (+0,5%) dos verificados em 2022, o que decorreu essencialmente devido ao aumento do valor dos seguros de acidentes de trabalho e de saúde, sendo que este aumento foi de 67 mil euros, face ao valor de 2022.

Para o n.º 4, alínea b), se aos fornecimentos e serviços externos de 2023 retirarmos os impactos excepcionais, obtemos o montante de 9.568.953 euros, que comparado com o valor de 2022 (9.579.789 euros), demonstra que se cumpre a orientação contida nesta alínea.

Já no que concerne à alínea c) do n.º 4, o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria de 2023 é inferior ao de 2022, pelo que está cumprida a orientação.

16. Recursos humanos e massa salarial

De acordo com as orientações contidas no ofício com as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2023, foi preenchido o mapa abaixo, tendo em consideração o número de trabalhadores no quadro da empresa no final do ano. Contudo, os valores referentes aos indicadores "N.º Trabalhadores/N.º Cargos Direção" e "Gastos com Pessoal/N.º Total (Órgãos Sociais + Cargos Direção + Trabalhadores) encontram-se influenciados pelo facto de, em 2023, o número no final do ano ser inferior ao dos anos anteriores. Este facto está relacionado com a saída de trabalhadores, quer por reforma, quer por rescisão por iniciativa própria, e que não foi possível substituir até ao final do ano..

Contudo, da observação do quadro relativo à evolução da massa salarial podemos verificar que o aumento se situou nos 5,3%.

	2023 Execução	2023 Orç. Revisão	2023 Orçamento	2022 Exec.	2023/2022	
					Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	6	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	17	18	18	18	-1	-5,56%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	468	486	486	486	-18	-3,70%
TOTAL	491	510	510	510	-19	-3,73%
N.º Trabalhadores/N.º CD	80,83	84,00	84,00	84,00	-3,17	-3,77%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	28.931,03 €	27.803,27 €	27.535,56 €	26.278,63 €	2.652,41 €	10,09%

Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF	
Taxa de atualização da massa salarial (2023-2022)	5,30%

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Em 2022, em resposta ao pedido de excecionamento de cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) apresentado pela Docapesca, no sentido da dispensa para os valores:

- Das descobertos bancários;
- Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- Inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito);
- Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas de Docapesca no IGCP,

o IGCP excecionou o cumprimento da UTE, para os valores atrás enunciados, para os anos de 2022 e 2023.

Ao longo de 2023 a Docapesca apresentava saldos mínimos nas contas na banca comercial, como se pode observar no quadro seguinte:

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Banco Comercial Português, SA	2.172,50 €	1.125,47 €	1.098,96 €	1.779,65 €
Banco BPI, SA	1.443,47 €	2.097,40 €	5.266,05 €	3.118,81 €
Caixa Geral de Depósitos, SA	1.057,46 €	491,44 €	1.198,22 €	1.582,40 €
Total	4.673,43 €	3.714,31 €	7.563,23 €	6.480,86 €
Juros auferidos	0,00 €	0,63 €	0,00 €	0,00 €

No quadro seguinte é possível verificar as disponibilidades da Docapesca que se encontravam na conta do IGCP no final de cada trimestre.

Banca Comercial e IGCP	2023			
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
IGCP	6.628.723,35 €	3.801.363,91 €	3.400.277,14 €	2.471.915,28 €
Banca Comercial	4.673,43 €	3.714,31 €	7.563,23 €	6.480,86 €
Total	6.633.396,78 €	3.805.078,22 €	3.407.840,37 €	2.478.396,14 €
Percentagem das disponibilidades no IGCP	99,93%	99,90%	99,78%	99,74%

No final de 2022, foi feita uma aplicação (CEDIC) de 4 milhões de euros, que foi resgatada no início de 2023. Salientamos que ao longo do ano de 2023 foram sendo feitas aplicações CEDIC sempre que para tal houve disponibilidades de tesouraria. Como se pode observar no quadro seguinte, no final de junho e no final de 2023 havia aplicações a prazo no IGCP (CEDIC).

IGCP	2023			
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	6.628.723,35 €	3.301.363,91 €	3.400.277,14 €	1.971.915,28 €
Aplicações Financeiras	- €	500.000,00 €	- €	500.000,00 €
Total	6.628.723,35 €	3.801.363,91 €	3.400.277,14 €	2.471.915,28 €

De realçar que a Docapesca não tem qualquer aplicação financeira na banca comercial.

18. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

No decurso dos anos 2021, 2022 e 2023 a Docapesca não foi auditada pelo Tribunal de Contas.

19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Em 2010, a Docapesca elaborou o primeiro relatório de Sustentabilidade. Desde 2011, e até 2017, a empresa elaborou relatórios de sustentabilidade de 2 em 2 anos, tendo já apresentado os relativos a 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016.

Os relatórios são preparados de acordo com as normas GRI (Global Report Initiative), e neles podemos encontrar políticas da empresa neste âmbito, bem como as medidas a concretizar nos anos futuros. Os Relatórios de Sustentabilidade encontram-se no site da empresa em <http://www.docapesca.pt/pt/sustentabilidade.html>.

Não tendo sido possível preparar o relatório para o período 2017-2018, a Docapesca elaborou o Relatório de Sustentabilidade para o período de 2017 a 2020, relatório que foi divulgado no final de 2021.

À semelhança do que aconteceu em 2021 e em 2022, a demonstração não financeira relativa ao ano de 2023, preparada de acordo com o normativo GRI, é apresentada no capítulo 4 do presente relatório.

20. Quadro com informação a constar no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2022	
Caracterização da Empresa	S	2022	
Função de tutela e acionista	S	2022	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	2022	
- Identificação dos órgãos sociais	S	2022	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2022	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2022	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2022	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2022	
Esforço Financeiro Público	S	2022	
Ficha Síntese	S	2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	2022	
Princípios de Bom Governo	S	2022	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2022	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2022	
- Outras transações	S	2022	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2022	
Económico	S	2022	
Social	S	2022	
Ambiental	S	2022	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2022	
- Código de ética	S	2022	

21. Quadro resumo do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2023	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Apêndice 2 - EPME
			Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão (a)			
KPI 1.1 - Valor médio obtido no inquérito de satisfação realizado aos clientes da empresa	S	100,5%	Ponto 1
KPI 1.2 - Redução do n.º de reclamações válidas, face ao ano anterior	S	150,0%	Ponto 1
KPI 2.1 - N.º de partes interessadas envolvidas	S	100,0%	Ponto 1
KPI 2.2 - N.º de projetos (*) de proximidade e apoio à comunidade	S	100,0%	Ponto 1
KPI 3.1 - N.º de portos de pesca com classificação de porto sustentável	S	50,0%	Ponto 1
KPI 3.2 - % de consumo energético nos portos de pesca resultante de autoprodução com origem em fontes de energia renovável	S	170,0%	Ponto 1
KPI 4.1 - Promover concursos (*) de projetos inovadores	S	100,0%	Ponto 1
KPI 5.1 - Definição do conceito CCL para aquicultura e ações de divulgação (*)	S	50,0%	Ponto 1
KPI 6.1 - N.º de estudos (*) realizados no âmbito da cadeia de valor	N	30,0%	Ponto 1
KPI 6.2 - N.º de lotas (*) com certificação NP EN ISO 22000	N	92,9%	Ponto 1
KPI 7.1 - N.º de novos serviços/áreas de negócio implementadas	N	50,0%	Ponto 1
KPI 8.1 - n.º de processos críticos reestruturados	S	100,0%	Ponto 1
KPI 9.1 - % de processos críticos digitais	N	66,7%	Ponto 1
KPI 9.2 - N.º de serviços digitalmente disponibilizados	S	100,0%	Ponto 1
KPI 10.1 - Taxa de execução do plano de formação interno (%)	N	93,7%	Ponto 1
KPI 10.2 - RH com formação em gestão da mudança (%) **	S	100,0%	Ponto 1
KPI 11.1 - Volume de Negócios (€)	S	100,5%	Ponto 1
KPI 11.2 - Eficiência operacional (%)	N	99,4%	Ponto 1
KPI 11.3 - Prazo Médio de Pagamento (Dias)	S	102,6%	Ponto 1
KPI 11.4 - Resultados Líquidos (€)	N	79,3%	Ponto 1
Metas a Atingir constantes no PAO 2023	N	Em 2023, praticamente todas as metas previstas não foram atingidas na projeção para 2023, do PAO 2024, para os indicadores em apreço.	
Investimento	N	A execução encontra-se, na maior parte, acima do valor previsto, uma vez que o ano de 2023 correspondeu ao último ano do POMAR 2020 e a um consequente esforço de execução acima do esperado, de modo a concluir todos os projetos candidatados, de modo a garantir os respetivos subvenções, algumas das quais preveem-se apernas receber no ano de 2024.	
Nível de Endividamento	S	A Docapesca não tem endividamento bancário, recomendando pontualmente à conta de descontado bancário.	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	NA	Não aplicável	
Gestão do Risco Financeiro	S	Relativamente ao Descontado Bancário, a taxa média de financiamento foi de 4,07%.	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	A Docapesca não tem qualquer endividamento.	
Evolução do PMP a fornecedores	S	A variação do PMP face a 2022 foi de mais 2 dias. Contudo, o PMP situa-se nos 39 dias, continuando a ser cumprido o Programa Pagar a Tempo e Horas.	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	A Docapesca não tem dívidas em atraso.	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Prosseguir as ações tendentes a diminuir as reservas que constam na Certificação Legal de Contas	S	Não foram ainda integrados os ativos por não se encontrarem ainda avaliados, em virtude de a empresa se encontrar a aguardar a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Este motivo justifica a resposta às reservas constante da CLC de 2021.	
Gar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, relativa aos gastos com o pessoal	S	Em 2023, o valor dos gastos com o pessoal situaram-se ligeiramente acima dos valores predefinidos, porém o aumento da massa salarial situou-se abaixo do percentual de 0,1% autorizado para o ano, pelo que o aumento verificado decorreu de outros gastos com pessoal.	
Reservas envidas na última CLC			
Reserva relativa ao processo de integração dos ativos do ex-IPTM	S	Ver a resposta relativa às recomendações do acionista.	
Reserva relativa à assumpção dos encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre infraestruturas	N	Ver a resposta relativa às recomendações do acionista.	
Remuneração/s/honorários			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	S	Em 2023 foi aplicada às remunerações do Conselho de Administração a redução de 5%, de acordo com a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Não foram atribuídos prémios de gestão	

Cumprimento das Orientações legais - 2023	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Os membros do CA não têm cartões de crédito da empresa.	Ponto 8
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não foi efetuado qualquer reembolso de despesas de representação pessoal aos membros do CA.	Ponto 8
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	Os membros do CA não ultrapassaram o plafond atribuído para comunicações.	Ponto 8
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Os membros do CA não ultrapassaram o plafond atribuído para combustível e portagens.	Ponto 8
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 de artigo 16º do RJSPPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais:	S	A Docapesca não tem despesas não documentadas ou confidenciais.	Ponto 9
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 de RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	O Relatório de Remunerações por Género relativamente ao ano de 2023 encontra-se atualmente a ser finalizado.	Ponto 10
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	Em 2023, e de acordo com as prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, foi elaborado Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Coerentes.	Ponto 12
Contratação Pública:			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	A Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações.	Ponto 13
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Em 2023 não foram enviados contratos para visto prévio do Tribunal de Contas. Conforme indicação do TC, a Docapesca não está obrigada a enviar contratos para visto prévio.	Ponto 13
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	A Docapesca participou nos procedimentos de contratação centralizada conduzidos pela ESPAP, LP, para o fornecimento de electricidade.	Ponto 14
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	Os gastos operacionais de 2023 (comidos dos impactos de fatores excecionais) apresentam um aumento de 0,5% quando comparados com 2022 e o volume de negócios apresenta um decréscimo de 0,3%, pelo que o rácio de eficiência operacional evolui de 75,1% para 74,3%.	Ponto 15
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	As disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31/12/2023 representam 99,7%.	Ponto 17
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	O saldo da banca comercial em 31/12/2023 era de € 6.480,86	Ponto 17
Juros auferidos em cumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	NA		
Auditorias do Tribunal de Contas³⁸			
Auditorias do Tribunal de Contas	NA	Não houve qualquer auditoria do Tribunal de Contas nos últimos 3 anos.	Ponto 18
Elaboração dos Planos de Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	O plano da Igualdade foi elaborado em 2020, conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto, tendo sido já sujeito a duas revisões (em 2021 e em 2022).	Ponto 11
Apresentação da demonstração não financeira	S	A demonstração não financeira da Docapesca é apresentada num capítulo do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2023.	Ponto 19

22. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No âmbito da legislação publicada sobre o processo de descentralização, estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, perspetiva-se que o processo em curso, que em 2023 já ficou concluído com dez municípios através da celebração dos respetivos protocolos e que já se encontra refletido nas contas do presente exercício, culmine com a transferência de competências para os restantes municípios, com os quais se encontram a decorrer os processos negociais. A empresa encontra-se a apurar os impactos contabilísticos e fiscais associados aos restantes municípios, não antevendo que os mesmos sejam suscetíveis de afetar a sua continuidade, bem como o cumprimento de quaisquer responsabilidades.

23. Proposta de aplicação de resultados

A Docapesca encerrou o exercício de 2023 com um resultado líquido positivo de 835.947,08 euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Assim, nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e considerando que de acordo com o n.º 1 do art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais, as Reservas Legais já perfazem 20% do Capital Social, o Conselho de Administração propõe que a totalidade do valor do Resultado Líquido seja transferido para Resultados Transitados.

Agradecimentos:

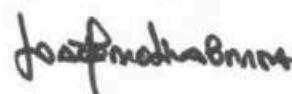
Manifestamos os nossos agradecimentos à Sra. Ministra da Agricultura e Alimentação, Dra. Maria do Céu Antunes, à Senhora Secretária de Estado das Pescas, Dra. Teresa Coelho pela forma como sempre apoiaram as ações desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas, S.A.. Sublinhamos o apoio do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, de todos os organismos e serviços do Ministério do Agricultura e Alimentação, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da Direção-Geral de Autoridade Marítima e dos municípios com os quais temos vindo a promover uma gestão de proximidade. Agradecemos aos nossos parceiros institucionais com intervenção e responsabilidades no domínio do Mar, bem como aos nossos clientes e parceiros de negócio e aos sindicatos pela colaboração que temos desenvolvido. Por último, uma menção especial para os nossos trabalhadores que, com muita dedicação, zelo e profissionalismo, contribuem ativamente para o bom desempenho da empresa, ao Revisor Oficial de Contas e sua equipa, aos membros do Conselho Fiscal pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.

Lisboa, 11 de março de 2024

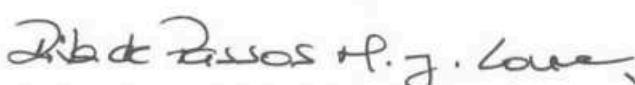
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Sérgio Miguel Redondo Faias
(Presidente)



João Pedro da Silva Correia
(Vogal)



Rita de Passos Coutinho Moreira Jorge Lourenço
(Vogal)

3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Balanços

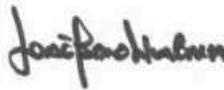
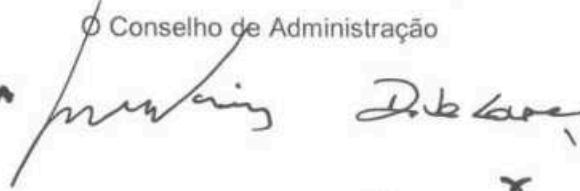
Balanços em 31 de Dezembro de 2023 e 2022		Unidade: Euros	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos financeiros	1	147 500,00	147 500,00
Ativos fixos tangíveis	8	33 356 520,60	28 315 243,27
Ativos intangíveis	9	582 818,09	231 480,37
Outros investimentos Financeiros		107 436,74	97 138,30
Ativos por impostos diferidos	17	370 221,38	364 977,69
		34 564 496,81	29 156 339,63
Ativo corrente			
Inventários	12	115 144,00	102 914,03
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		47 137,22	34 588,37
Produtos acabados		4 266,66	4 085,90
Mercadorias		63 740,12	64 239,76
Cientes	18	3 225 507,88	3 480 335,39
Estado e outros entes públicos	21	1 393,16	392,59
Outros créditos a receber	18	8 861 284,46	8 863 106,60
Diferimentos	20	392 448,09	205 829,17
Caixa e depósitos bancários	5	2 525 592,19	5 624 004,54
		15 121 369,78	18 276 582,32
Total do ativo		49 685 866,59	47 432 921,95
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	27	9 028 400,00	9 028 400,00
Reserva legal	27	1 805 680,00	1 445 517,43
Resultados transitados	15,17	7 373 556,59	5 524 196,33
Outras Variações no Capital Próprio	15, 17, 28	9 011 679,88	8 120 760,42
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	15	11 931 442,63	9 229 267,22
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsídios		(2 684 574,58)	(2 076 585,12)
Outras var. no capital próprio - integração IPTM	15,28	810 370,10	781 951,32
Outras var. no capital próprio - transf. de competências		(1 058 503,27)	-
Outras var. no capital próprio - ganhos atuariais	15,28	12 945,00	186 127,00
		27 219 316,47	24 118 874,18
Resultado líquido do período		835 947,08	2 946 030,44
Total do capital próprio		28 055 263,55	27 064 904,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1 438 394,14	1 459 582,40
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	1 645 428,37	1 622 123,08
Outras dívidas a pagar	15,17	2 684 574,58	2 076 585,12
		5 768 397,09	5 158 290,60
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1 724 951,95	1 219 034,03
Estado e outros entes públicos	21	1 289 216,89	2 039 731,73
Outras dívidas a pagar	18	12 834 683,30	11 939 188,53
Diferimentos	20	13 353,81	11 772,44
		15 862 205,95	15 209 726,73
Total do passivo		21 630 603,04	20 368 017,33
Total do capital próprio e do passivo		49 685 866,59	47 432 921,95

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



○ Conselho de Administração

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022	Unidade: Euros
Vendas e serviços prestados	13	29 932 240,17	30 027 679,43	
Subsídios à exploração	15	132 451,23	203 102,17	
Variação nos inventários da produção	12	180,76	2 257,11	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(418 273,97)	(433 482,98)	
Fornecimentos e serviços externos	22	(10 142 188,13)	(9 579 789,36)	
Gastos com o pessoal	23	(14 205 138,82)	(13 402 100,40)	
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(6 443,82)	17 176,09	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(574 903,32)	538 676,87	
Provisões (aumentos/reduções)	14	21 188,26	(129 663,57)	
Outros rendimentos	15, 25	2 544 898,11	2 484 980,88	
Outros gastos	26	(1 736 454,96)	(1 438 526,34)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 547 555,51	8 290 309,90	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(4 481 651,75)	(4 211 391,63)	
Imparidade de investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		1 065 903,76	4 078 918,27	
Juros e rendimentos similares obtidos	11, 13	11 274,55	13 976,27	
Juros e gastos similares suportados	11	(13 076,07)	(9 542,58)	
Resultado antes de impostos		1 064 102,24	4 083 351,96	
Impostos sobre o rendimento do período	17	(228 155,16)	(1 137 321,52)	
Resultado líquido do período	29	835 947,08	2 946 030,44	

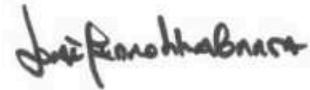
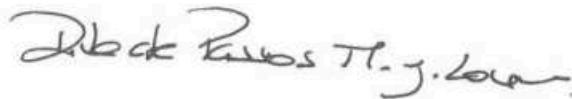
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em

31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

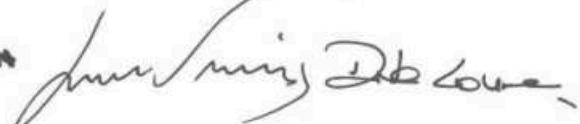
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2023							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no inicio do periodo 2023	8	9 028 400,00	1 445 517,43	5 524 196,33	8 120 760,43	2 946 030,44	27 064 904,63
Alterações no Período							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos				(736 507,61)			(736 507,61)
Transferência de competências					(1 058 503,27)		(1 058 503,27)
Integração de saldos de clientes - IPTM	28				28 418,78		28 418,78
Integração de património - IPTM	28				-		-
Integração de responsabilidades - IPTM	28				-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-		-
Resultado do exercício anterior	27		360 162,57	2 585 867,87		(2 946 030,44)	-
Subsídios ao investimento	15				2 702 175,41		2 702 175,41
Subsídios - Ajustamentos	15				(607 989,47)		(607 989,47)
Ganhos Atuariais					(173 182,00)		(173 182,00)
		- 360 162,57	1 849 360,26	890 919,45	(2 946 030,44)		154 411,64
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	835 947,08	835 947,08
Resultado Integral		-	360 162,57	1 849 360,26	890 919,45	(2 110 083,36)	890 358,92
Posição no fim do periodo 2023		9 028 400,00	1 805 680,00	7 373 556,59	9 011 679,88	835 947,08	28 055 263,55
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2022							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no inicio do periodo 2022	8	9 028 400,00	912 579,91	4 192 446,25	7 480 058,71	2 664 687,60	24 278 172,47
Alterações no Período							
Distribuição de Dividendos				(800 000,00)			(800 000,00)
Integração de saldos de clientes - IPTM	28				79 131,57		79 131,57
Integração de património - IPTM	28				-		-
Integração de responsabilidades - IPTM	28				-		-
Outras alt. reconhecidas no capital próprio					-		-
Resultado do exercício anterior	27		532 937,52	2 131 750,08		(2 664 687,60)	-
Subsídios ao investimento	15				105 952,44		105 952,44
Subsídios - Ajustamentos	15				(23 839,29)		(23 839,29)
Ganhos Atuariais					479 457,00		479 457,00
		- 532 937,52	1 331 750,08	640 701,72	(2 664 687,60)		(159 298,28)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	2 946 030,44	2 946 030,44
Resultado Integral		-	532 937,52	1 331 750,08	640 701,72	281 342,84	2 786 732,16
Posição no fim do periodo 2022		9 028 400,00	1 445 517,43	5 524 196,33	8 120 760,43	2 946 030,44	27 064 904,63

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	NOTAS	31-12-2023	31-12-2022	Unidade: Euros
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	8			
Recebimentos de clientes	5	36 311 230,52	36 002 759,53	
Pagamentos a fornecedores		(14 486 005,13)	(15 083 380,43)	
Pagamentos ao pessoal		(14 264 757,37)	(13 593 954,77)	
Caixa gerada pelas operações		7 560 468,02	7 325 424,33	
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	14	(956 009,83)	(1 582 947,40)	
Outros recebimentos / pagamentos		(1 823 471,26)	(968 042,90)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>4 780 986,93</u>	<u>4 774 434,03</u>	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	17			
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(11 404 300,00)	(6 650 552,95)	
Ativos intangíveis		(17 128,92)	(81 214,17)	
Investimentos financeiros		-	-	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	15	4 285 833,51	1 534 078,11	
Subsídios ao investimento		4 956,95	37,30	
Juros e rendimentos similares		<u>(7 130 638,46)</u>	<u>(5 197 651,71)</u>	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	-	
Realizações capital e outros instr. cap. próprio		-	-	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-	
Juros e gastos similares		(12 253,21)	(9 323,60)	
Dividendos		(736 507,61)	(800 000,00)	
Outras operações de financiamento		<u>(748 760,82)</u>	<u>(809 323,60)</u>	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)				
Variações de caixa e seus equivalentes		(3 098 412,35)	(1 232 541,28)	
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 624 004,54	6 856 545,82	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>2 525 592,19</u>	<u>5 624 004,54</u>	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



José Pedro da Cunha
Pinto de Passos M. J. L.

Pinto de Passos M. J. L.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 Designação da entidade e período do relato

1.1. Designação da entidade

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referida como "Docapesca" ou "Empresa")

Capital Social: 9.028.400,00 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE Principal: 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

CAE Secundário 1: 35302 – Produção de Gelo

CAE Secundário 2: 93292 – Atividades dos Portos de Recreio (Marinas)

1.2. Sede da entidade

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

1.3. Natureza da atividade

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos iniciais foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Os Estatutos foram alterados em 2 de junho de 2015, em Assembleia Geral, e, de novo, em 2018, encontrando-se publicados no Diário da República, 2.ª série, número 143, de 26 de julho de 2018, através do anúncio n.º 9989/2018.

A alteração de 2018 ficou a dever-se à necessidade de cumprimento da legislação em vigor, que obriga a um reforço da fiscalização nas empresas que atingem os limites previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, o que exige a alteração do modelo de fiscalização, de um Fiscal Único para um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas que não integre este órgão.

Em 2021, na sequência do aumento de capital da sociedade, os Estatutos da empresa foram alterados, com publicação em agosto de 2021 (Diário da República, 2.ª série, número 162, de 20 de agosto de 2021, através do aviso n.º 15678/2021).

Com estas alterações, o objeto da empresa foi alargado, incluindo, para além da prestação do serviço público de primeira venda de pescado e exploração de portos e lotas, a exploração de docas e marinas de recreio, bem como a garantia de segurança portuária (atuando como autoridade portuária nas zonas cuja gestão lhe está cometida).

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado em portos de Portugal continental, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, através da garantia das melhores práticas de segurança alimentar.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na vía navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e da náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de dezembro de 2023.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a 2023, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à

faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

Foi efetuada entre 2016 e 2023 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada durante o exercício de 2023 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registo no SIIe e as cadernetas prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.

Nestes termos, e por indicação da DGTF, a Docapesca pretendia dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço, estando previsto o lançamento de um conjunto de procedimentos por concurso para a avaliação patrimonial.

Contudo, no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais), foram desencadeados processos negociais com os municípios, com vista à transferência de ativos e competências atualmente na área de jurisdição da Docapesca, tendo a representante do Senhor Ministro de Estado e das Finanças neste processo referido "que não se mostra necessário proceder à avaliação patrimonial das áreas a transferir...".

Assim, e tendo em conta as negociações já decorridas, verifica-se:

1. Processos já decididos e homologados: Faro, Olhão, Lagos, Tavira e Portimão e ainda (mas sem bens a transferir) Cascais, Nazaré, Peniche e Albufeira
2. Processos já decididos e homologados em 31 de dezembro de 2023, mas a produzir efeitos em 1 de janeiro de 2024: Esposende e Póvoa de Varzim.

3. Processos em que a Docapesca não é autoridade portuária (e que correrão termos no Ministério das Infraestruturas e Habitação): Aveiro, Faro, Gondomar e Viana do Castelo.
4. Processos com Comissões de Acompanhamento constituídas, mas ainda em fase de negociação: Loulé, Vila do Conde, Alcobaça e Caminha (despachos publicados ou em fase de publicação), Lagos e Vila Real de Santo António (aguarda-se nomeação de representante das tutelas) e ainda Mafra (aguarda publicação de novo despacho, na sequência de alterações orgânicas do Governo).
5. Processos em que se aguarda ainda manifestação de interesse por parte dos municípios: Alcoutim, Castro Marim, Mértola, Vila do Bispo e Silves.

Nota importante: Com a assinatura, no final de maio de 2023, dos Protocolos referentes aos municípios de Lagos, Portimão, Faro, Olhão e Tavira, a Docapesca procedeu ao abate efetivo dos ativos fixos tangíveis respetivos, com referência a 1 de junho de 2023.

O impacto líquido resultante do abate contabilístico dos bens ainda não totalmente depreciados foi de 1.058.503,27 Euros, classificado em "Outras variações no capital próprio" (nota 28).

No que respeita aos órgãos sociais, através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 31 de julho de 2019, foram reeleitos os membros do Conselho de Administração, e eleito o vogal do Conselho Fiscal – Mestre André Joaquim Lima Ribas, na sequência da renúncia do vogal efetivo André Bernardo de Lemos Alves.

Em 17 de setembro de 2020, a presidente do Conselho de Administração, Dra. Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro, apresentou a renúncia ao cargo, não tendo sido nomeado um substituto até ao final do ano de 2020.

Em 29 de janeiro de 2021, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, foram eleitos, para finalizar o mandato 2019-2021, o Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias para presidente e a Dra. Isabel Maria Rodrigues Feijão Ferreira para vogal.

Em 31 de agosto de 2021, na sequência do pedido de renúncia ao exercício do cargo apresentado em 7 de julho, o vogal Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo cessou funções como membro do Conselho de Administração.

Em 5 de novembro de 2021, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi eleito, para completar o mandato 2019-2021 como vogal do Conselho de Administração, o Dr. João Pedro da Silva Correia. Este vogal foi ainda designado para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na Docapesca seja superior a 1% do ativo líquido, competência que estava atribuída ao Dr. Carlos Figueiredo.

Pela Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 29 de julho de 2022 foram eleitos os novos membros do Conselho de Administração.

Os Órgãos Sociais ficaram então compostos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Vice-Presidente: Carlos Manuel Sousa Martins

Secretária: Alexandra Maria Brito Carvalho

Conselho de Administração:

Presidente: Sérgio Miguel Redondo Faias

Vogal: João Pedro da Silva Correia

Vogal: Rita de Passos Moreira Jorge Lourenço

Conselho Fiscal:

Presidente: Pedro Miguel Pinto Monteiro

Vogal Efetivo: André Joaquim Lima Ribas

Vogal Efetivo: Maria Gabriela Nunes Mendes Campos

Vogal Suplente: Ana Elisabete de Assunção Militão (*)

(*) A vogal suplente Ana Militão apresentou a renúncia ao cargo em 25 de novembro de 2019, não tendo sido substituída até à presente data.

O Revisor Oficial de Contas é a BDO & associados, SROC, Lda.

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

Notas sobre a atividade da Docapesca

Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio e pela Portaria n.º 36/2019, de 28 de janeiro.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios, incluindo a gestão de áreas do Domínio Público marítimo sob o título de Gestão Dominial.

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em percentagens definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores da pesca local são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em "outros créditos a receber" (compradores) e "outras dívidas a pagar" (armadores / pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2023 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 110.297,1 toneladas de pescado fresco, no valor de 250.206.899 Euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2022: 99.015,7 toneladas, no valor de 245.766.536 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo ajustamento, que regista em Passivo Não Corrente.

Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e consequente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo)

- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervenções de manutenção)
- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).

SmartOcean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar – Peniche

Atendendo a que a Docapesca, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, passou a estar incumbida de prosseguir atribuições de administração e fiscalização dos bens e áreas do domínio público que lhe foram afetos, integrados na sua área de jurisdição, foi a empresa convidada a participar, como associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) "SmartOcean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar", em Peniche.

Esta associação tem por objeto a gestão e a exploração do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar, nomeadamente assegurando a respetiva instalação e a construção de infraestruturas, promovendo a divulgação e o funcionamento do mesmo, desenvolvendo estudos, atividade, projetos e inovação, empreendedorismo, incubação empresarial e desenvolvimento tecnológico.

A Docapesca subscreveu 58 das 215 unidades de participação, de 2.500,00 Euros cada, num valor total de 145.000,00 Euros, correspondentes a 27% do capital da associação.

Esta participação foi precedida de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) por parte do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

S2 Aqua – Laboratório Colaborativo - Associação para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente

A Docapesca foi convidada a participar, como associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) "S2 Aqua – Laboratório Colaborativo, Associação para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente", em Peniche.

Esta associação tem como objetivo a investigação e desenvolvimento, com vista à inovação para uma aquacultura sustentável e inteligente e a coprodução de conhecimento e tecnologias capazes de suportar o aumento da capacidade tecnológica da indústria portuguesa e dar resposta às suas necessidades, ao facilitar o desenvolvimento de projetos inovadores com potencial de transferência tecnológica para o tecido empresarial.

A Docapesca subscreveu 25 das 375 unidades de participação, de 100,00 Euros cada, num valor total de 2.500,00 Euros.

Esta participação foi precedida de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) por parte do acionista, de 4 de janeiro de 2022.

Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

Nada a referir.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rérito reconhecido não inclui IVA.

O crédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 4.2, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- Utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e
- Obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser resarcida, em determinadas circunstâncias).

Estas responsabilidades podem incluir limpeza de fundos, dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC *Interpretation 12 — Service Concession Arrangements* ("IFRIC 12"), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em reservas. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período, até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, desde que o seja de facto, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Ativos Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que

estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As receitas e as despesas foram registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio por morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais

do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado

- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar eventuais situações de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado
- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2023 no montante de 1.438.394,14 Euros, donde se destacam 528.042,83 Euros relativos a processos judiciais que transitaram do IPTM (este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração e seus consultores legais do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos), e 750.343,50 Euros para riscos e encargos (provisão para pagamento de imposto Municipal sobre Imóveis: 348.375,00 Euros; provisão para sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão: 54.004,80 Euros, provisão para impugnação de taxas cobradas: 316.143,14 Euros; provisão para acidente com embarcação: 7.820,56 Euros); provisão para derrames de combustível: 24.000,00 Euros. Para além destes valores, mantém-se duas provisões para compromissos assumidos (ex-IPTM) no valor de 63.282,25 Euros e para taxa de movimentação de pescado em viana do Castelo, no valor de 96.725,56 Euros.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

"Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

	2023	2022
Numerário	47 196,05	27 806,60
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Banca comercial	6 480,86	6 550,25
- IGCP	1 971 915,28	1 589 647,69
Aplicação a prazo	<u>500 000,00</u>	<u>4 000 000,00</u>
	<u>2 525 592,19</u>	<u>5 624 004,54</u>

Em 31 de dezembro de 2023 nenhuma conta bancária da Empresa tinha saldo a descoberto.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao somatório dos saldos de caixa a 31 de dezembro de 2023 foi deduzido o montante de 110.229,70 Euros (acrescido à rubrica de "Outros créditos a receber" pelo montante de 92.787,89 Euros e à rubrica de "Clientes" pelo montante de 17.441,81 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro). Em 31 de dezembro de 2022 foi deduzido o montante de 59.365,37 Euros (acrescido às rubricas de "Outros créditos a receber" – 40.088,01 Euros e "Clientes" – 19.277,36 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro).

No dia 31 de dezembro de 2023, a Docapesca tinha contratada uma aplicação a prazo – CEDIC – no montante de 500.000,00 Euros, que se venceu em 2 de janeiro de 2024.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 250.206.899 Euros no exercício de 2022 e de 245.766.538 Euros no exercício de 2022.

Unidade de Tesouraria do Estado

Pelo Ofício n.º SGC-2018/9193, de 4 de junho, o IGCP, IP, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, para os anos de 2018 e 2019.

Pelo Ofício n.º SGC-2020/119, de 27 de novembro, o IGCP autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca para os anos de 2020 e 2021, ficando essa dispensa limitada aos descobertos bancários, às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros e ao objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas da Docapesca no IGCP

Ao longo do ano de 2021 a Docapesca procedeu às necessárias alterações dos seus procedimentos administrativos para corresponder integralmente às restrições impostas pela limitação do âmbito da dispensa do cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria de Estado (UTE) que foi deliberado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE em dezembro de 2020 e sucessivamente prolongada para 2021 e 2022.

Neste processo, a Docapesca aderiu à proposta de utilização dos TPA disponibilizados pela Banca comercial, através do IGCP, e que estão instalados em 18 lotas e um posto de vendagem.

A disponibilidade efetiva dos meios monetários arrecadados por este meio de pagamento foi acrescida em 1 ou 2 dias úteis com a passagem pela conta intermédia tutelada pelo IGCP e representa, em média, cerca de 2 milhões de Euros por mês.

Os pagamentos diários da Docapesca, nomeadamente aos armadores, são agora assegurados por apenas três transferências bancárias diárias (TEI's), a emitir até às 13 horas de cada dia, por imposição do IGCP, e obrigaram a Docapesca a uma revisão profunda do seu relacionamento com os credores, em particular com os armadores a quem está obrigada ao pagamento do produto líquido da vendas de pescado em lota até ao terceiro dia, em todas as 50 lotas e postos de vendagem, de Caminha a Vila Real de Santo António.

Os depósitos de cheques e em numerário passaram a ser regularmente efetuados na Banca Comercial, em contas tituladas pelo IGCP, diretamente ao balcão por não ser mais possível o depósito direto nas máquinas destas instituições, com o acréscimo de um dia útil.

Os cheques de terceiros emitidos "não à ordem" a favor da Docapesca são, pela lei do cheque, obrigatoriamente depositados nas antigas contas da Docapesca na banca comercial – Millennium BCP ou Caixa Geral de Depósitos.

Pelo menos semanalmente, os saldos disponíveis nestas contas são transferidos para a nossa conta junto do IGCP.

Foram encerradas todas as contas bancárias com exceção de uma conta no Millennium BCP (garantias bancárias prestadas e depósito de cheques "não à ordem") outra no BPI (descoberto bancário e garantias bancárias prestadas) e outra na CGD (garantias bancárias prestadas e depósito de cheques "não à ordem").

Pelo Ofício n.º SGC-68, de 27 de abril de 2022, o IGCP autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca para os anos de 2022 e 2023, nas mesmas condições que foram consideradas na anterior dispensa.

Mantendo-se válidos e atuais os pressupostos acima expressos, e tendo em conta o esforço de convergência desenvolvido no cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria desde 2018, a Docapesca solicitou nova dispensa para os anos seguintes.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

7. Partes relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, foram conforme se segue:

Remunerações	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remuneração mensal	129 896,14	128 454,97
Despesas de Representação	56 590,92	54 551,12
Subsídio de Refeição	7 180,00	7 320,00
Férias e Subsídio de férias	24 558,30	40 885,04
Subsídio de Natal	11 808,90	11 343,66
Ajudas de custo - Deslocações	2 365,68	1 887,59
Assembleia Geral	500,00	1 350,00
Revisão legal das Contas	13 500,00	13 500,00
Conselho Fiscal	46 581,00	44 866,52
Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 23)	292 980,94	304 158,90
Encargos dos Órgãos Sociais		
Encargos com remunerações	53 496,19	56 517,83
Encargos com remunerações - Conselho Fiscal	9 455,99	8 886,88
Seguro de acidentes de trabalho	2 626,40	2 259,36
Seguro de saúde	1 500,30	1 254,97
Total dos Encargos dos Órgãos Sociais	67 078,88	68 919,04
	360 059,82	373 077,94

Com a alteração estatutária e a eleição do Conselho Fiscal, a Docapesca contratou os serviços de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) para proceder à revisão legal de contas pelo montante de 13.500,00 Euros anuais.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2023									
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativos									Total
Saldo inicial	64 947 181,97	16 691 204,13	671 369,20	4 271 692,46	405 025,05	976 771,00	1 914 336,53	7 851 450,68	96 347 454,97
Aquisições	3 328 275,40	629 387,04	257,16	270 768,11	28 678,54	13 745,30	264 713,04	7 353 519,88	11 846 921,53
Aleinções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	4 145 767,12	92 586,39	-	136 772,74	-	13 904,67	13 934,67	(4 393 400,33)	(4 337,41)
Abates	(3 388 924,90)	(187 717,73)	-	(101 677,64)	(661,77)	(19 314,89)	(206 020,10)	(9 620,44)	(3 893 960,90)
Saldo final	69 032 299,50	17 225 462,73	671 646,36	4 577 755,87	432 841,82	985 136,08	1 966 964,14	10 801 949,79	104 296 078,19
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	48 367 451,62	14 373 673,78	381 902,05	3 728 445,21	342 611,08	768 288,95	1 472 363,71	-	68 323 837,27
Depreciações do exercício (note 23)	3 107 753,87	661 968,73	63 915,78	270 253,40	36 326,55	57 488,98	246 377,74	-	4 370 289,52
Aleinções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(1 277 789,22)	(184 030,94)	-	(100 965,86)	-	(15 122,48)	(191 783,36)	-	(1 754 569,20)
Saldo final	50 187 416,27	14 373 631,57	446 818,73	3 867 732,93	378 637,63	830 655,43	1 526 958,09	-	70 639 557,59
Ativos líquidos	18 634 883,23	2 353 631,16	225 827,63	680 022,74	63 904,19	154 480,65	460 006,05	10 801 949,79	33 356 520,60
2022									
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamentos administrativos	Outros activos fixos tangíveis	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativos									Total
Saldo inicial	62 731 403,04	16 060 156,91	663 959,44	3 955 287,76	364 669,90	898 264,91	1 778 580,76	5 481 695,78	90 671 084,01
Aquisições	1 268 288,77	196 757,27	59 201,86	301 020,50	37 082,53	71 824,84	253 783,79	4 616 750,35	6 715 802,54
Aleinções	-	-	(20 753,00)	-	-	-	-	-	(20 753,00)
Transferências	1 473 519,54	510 773,23	-	92 655,86	3 272,62	14 867,85	18 140,47	(2 235 216,87)	(140 127,77)
Abates	(546 029,68)	(76 485,28)	(31 019,10)	(77 071,66)	-	(8 186,60)	(136 168,49)	(11 778,58)	(878 550,81)
Saldo final	64 947 181,97	16 691 204,13	671 369,20	4 271 692,46	405 025,05	976 771,00	1 914 336,53	7 851 450,68	96 347 454,97
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial	46 007 249,95	13 789 922,71	378 179,36	3 543 947,26	306 461,05	730 604,25	1 350 042,08	-	65 067 341,39
Depreciações do exercício (note 23)	2 863 173,52	659 748,45	57 495,66	261 278,08	36 150,03	65 871,30	247 433,56	-	4 119 129,27
Aleinções	-	-	(20 753,00)	-	-	-	-	-	(20 753,00)
Transferências	110,57	-	-	(110,57)	-	-	-	-	-
Abates	(533 082,42)	(75 997,38)	(31 019,10)	(76 669,56)	-	(8 186,60)	(125 111,93)	-	(841 880,39)
Saldo final	48 367 451,62	14 373 673,78	381 902,05	3 728 445,21	342 611,08	768 288,95	1 472 363,71	-	66 323 837,27
Ativos líquidos	16 579 730,35	2 317 530,35	289 486,25	643 447,25	62 413,97	168 482,05	441 972,82	7 851 450,68	26 023 617,70

No decurso do ano de 2023, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Edifícios e outras construções" e "Ativos fixos tangíveis em curso", e dizem respeito, essencialmente, a requalificação de lotas e portos de pesca:

- Reabilitação do Pavimento do Cais de Descarga – Viana do Castelo (175.000 Euros)
- Reabilitação do Cais de Vila do Conde (495.000 Euros)
- Reabilitação de Armazéns de Arestos - Cais de Vila do Conde (130.000 Euros)
- Reabilitação de escadas e Defensas – Ponte Cais 1 – Matosinhos (265.000 Euros)
- Obras preparatórias para o mercado de segunda venda de Matosinhos (145.000,00 Euros)
- Pavilhão Industrial – Figueira da Foz (315.000 Euros)
- Nova Portaria – Porto da Nazaré (138.000 Euros)
- Pavilhão de apoio à trasfega em Sesimbra (1.422.000,00 Euros)
- Requalificação do Plano Inclinado – Setúbal (610.000 Euros)
- Pavilhão de apoio à trasfega em Sines (357.000,00 Euros)
- Estruturas Flutuantes e Ponte de Acesso – Lagos (130.000 Euros)
- Reabilitação da Ponte Cais Sul em Sagres (555.000,00 Euros)
- Requalificação do Edifício da Lota de Quarteira (950.000 Euros)
- Cais Flutuantes – Porto de Pesca de Tavira (135.000 Euros)
- Reabilitação da Marginal – V. R. S. António (710.000 Euros)

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), do porto de Sines e dos portos de Setúbal e Sesimbra e com as Administrações Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2023, ascende a 18.834.883,23 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 50.197.416,27 Euros.

2023				
	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APVC	523 966,37	398 480,71	125 485,66
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	17 621 142,54	16 912 559,06	708 583,48
Porto de Pesca de Aveiro	APA	2 362 317,23	1 782 827,28	579 489,95
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	5 059 136,53	3 752 116,95	1 307 019,58
Edifício Av. Brasília (Serviços Centrais)	APL	81 531,00	43 949,11	37 581,89
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	4 890 057,84	4 188 841,53	701 216,31
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	1 321 457,45	1 249 465,78	71 991,67
Porto de Pesca de Sines	APS	3 102 520,40	1 560 242,65	1 542 277,75
Lota de Cascais	Município	552 750,11	3 341,53	549 408,58
Posto de Vendagem de Mira	Município	29 929,85	23 972,75	5 957,10
Entrepósito Frigorífico de Peniche	Município	3 564 188,65	3 564 188,65	-
Edifício Rua das Naus - Sagres	IGFSS	424 034,51	424 034,51	-
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	292 335,60	31 288,65	261 046,95
Posto de Vendagem de Fuzeta	IGFSS	409 619,99	98 952,73	310 667,26
Posto de Vendagem de Armação de Pêra	---	23 256,03	21 021,03	2 235,00
Posto de Vendagem de Arrifana	---	5 872,96	5 872,96	-
Posto de Vendagem de Azenha do Mar	---	68 891,73	56 572,44	12 319,29
Posto de Vendagem de Burgau	---	61 960,61	61 960,61	-
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	---	836 883,40	478 736,02	358 147,38
Posto de Vendagem de Trafaria	Docapesca	126 679,44	34 011,13	92 668,31
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	---	68 404,27	67 506,09	898,18
Posto de Vendagem de Foz do Areiço	---	10 009,97	10 009,97	-
Posto de Vendagem de Foz do Montijo	---	5 716,50	1 345,29	4 371,21
Posto de Vendagem de Foz de Caminha	---	5 808,93	1 742,67	4 066,26
Posto de Vendagem de Gâmbia	---	19 036,39	19 036,39	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	---	12 464,25	12 464,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	---	27 140,57	27 140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	---	11 981,87	11 981,87	-
Posto de Vendagem de Torreira	---	33 437,73	17 806,16	15 631,57
Posto de Vendagem de Vila Chã	---	19 968,95	19 968,95	-
Posto de Vendagem de Zambujeira	---	89 124,48	89 124,48	-
Posto de Vendagem de Vila Nova de Mafontes	---	621 429,35	411 312,60	210 116,75
Sub-Total 1		42 283 055,50	35 381 875,37	6 901 180,13

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Posto de Vendagem de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	243 277,17	109 964,03	133 313,14
Posto de Vendagem de Esposende	Docapesca (a)	1 398 160,41	63 764,96	1 334 395,45
Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	Docapesca (a)	2 196 370,01	1 071 013,24	1 125 356,77
Posto de Vendagem de Vila do Conde	Docapesca (a)	197 517,59	154 869,24	42 648,35
Estaleiros Navais de Azurara - Vila do Conde	Docapesca (a)	40 404,20	16 695,58	23 708,62
Posto de Vendagem de Afurada	Docapesca (a)	13 344,03	13 344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	Docapesca (a)	34 161,65	28 828,46	5 333,19
Posto de Vendagem de Angeiras	Docapesca (a)	126 566,26	73 731,86	52 834,40
Porto de Pesca de Angeiras	Docapesca (a)	301 749,74	301 749,74	-
Porto de Pesca de Nazaré	Docapesca (a)	2 215 680,05	1 082 994,39	1 132 685,66
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	5 142 427,11	2 433 292,56	2 709 134,55
Porto de Pesca de Cascais	Docapesca (a)	21 235,71	15 926,78	5 308,93
Posto de Vendagem de Ericeira	Docapesca (a)	622 554,90	399 055,47	223 499,43
Porto de Pesca de Sagres (Baleeira)	Docapesca (a)	1 601 745,48	1 240 824,41	360 921,07
Porto de Pesca de Lagos	Docapesca (a)	1 775 050,06	1 232 643,32	542 406,74
Posto de Vendagem de Albufeira	Docapesca (a)	232 327,47	81 143,53	151 183,94
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	2 175 468,98	1 395 741,46	779 727,52
Porto de Pesca de Olhão	Docapesca (a)	3 297 186,13	1 839 093,04	1 458 093,09
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	802 613,61	405 732,91	396 880,70
Porto de Pesca de Fuzeta	Docapesca (a)	10 730,00	4 023,74	6 706,26
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	985 676,02	533 876,13	451 799,89
Posto de Vendagem de Santa Luzia	Docapesca (a)	301 730,01	209 544,48	92 185,53
Posto de Vendagem de Alvor	Docapesca (a)	17 384,29	13 774,29	3 610,00
Posto de Vendagem de Faro	Docapesca (a)	6 340,59	6 340,59	-
Posto de Vendagem de Cabanas	Docapesca (a)	42 901,91	33 013,68	9 888,23
Posto de Vendagem de Armona	Docapesca (a)	21 951,79	4 793,16	17 158,63
Posto de Vendagem de Culatra	Docapesca (a)	316 072,95	160 041,13	156 031,82
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	2 317 677,16	1 768 884,30	548 792,86
Área Domínial - Guadiana	Docapesca (a)	83 900,32	37 816,39	46 083,93
Assinalamento Marítimo - Norte	Docapesca (a)	57 705,16	19 929,97	37 775,19
Assinalamento Marítimo - Centro	Docapesca (a)	52 323,84	17 598,35	34 725,49
Assinalamento Marítimo - Sul	Docapesca (a)	97 009,40	45 495,68	51 513,72
Sub-Total 2		26 749 244,00	14 815 540,90	11 933 703,10
Total		69 032 299,50	50 197 416,27	18 834 883,23

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. Estes ativos, com o valor bruto de 3.564.188,65 Euros, estão completamente reintegrados à data de 31 de dezembro de 2023. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A. (industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em agosto de 2012.

Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2023, eram os seguintes:

1. Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de 60.105,15 Euros; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico para movimentação de pescado;
2. Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, com o valor de aquisição de 1.171.202,17 Euros, relativos a apetrechamento frigorífico, equipamento de estiva e estanteria;
3. Conjunto de cadeiras de auditório, em armazém do porto de pesca de Póvoa de Varzim (em poder da Apropesca), cedido por Protocolo, no valor de 15.842,50 Euros;
4. Quebra-Mar flutuante no valor total de 219.844,44 Euros, que inclui poste de sinalização autónomo e dois armários de emergência (cedido por Protocolo à Associação de Moradores da Ilha da Culatra);
5. Bateria de condensadores automática de 200, em armário IP22, instalado junto do quadro geral de baixa tensão, nas instalações da fábrica de gelo da Fingelo, no porto de pesca de Olhão, no valor de 4.939,00 Euros;
6. Investimento efetuado no edifício da Rua das Naus (Baleeira – Sagres), composto por diversos equipamentos no valor de 43.294,81 Euros, com vista à adaptação para Centro Interpretativo da Lota de Sagres, e cedido por protocolo à Câmara Municipal de Vila do Bispo.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 4.370.289,52 Euros (4.119.129,27 Euros em 2022), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

Até 2012, a Docapesca deprecia os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

A partir de 2013 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes, se ainda contida na vida útil máxima para efeitos fiscais.

9. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2023				
	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	610 413,47	1 214 261,70	291 625,57	2 116 300,74
Aquisições	28 603,77	-	138 133,20	166 736,97
Transferências	4 337,41	-	-	4 337,41
Abates	-	(101 065,38)	-	(101 065,38)
Saldo final	643 354,65	1 113 196,32	429 758,77	2 186 309,74
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	379 555,41	1 213 639,39	-	1 593 194,80
Depreciações do exercício (nota 23)	111 362,23	-	-	111 362,23
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	(101 065,38)	-	(101 065,38)
Saldo final	490 917,64	1 112 574,01	-	1 603 491,65
Ativos líquidos	152 437,01	622,31	429 758,77	582 818,09
2022				
	Programas computador	Propriedade industrial	Intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	310 645,69	1 214 261,70	385 237,80	1 910 145,19
Aquisições	66 027,78	-	-	66 027,78
Transferências	233 740,00	-	(93 612,23)	140 127,77
Abates	-	-	-	-
Saldo final	610 413,47	1 214 261,70	291 625,57	2 116 300,74
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	287 293,05	1 213 639,39	-	1 500 932,44
Depreciações do exercício (nota 23)	92 262,36	-	-	92 262,36
Transferências	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-
Saldo final	379 555,41	1 213 639,39	-	1 593 194,80
Ativos líquidos	230 858,06	622,31	291 625,57	523 105,94

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 111.362,23 Euros (92.262,36 Euros em 2022), foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 24).

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

10. Locações

Locação operacional

Os gastos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Locação operacional		
Viaturas de mercadorias	162,60	60,98
Viaturas ligeiras de passageiros	33 813,00	33 813,00
	<u>33 975,60</u>	<u>33 873,98</u>
Outras		
Viaturas para transporte de pescado	15 671,24	15 191,92
Viaturas para transporte de materiais	-	-
	<u>15 671,24</u>	<u>15 191,92</u>

Os encargos em 2023 (com exceção de despesas esporádicas não correspondentes a contratos de locação) correspondem a seis viaturas ligeiras de passageiros cujos contratos terminam em 2025 e uma viatura de transporte de pescado.

Os gastos a reconhecer no futuro (relativos às seis viaturas ligeiras de passageiros) relativamente aos contratos AOV em curso são:

	Pagamentos mínimos a efetuar		
	2024	2025	após 2025
Locação operacional			
Viaturas ligeiras de passageiros	33 813,00	10 189,75	0,00
	<u>33 813,00</u>	<u>10 189,75</u>	<u>0,00</u>
Viaturas para transporte de pescado	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

11. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Juros suportados		
Financiamentos bancários	5 232,50	-
Outros financiamentos	49,74	5 282,24
		<u>80,86</u>
Outros gastos de financiamento		80,86
Comissões e encargos similares	2 391,75	3 967,22
Garantias bancárias	5 402,08	5 494,50
	<u>13 076,07</u>	<u>9 461,72</u>
		<u>9 542,58</u>

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Juros obtidos		
Juros de Mora	6 325,87	13 938,97
Juros de Depósitos	4 926,98	36,67
Outros Juros	21,70	11 274,55
Outros rendimentos similares		
Outros	-	0,63
	<u>11 274,55</u>	<u>13 975,64</u>
	<u>11 274,55</u>	<u>13 976,27</u>

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	97 732,61	(33 992,49)	63 740,12	94 809,55	(30 569,79)	64 239,76
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	59 587,08	(12 449,86)	47 137,22	44 017,11	(9 428,74)	34 588,37
Produtos acabados e intermédios	4 266,66	-	4 266,66	4 085,90	-	4 085,90
	<u>161 586,35</u>	<u>(46 442,35)</u>	<u>115 144,00</u>	<u>142 912,56</u>	<u>(39 998,53)</u>	<u>102 914,03</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é detalhado conforme se segue:

	2023		
	MP, Subs.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	(94 809,55)	(44 017,11)	(138 826,66)
Compras	398 843,62	264 582,48	663 426,10
Regularizações	50 994,22	-	50 994,22
Saldo final	(97 732,61)	(59 587,08)	(157 319,69)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>257 295,68</u>	<u>160 978,29</u>	<u>418 273,97</u>

	2022		
	MP, Subs.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	83 988,78	70 884,46	154 873,24
Compras	38 849,69	57 820,98	96 670,67
Regularizações	43 112,41	-	43 112,41
Saldo final	94 809,55	44 017,11	138 826,66
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	260 760,43	172 722,55	433 482,98

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
	Produtos	Produtos
	acabados	acabados
Saldo inicial	4 085,90	1 828,79
Saldo final	(4 266,66)	(4 085,90)
Variação dos inventários de produção	(180,76)	(2 257,11)

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhada a seguir:

	Toneladas em Silo	
	2023	2022
Póvoa de Varzim	1,50	2,00
Matosinhos	30,00	55,00
Aveiro	60,00	32,00
Figueira da Foz	35,00	54,00
Sagres	8,70	-
Portimão	0,60	0,40
Lagos	1,00	1,00
Quarteira	10,00	3,00
VRSA	8,00	1,20
Total	154,80	148,60

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	30 569,79	3 728,31	(305,61)	-	33 992,49
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	9 428,74	12 449,86	(9 428,74)	-	12 449,86
	39 998,53	16 178,17	(9 734,35)	-	46 442,35

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	36 667,28	1 186,61	(7 284,10)	-	30 569,79
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	20 507,34	9 428,74	(20 507,34)	-	9 428,74
	<u>57 174,62</u>	<u>10 615,35</u>	<u>(27 791,44)</u>	-	<u>39 998,53</u>

A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

As perdas por imparidade de inventários de mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 16.178,17 Euros, bem como as reversões no montante de 9.734,35 Euros, foram registadas na rubrica de "Imparidade de inventários".

13. Réido

O réido reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Venda de bens	1 476 701,99	1 370 565,11
Prestação de serviços	28 455 538,18	28 657 114,32
Juros obtidos (Nota 11)	11 274,55	13 975,64
	<u>29 943 514,72</u>	<u>30 041 655,07</u>

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
- Venda de gelo	1 300 800,50	1 201 074,86
- Venda de combustíveis	135 413,10	123 692,18
- Venda de aprestos de pesca	10 732,75	12 653,62
- Venda de lubrificantes	9 347,37	7 540,06
- Venda de baterias	3 144,71	2 491,54
- Venda de comandos	16 931,40	22 883,06
- Venda de embalagens	332,16	229,79
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1º. Venda de pescado	19 792 747,27	19 536 328,42
- Serviços dos portos de pesca	5 010 561,18	5 217 641,99
- Gestão dominial	2 308 103,70	2 277 288,21
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	1 053 921,03	1 360 016,92
- Outros	290 205,00	265 838,78
	<u>29 932 240,17</u>	<u>30 027 679,43</u>

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em lota.

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é apresentada nos quadros seguintes:

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-
Para impugnação de taxas cobradas	312 331,40	15 066,74	(11 255,00)	-	-
Para acidentes de embarcações	7 820,56	-	-	-	-
Para indemnizações a pagar	-	-	-	-	-
Para derrames de combustível	49 000,00	-	(25 000,00)	-	-
	1 459 582,40	15 066,74	(36 255,00)	-	-
	1 438 394,14				

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações
Para compromissos assumidos - IPTM	63 282,25	-	-	-	-
Para processo judicial - APVC	96 725,56	-	-	-	-
Para processo judicial - San Jose	290 000,00	-	-	-	-
Para processo judicial - Grupo Lena	238 042,83	-	-	-	-
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54 004,80	-	-	-	-
Para imposto municipal sobre imóveis	348 375,00	-	-	-	-
Para impugnação de taxas cobradas	227 767,83	84 563,57	-	-	-
Para acidentes de embarcações	7 820,56	-	-	-	-
Para indemnizações a pagar	3 900,00	-	(3 900,00)	-	-
Para derrames de combustível	-	49 000,00	-	-	-
	1 329 918,83	133 563,57	(3 900,00)	-	-
	1 459 582,40				

Provisões para responsabilidades assumidas

1. Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 63.282,25 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pelo IMT (Instituto da Mobilidade e Transportes), e que se relaciona com o pagamento dos salários e encargos aos trabalhadores do IPTM no período de dois meses imediatamente anteriores à sua transição, por acordo de cedência de interesse público, para a Docapesca.
2. Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 96.725,56 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pela AT em Processo de execução fiscal por uma dívida de 2000 a 2004, reclamada inicialmente pelo IPTM em 2008, e que se anulou por confusão entre o devedor e o credor (fusão por incorporação do IPTM na Docapesca) mas que o tribunal entendeu ser devida à

Administração do Porto de Viana do Castelo. A Docapesca já apresentou impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas em 2015 provisões para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão (risco avaliado em 54.004,80 Euros), que se mantém em 2023.

Foram constituídas desde 2020 provisões para o eventual pagamento na sequência de impugnação de taxas cobradas:

- Cliente Marcelina Maria da Conceição de Sousa: Processo nº 182/17.2BELLE Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A impugnante deduziu impugnação judicial do ato de liquidação e cobrança de taxa devida pela ocupação do domínio público marítimo do apoio de praia simples denominado "Borda d'Água", relativo ao ano 2016, emitido pela Docapesca, no valor de € 6.974,10 (seis mil novecentos e setenta e quatro Euros e dez cêntimos). No dia 1 de abril de 2020 foi proferida sentença que julgou a ação procedente, declarando a anulação do ato de liquidação por vício de violação da lei, consubstanciado em erro nos pressupostos de direito. A Docapesca apresentou em tempo e modo próprio o competente recurso, mas constituiu provisão para este processo, e também para as verbas faturas em anos posteriores ao mesmo cliente, num total de € 35.304,45 Euros.

Em 2021 foi revertida parte desta provisão (6.601,65 Euros), correspondente ao IVA incluído na fatura (por ser recuperável) e acrescida mais uma anuidade (5.858,10 Euros).

Em 2022 e 2023 foram acrescidas mais duas anuidades (5.883,30 Euros e 6.177,60 Euros).

- Cliente O Farol – Cervejaria Bar, Lda.: Processo nº 183/17.2BELLE Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A impugnante deduziu impugnação judicial do ato de liquidação e cobrança de taxa devida pela ocupação do domínio público marítimo do apoio de praia denominado "O Farol", relativo ao ano 2016, emitido pela Docapesca, no valor de € 8.175,20 (oito mil cento e setenta e cinco Euros e vinte cêntimos). No dia 1 de abril de 2020 foi proferida sentença que julgou a ação procedente, declarando a anulação do ato de liquidação por vício de violação da lei, consubstanciado em erro nos pressupostos de direito. A Docapesca apresentou em tempo e modo próprio o competente recurso, mas constituiu provisão para este processo, e também para as verbas faturas em anos posteriores ao mesmo cliente, num total de € 41.384,68 Euros.

Em 2021 foi revertida parte desta provisão (7.738,61 Euros), correspondente ao IVA incluído na fatura (por ser recuperável) e acrescida mais uma anuidade (6.867,00 Euros).

Em 2022 e 2023 foram acrescidas mais duas anuidades (6.896,54 Euros).

- Cliente Sagritur – Sociedade Agro-Turística, Lda.: Processo nº 165/20.5BELLE – Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra. A impugnante discute se o prédio em

causa se encontra dentro do limite do Domínio Público Marítimo. Já foi intentada a competente ação de reconhecimento de propriedade privada. Valor: 135.156,05 Euros.

Em 2022 foi acrescida mais uma anuidade (68.965,35 Euros).

Em 2023, em função de correções produzidas na conta corrente, foi reduzida a provisão em 11.255,00 Euros

- Cliente Condomínio do Edifício Marquês e outros - Processo nº 373/20.9BELRA Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. A Docapesca foi notificada da impugnação judicial e apresentou contestação. A ação foi apresentada na sequência de indeferimento expresso da reclamação graciosa deduzida contra os atos de liquidação da taxa de ocupação liquidada entre 1991 2019. Valor: 11.004,71 Euros.
- Cliente Condomínio Infante II - Processo nº 1259/19.5BELRA Unidade Orgânica 2, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. O reclamante deduziu oposição ao processo executivo para cobrança da taxa de utilização do Domínio Público Marítimo correspondente ao ano de 2019. Valor: 6.533,10 Euros).

Em 2022 e 2023 foram acrescidas mais duas anuidades (2.179,10 Euros e 2.286,90 Euros).

- Carlos Alberto Torres Sampaio - Processo nº 45/20.4TNLSB, Tribunal Marítimo de Lisboa. Na sequência de um acidente que a sua embarcação sofreu (alegadamente por causa do mau estado em que se encontravam os cunhos de amarração das embarcações no porto de pesca de Vila Praia de Âncora), o autor vem pedir uma indemnização que inclui a reparação da embarcação e a privação do uso da mesma. Realizou-se audiência prévia e, em 13-12-2021, a audiência de julgamento. Aguarda-se sentença. Valor: 7.820,56 Euros.
- Jaime Gabriel Passos de Sá - Processo nº 2853/21.0T8VCT, Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo. Na sequência do despedimento do trabalhador, o mesmo alegou pela ilicitude do mesmo sendo previsível o pagamento de uma indemnização, bem como a reintegração do trabalhador. Valor: 3.900,00 Euros.

Em virtude do encerramento do processo, foi revertida a provisão em 2022.

- Foram constituídas em 2022 duas provisões para eventuais pagamentos relativos a derrames de combustível:
 - Um derrame no porto de pesca de Vila Praia de Âncora (Processo nº 658/19.7T.CGI - impugnação por parte da Docapesca) por contraordenação ambiental, devido a inexistência de aparadeiras num local de depósito de óleos usados; custo potencial: 25.000,00 Euros; esta provisão foi revertida em 2023, na sequência de absolvição em julgamento
 - Um derrame no porto de pesca de Póvoa de Varzim, em tudo idêntico ao anterior, por contraordenação ambiental, devido a escorrência de óleo para o chão no porto de pesca; custo potencial: 24.000,00 Euros.

Provisão para Imposto Municipal sobre imóveis

Foi constituída em 2015 uma provisão para fazer face ao pagamento do IMI sobre os edifícios construídos pela Docapesca nos terrenos do Porto de pesca de Matosinhos, na sequência de um pedido da AT para a entrega dos elementos que discriminam esses mesmos edifícios, com data-limite de novembro de 2015.

A provisão foi calculada tomando por base o valor de aquisição dos referidos edifícios e a possibilidade de serem exigidos os 4 últimos anos.

Em 2016, a provisão foi reforçada com idêntico cálculo sobre os bens construídos pela Docapesca nos restantes portos de pesca, de acordo com o registo no ativo fixo tangível da Docapesca no valor de 165.000,00, passando a provisão a totalizar 348.375,00 Euros.

Provisões transitadas do ex-IPTM

Foi contabilizada em 2015 uma dívida a pagar, provisionada pelo ex-IPTM, relativa à Construtora San José, no montante de € 290.000,00 Euros, com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

Em 2017, foi esse montante transferido para a conta de provisões, por transferência da conta original, sem impacto em custos do exercício.

Da mesma forma, foi contabilizada, em 2017, uma provisão para o eventual pagamento às empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. do montante de € 238.042,83, também com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

15. Subsídios do Governo

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante líquido recebido	Montante por receber	2023	
				Réido do período	Réido acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	29 891 926,81	4 307 895,18	-	1 387 533,87	24 269 859,78
Ativos tangíveis abatidos	1 434 252,86		-	669,79	-
	<u>31 326 179,67</u>	<u>4 307 895,18</u>	<u>-</u>	<u>1 388 203,66</u>	<u>24 269 859,78</u>

Subsídio	Montante total	Montante líquido recebido	Montante por receber	2022	
				Réido do período	Réido acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	27 891 568,13	1 534 078,11	-	1 421 456,75	23 410 520,99
Ativos tangíveis abatidos	184 541,79		-	6 668,92	-
	<u>27 891 568,13</u>	<u>1 534 078,11</u>	<u>-</u>	<u>1 428 125,67</u>	<u>23 410 520,99</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a empresa reconheceu o montante de 4.307.895,18 Euros como subsídios ao investimento.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.388.203,66 Euros (1.428.125,67 Euros em 31 de dezembro de 2022), foi registado na demonstração dos resultados na rubrica de Outros rendimentos (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2023, a Docapesca reconheceu ajustamentos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 2.684.574,58 Euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 21% e derrama de 1,5% (Nota 17).

2023			
	Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)
Subsídios relacionados com ativos:			
Ativos tangíveis e intangíveis		9 246 868,05	(2 684 574,58)
2022			
	Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)
Subsídios relacionados com ativos:			
Ativos tangíveis e intangíveis		7 152 682,10	(2 076 585,12)

Subsídios à exploração

A Docapesca registou, durante o exercício de 2023, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi registado nas contas de "Subsídios à Exploração" o montante total de 132.451,23 Euros, relativos a projetos de divulgação.

16. Acontecimentos após a data do balanço

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de março de 2024. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

17. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das

circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	189 552,17	806 797,43
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	1 208,39	2 153,50
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Estadual	172,62	307,65
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Municipal	86,31	153,82
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Trib. Autónoma	-	-
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Municipal	13 539,44	57 628,39
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Estadual	-	70 256,78
Imposto s/ o rendimento Exercício - Tributação Autónoma	28 839,92	30 005,75
	233 398,85	967 303,32
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(5 243,69)	170 018,20
	(5 243,69)	170 018,20
Gasto com impostos sobre o rendimento	228 155,16	1 137 321,52

	2023	2022
Resultado antes de imposto	1 064 102,24	4 083 351,96
Diferenças permanentes	(140 112,29)	35 669,79
Diferenças temporárias	(21 360,59)	(277 129,23)
Lucro tributável	902 629,36	3 841 892,52
IRC - Coleta	189 552,17	806 797,43
Derrama Municipal	13 539,44	57 628,39
Derrama Estadual	-	70 256,78
Tributação Autónoma	28 839,92	30 005,75
IRC a pagar	231 931,53	964 688,35

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foi como se segue:

	2023		2022	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	364 977,69	-	534 995,89	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação	-	-	-	-
Piano de Benefícios de Reforma				
Reforço	48 249,53			
Utilização	(43 005,84)		(170 018,20)	
	5 243,69	-	(170 018,20)	-
Saldo final	370 221,38	-	364 977,69	-

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos é o seguinte:

	2023	2022
Ativos por impostos diferidos	370 221,38	364 977,69
Piano de Pensões	370 221,38	364 977,69
Processos Judiciais	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Docapesca mantém registo de Ativos por Impostos Diferidos no montante de 370.221,38 Euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em vigor na empresa (ver nota 19).

Processos em execução fiscal

- Liquidação adicional de IVA

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros, na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- Autoridade Tributária e Aduaneira

Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeitava ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

A Docapesca efetuou em 2016, o pagamento do montante reclamado, ao abrigo do programa PERES, não abdicando de prosseguir com o pedido de impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

18. Ativos e passivos financeiros

Clientes e outros créditos a receber

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes", em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é detalhada conforme segue:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	1 133 948,33	-	1 133 948,33	807 911,25	(9 724,93)	798 186,32
Vencido:						
0-90 dias	864 652,28	-	864 652,28	861 334,37	(11 876,63)	849 457,74
90-180 dias	335 715,38	-	335 715,38	531 009,22	(52 354,05)	478 655,17
180-360 dias	155 559,62	(57 321,50)	98 238,12	379 001,26	(37 142,40)	341 858,86
> 360 dias	4 170 933,80	(3 377 980,03)	792 953,77	3 761 477,50	(2 749 300,20)	1 012 177,30
	6 660 809,41	(3 435 301,53)	3 225 507,88	6 340 733,60	(2 860 398,21)	3 480 335,39

Os saldos de 2022 refletem uma operação de *Write Off* nas contas de alguns clientes, já iniciada em 2021, que resulta das recomendações emitidas pela Inspeção Geral de Finanças no decurso de uma ação inspetiva.

De acordo com as recomendações contidas no relatório final da IGF n.º 96/2021, nomeadamente a que se relaciona com o ponto 2.6 do referido relatório ("Desencadear mecanismos que evitem ou diminuam as situações de acumulação de dívidas de clientes e possibilitem a recuperação dos respetivos valores"), a Docapesca propôs-se executar um procedimento de revisão exaustiva dos créditos registados como de cobrança não provável, de clientes e outros devedores, sobre os quais se encontram registadas imparidades de igual montante.

No decurso desta análise, que incide sobre créditos duvidosos registados e mantidos desde a década de 80, procedeu-se à classificação dos créditos em:

- Créditos sem qualquer possibilidade de ação futura porque:
 - a) Já não existe informação relevante em processo físico e se perdeu o ficheiro informático por destruição inadvertida dos ficheiros em servidor;
 - b) O cliente / devedor não é reconhecível por falta de informação relativa a morada e identificação fiscal
 - c) O cliente / devedor tem a sua atividade encerrada por dissolução
- Créditos que foram objeto de reclamação judicial, mas que se encontram já encerrados por não terem sido encontrados bens para penhora:
 - a) Clientes / devedores que têm a sua atividade encerrada por dissolução
 - b) Clientes / devedores que mantêm a atividade, pelo menos a nível fiscal, evidenciada pelo Portal da Autoridade Tributária e pelo Ministério da Justiça
- Créditos que merecem análise adicional porque:
 - a) Existem processos físicos com reclamações dos clientes / devedores
 - b) Há indícios de que o cliente / devedor pretende a manutenção da sua atividade, assegurando o registo como ativo no Portal da Autoridade Tributária

Neste contexto, foram tomados em devida conta os clientes / devedores, divididos pelos seguintes critérios:

- 1.º critério – Dívida transferida para duvidoso entre os anos de 1996 e 2005
- 2.º critério – Dívida transferida para duvidoso entre os anos de 2006 e 2012
- 3.º critério – Dívida transferida para duvidoso entre os anos de 2013 e 2021

Foram anuladas as dívidas consideradas como duvidosas de 511 clientes e devedores, no montante de 5.204.926,89 Euros (2.913.408,26 Euros de créditos sobre clientes e 2.291.518,63 Euros de créditos sobre devedores, conforme o quadro seguinte:

	Devedores Contas 27881 e 27902	Clientes Contas 213 e 2192	Total	Data de lançamento	Número de processos
1.º critério - 1996 a 2005	1 767 994,39	660 665,24	2 428 659,63	30-12-2021	191
2.º critério - 2006 a 2012	412 424,16	1 403 144,75	1 815 568,91	30-03-2022	140
3.º critério - 2013 a 2021	111 100,08	658 095,16	769 195,24	30-06-2022	116
3.º critério - 2013 a 2021	-	191 503,11	191 503,11	30-09-2022	64
	2 291 518,63	2 913 408,26	5 204 926,89		511

O montante relativo a "Clientes" – não vencido está acrescido em 17.441,81 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2022 e depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

As dívidas de clientes com mais de 360 dias que não foram objeto de perda por imparidade correspondem à faturação de clientes que ainda se encontram a pagar as dívidas integradas do IPTM (anteriores a junho de 2014), assim como às dívidas de clientes com acordo de pagamento em cumprimento, e ainda ao conjunto da faturação de pequeno montante dirigida a um número significativo de clientes que se encontra em análise por diversas reclamações, não se tendo dado ainda início à sua cobrança. Entende-se, contudo, que estes montantes serão realizados no decurso dos próximos exercícios, pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

Apesar de não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca todo o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca.

Assim, foi já integrado o montante total de 2.022.660,23 Euros, correspondente aos recebimentos até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, os "Outros créditos a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	7 451 816,29	-	7 451 816,29	7 427 708,48	-	7 427 708,48
Devedores duvidosos	508 464,03	(508 464,03)	-	508 464,03	(508 464,03)	-
Devedores diversos	915 215,46	(10 000,00)	905 215,46	880 600,40	(10 000,00)	870 600,40
Subsídios à Exploração a receber (nota 14)	-	-	-	-	-	-
Outros	178 196,32	-	178 196,32	135 512,36	(6 087,40)	129 424,96
	9 053 692,10	(518 464,03)	8 535 228,07	8 952 285,27	(524 551,43)	8 427 733,84
Acréscimos de provélos						
Outros	326 056,39	-	326 056,39	435 372,76	-	435 372,76
	326 056,39	-	326 056,39	435 372,76	-	435 372,76
	9 379 748,49	(518 464,03)	8 861 284,46	9 387 656,03	(524 551,43)	8 863 106,60

Ao montante relativo a "Compradores – Guias" foram acrescidos 92.787,89 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2023, depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

A antiguidade do saldo da rubrica "Compradores - Guias" e "Devedores Duvidosos", em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é detalhada conforme segue:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	3 197 761,87	-	3 197 761,87	3 163 038,23	-	3 163 038,23
Vencido:						
0-90 dias	3 636 988,77	-	3 636 988,77	3 715 317,82	-	3 715 317,82
90-180 dias	52 337,79	-	52 337,79	46 641,50	-	46 641,50
180-360 dias	130 623,81	-	130 623,81	145 686,55	-	145 686,55
> 360 dias	942 568,08	(508 464,03)	434 104,05	884 765,77	(508 464,03)	376 301,74
	7 960 280,32	(508 464,03)	7 451 816,29	7 955 449,87	(508 464,03)	7 446 985,84

Para além do processo de *Write Off* já referido, foi reconhecido, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma perda em imparidades líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 574.903,32 Euros (ganho de 538.676,87 Euros em 2022), as quais se encontram registadas na rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" conforme quadro seguinte:

	2023		
	Aumentos	Reversões	Saldo
	636 858,73	(61 955,41)	574 903,32
Clientes			
Outros devedores	636 858,73	(61 955,41)	574 903,32
<hr/>			
	2022		
	Aumentos	Reversões	Saldo
	434 563,16	(973 240,03)	(538 676,87)
Clientes			
Outros devedores	434 563,16	(973 240,03)	(538 676,87)

As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2023, estavam na posse da Docapesca 764 Garantias Bancárias, no valor de 12.838.147,30 Euros e Cauções em Numerário no valor total de 2.850.238,59 Euros.

	2023	2022
Garantias bancárias	12 838 147,30	12 739 654,00
Cauções em numerário	2 850 238,59	2 623 983,40
	15 688 385,89	15 363 637,40

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2023	2022	
	Docapesca	Ex-IPTM	Docapesca
			Ex-IPTM
Garantias bancárias	2 068 104,89	326 093,17	2 271 624,16
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	57 634,61	-	53 418,19
Seguros de caução	639 084,29	53 687,36	593 781,71
Depósitos bancários para retenção garantias	399 948,87	97 112,96	260 409,65
Retenção para reforço de garantia			97 112,96
Fornecedores correntes	2 829,28	-	3 204,13
Fornecedores de investimento	495 892,89	-	331 576,07
	3 663 494,83	476 893,49	3 514 013,91
			476 893,49

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2023			2022		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	Banco BPI	1 250 000,00	625 000	-	1 250 000,00	-	-
		1 250 000,00	625 000,00	-	-	-	-

Durante o exercício de 2022, procedeu-se a uma consulta ao mercado, procurando melhores condições para financiamento de curto prazo através de crédito bancário por descoberto em conta corrente, resultante das recomendações emitidas pelo IGCP, uma vez que as condições existentes à data se traduziam em custos superiores face à média dos custos das operações de financiamento praticadas para as entidades do Setor Empresarial do Estado.

Assim, em outubro de 2022, procedeu-se à revogação do contrato com o BCP e contratou-se o BPI, que apresentou as melhores condições para a concessão de um empréstimo de curto prazo, indo de encontro ao pretendido pelo IGCP.

De referir que, durante o ano de 2023, a Docapesca recorreu ao descoberto bancário em DO, contratualizado com o Banco BPI, sempre que necessário, para fazer face aos pagamentos relativos aos investimentos em curso, em antecipação ao recebimento dos subsídios associados aos mesmos, nomeadamente entre os meses de julho e setembro, e durante o mês de dezembro, com devolução no próprio mês.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	1 496 128,65	922 545,56
0-90 dias	183 748,35	283 016,42
90-180 dias	27 998,06	-
180-210 dias	519,78	-
> 210 dias	-	-
	1 708 394,84	1 205 561,98
Fornecedores por retenções	11 867,49	12 242,34
Fornecedores, fat. em receção e conferência	4 689,62	1 229,71
	1 724 951,95	1 219 034,03

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2023	2022
Outras dívidas a pagar (não corrente):	2 684 574,58	2 076 585,12
Ajustamentos a subsídios	2 684 574,58	2 076 585,12
Outras dívidas a pagar (corrente):	12 834 683,30	11 939 188,53
Cativações a armadores	2 589 927,39	2 163 446,46
Cauções	2 920 792,58	2 691 764,47
Armadores - marés	1 265 939,89	801 969,30
Reserva pessoal dos armadores	1 168 947,42	1 311 916,50
Armadores - Segurança Social	5 068,79	5 099,48
Fornecedores de imobilizado	1 954 742,46	1 636 959,67
IFAP - Subsídios processados em excesso	91 825,81	91 825,81
APA - acordo a recuperar com dragagens	-	529 535,28
Outros	439 367,22	371 890,39
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1 682 045,54	1 652 989,30
- Água	70 372,27	85 547,93
- Electricidade	240 890,52	159 144,46
- Vigilância e Segurança	79 189,20	91 150,30
- Limpeza	20 933,18	45 165,71
- Serviços dos Postos de Vendagem	83 857,67	55 921,03
- Descontos em Serviços da Lota	43,56	9 420,41
- Imposto Municipal sobre Imóveis	35 810,81	37 182,30
- Transporte de Pescado	12 476,09	12 476,75
- Lagos - Taxa Dominial	-	42 952,99
- Diversos	172 452,90	142 829,99

Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

19. Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder, aos empregados, prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;

- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, estando as restantes responsabilidades a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = SPB - PSS$$

Em que:
 PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
 SPL = salário pensionável líquido
 PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
 PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
 SPB = salário pensionável bruto
 B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
≥ 30	100%
$\geq 25 \text{ e } < 30$	90%
$\geq 20 \text{ e } < 25$	80%
< 20	75%

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

Fundo de pensões da Docapesca

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ Euros}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	---
20 <= N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 <= N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 <= N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
N >= 35	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjugue sobrevivo, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art.º 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será indexado ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.

Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2023 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto "Cenário de financiamento":

	2023	2022
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,86%	2,20%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto "Cenário contabilístico":

	2023	2022
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	2,97%	3,54%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2023	2022
Custo dos serviços correntes	6 335,00	9 371,00
Custo de juros	63 559,00	3 153,00
Rendimento esperado do Fundo	(8 460,00)	(377,00)
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos	-	-
Revisão Atuarial	-	-
Cortes do plano / (ganhos) / perdas reconhecidos	-	-
Total de gastos	61 434,00	12 147,00

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos, respetivamente, a perda atuarial de 173.182,00 Euros e o ganho atuarial de 479.457,00, em Capital Próprio.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme se segue:

	Ativos	Reformados	Total
N.º de colaboradores	519	159	678
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	2 412	243 154	245 566
Justo valor dos ativos do fundo			233 689
Deficit do fundo			11 877
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	942 332	691 220	1 633 552
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			1 645 429

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são descritos conforme se segue:

	2023	2022
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	1 602 537,00	2 314 826,00
Custo dos serviços correntes	6 259,00	9 348,00
Custo de juros	54 405,00	2 700,00
Alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas actuariais	38 895,00	10 158,00
Benefícios previstos	(143 887,00)	(149 111,00)
Alteração da taxa de desconto	75 342,00	(585 384,00)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	1 633 552,00	1 602 537,00

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são descritos a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	265 533	349 964
Retorno real dos activos do fundo	9 404	(29 536)
Contribuições para o fundo	9 801	1 400
Benefícios pagos	(51 049)	(56 295)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	233 689	265 533

O retorno real dos activos do fundo foi positivo em 9.404,00 Euros em 31 de dezembro de 2023 (negativo em 29.536,00 Euros em 2022).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 8/2021-R., de 16 de novembro, encontra-se assegurado em 103,3 %, com referência a 31 de dezembro de 2023.

Desta forma, as responsabilidades encontram-se financiadas.

Foi efetuada uma contribuição para o fundo no final de 2023, no montante de 9.801,00 Euros.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na NCRF 28, é detalhada conforme se segue:

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2023	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
A. Alterações nas responsabilidades				
Responsabilidades no início do período	1 602 537	285 119	2 314 826	412 899
Custo dos serviços correntes	6 259	76	9 348	23
Custo dos juros	54 405	9 154	2 700	453
(Ganhos) / perdas atuariais	38 895	(1 374)	10 158	(7 657)
Benefícios previstos	(143 887)	(53 229)	(149 111)	(71 232)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	75 342	5 820	(585 384)	(49 366)
Responsabilidades no final do período	<u>1 633 552</u>	<u>245 566</u>	<u>1 602 537</u>	<u>285 119</u>
B. Alterações no Fundo				
Valor do fundo no início do período	-	265 533	-	349 964
Rendimento esperado	-	8 460	-	377
Ganho/ (perda) de rendimento	-	944	-	(29 913)
Contribuições da empresa	201 510	9 801	286 926	1 400
Benefícios pagos	(201 510)	(51 049)	(286 926)	(56 295)
Valor do fundo no final do ano	-	<u>233 689</u>	-	<u>265 533</u>
C. Valores reconhecidos no balanço				
<i>Valores do Balanço</i>				
Responsabilidades	1 633 552	245 566	1 602 537	285 119
Fundo	-	233 689	-	265 533
Valor líquido das responsabilidades	<u>1 633 552</u>	<u>11 877</u>	<u>1 602 537</u>	<u>19 586</u>

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2023	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2022
D. Custo com pensões				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	6 259	76	9 348	23
Custo dos juros	54 405	694	2 700	453
Rendimento esperado do fundo	-	-	-	(377)
Amortização dos (ganhos) / perdas	-	-	-	-
Cortes do plano / (ganhos) / perdas reconhecidos	-	-	-	-
Valor total reconhecido nos resultados	60 664	770	12 048	99
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo		9 404		(29 536)
Rendimento de reembolsos		-		-
<i>OCI: Reconhecimento imediato de ganhos e Perdas no Balanço</i>				
(Ganhos) / Perdas por reconhecer de exercícios	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas do exercício	171 860	1 322	(437 410)	(42 047)
(Ganho) / Perda atuarial	114 237	4 446	(575 225)	(57 023)
(Ganho) / Perda de rendimento	-	(944)	-	29 913
(Ganho) / Perda de benefícios	57 623	(2 180)	137 815	(14 937)
(Ganhos) / Perdas	171 860	1 322	(437 410)	(42 047)
E. Principais pressupostos				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	2,97%	2,97%	3,54%	3,54%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	3,54%	3,54%	0,12%	0,12%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
F. Activos do Fundo				
Ações		9,70%		9,00%
Obrigações Taxa Fixa		71,10%		36,00%
Obrigações Taxa Variável		0,00%		28,00%
Imobiliário		0,60%		1,00%
Retorno Absoluto		1,50%		2,00%
Liquidez		17,10%		24,00%
G. Histórico de (ganhos) / perdas				
<i>Diferença entre o rendimento esperado e efectivo</i>				
a. Em valor		(944)		29 913
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	-0,40%	n.a.	11,30%
<i>Diferença entre as responsabilidades esperadas e</i>				
a. Em valor	114 237	4 446	(575 225)	(57 023)
b. Em percentagem das responsabilidades	7,0%	1,80%	-35,9%	-20,00%
H. Reconciliação balanço				
Activo / (Passivo) no início do período	(1 602 537)	(19 586)	(2 314 826)	(62 935)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	(171 860)	(1 322)	437 410	42 047
Custo com pensões	(60 664)	(770)	(12 048)	(99)
Contribuições da empresa	-	9 801	-	1 400
Benefícios pagos diretamente pela empresa	201 510	-	286 926	-
Ativo / (passivo) reconhecido no final do período	(1 633 552)	(11 877)	(1 602 537)	(19 586)

Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.

Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 previa que os planos existentes que não se configurassem como sendo de "contribuição definida" fossem fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de "contribuição definida", encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 previa que se procedesse à sua adaptação (passagem de "benefício definido" para "contribuição definida") mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de "benefícios definidos" em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 Euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram desde 2011, bem como das pensões de sobrevivência atribuíveis. Estes pagamentos foram retomados em 2017.

20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Diferimentos ativos		
Seguros diversos	55 796,95	32 933,52
Seguros de acidentes de trabalho	2 833,00	18 484,98
Dragagem de Aveiro	262 519,01	87 258,00
Manutenção de licenças (Software)	39 508,76	47 855,34
Renda do Edifício da Sede	23 580,62	11 025,16
Diversos custos diferidos	8 209,75	8 272,17
	392 448,09	205 829,17
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	2 103,81	522,44
Ced.Explor. Entreposto Frigorífico Peniche	11 250,00	11 250,00
Outros	-	-
	13 353,81	11 772,44

21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	189 552,17	-	806 797,43
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	13 539,44	-	57 628,39
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	-	-	70 256,78
Pagamento adicional por conta	-	(58 691,16)	-	(59 944,62)
Pagamento por conta	-	(767 313,00)	-	(777 129,00)
Tributação autónoma a pagar	-	28 839,92	-	30 005,75
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	1 393,16	-	392,59	-
Impostos sobre o rendimento	-	297 902,30	-	129 871,93
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1 320 716,07	-	1 522 359,80
Contribuições para a Segurança Social	-	264 671,15	-	259 885,27
Outros Impostos	-	-	-	-
	1 393,16	1 289 216,89	392,59	2 039 731,73

A responsabilidade efetiva relativa a IRC a pagar (excluindo tributação autónoma) é o que resulta dos montantes de IRC e Derrama Municipal (203.091,61 Euros), deduzido dos montantes de pagamentos antecipados (826.004,16 Euros), cifrando-se, em termos líquidos, em recebimento.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme segue:

	2023	2022
Beticidade	1 718 759,21	1 282 851,88
Limpeza, higiene e conforto	2 055 680,64	1 988 025,37
Conservação e reparação	995 195,74	1 097 544,58
Vigilância e segurança	1 484 587,20	1 450 729,64
Serviços de mão-de-obra externa	21 868,71	25 988,33
Água	438 623,22	407 889,62
Trabalhos especializados	691 853,95	696 198,67
Comunicações	132 574,95	132 537,99
Honorários	35 034,86	40 836,69
Rendas e alugueres	323 132,71	273 943,96
Serviços postos vendagem	902 445,23	1 013 748,99
Participação em Feiras	186 009,62	222 952,14
Seguros	394 364,00	223 549,28
Contencioso e Notariado	84 549,60	76 381,64
Publicidade	218 282,13	136 224,91
Produtos para prevenção COVID	-	17 353,48
Outros	459 226,36	493 032,19
	10 142 188,13	9 579 789,36

Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa, destinam-se em parte ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2023	2022
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	3 746 980,96	2 806 338,08
Fornecimentos e Serviços Externos	1 718 759,21	1 282 851,88
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	2 028 221,75	1 523 486,20
	2023	2022
Água faturada pelos fornecedores	817 143,87	696 564,56
Fornecimentos e Serviços Externos	438 623,22	407 889,62
Imputada a custo de produção do gelo	70 132,50	59 552,00
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	308 388,15	229 122,94

O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

23. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme quadro seguinte:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais (nota 7)	292 980,94	304 158,90
Remunerações do pessoal	10 606 637,83	10 066 866,87
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 19)	61 434,00	12 147,00
Indemnizações	200 000,00	200 000,00
Encargos sobre remunerações	2 412 059,45	2 308 048,63
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	125 689,64	98 041,91
Gastos de ação social	320 200,17	262 519,94
Gastos com formação	51 473,46	39 686,03
Outros	134 663,33	110 631,12
	<u>14 205 138,82</u>	<u>13 402 100,40</u>

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 519 e 529 trabalhadores, respetivamente.

24. Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	4 370 289,52	4 119 129,27
Ativos Intangíveis (Nota 9)	111 362,23	92 262,36
	4 481 651,75	4 211 391,63

25. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares (Nota 22)		
- Energia elétrica	458 213,92	509 849,75
- Água	298 080,78	285 843,72
- Cedência de exploração	43 105,20	44 607,72
- Outros	158 189,73	155 183,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	1,40	0,63
Ganhos em ativos fixos tangíveis	167 332,11	8 379,59
Ganhos em inventários	2 558,72	1 490,19
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	1 388 203,66	1 428 125,67
Reembolso de custos	21 490,33	28 135,10
Outros	7 722,26	23 365,39
	2 544 898,11	2 484 980,88

O montante registado na rubrica de "Outros rendimentos suplementares" está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da faturação de energia elétrica, água potável e salgada dos consumos efetuados pelos clientes nas instalações, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável faturada é deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

A rubrica "Cedência de exploração" respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

26. Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Impostos e taxas	164 765,23	115 065,35
Cedência de exploração	27 128,69	29 757,75
Concessões de portos de pesca	1 176 715,28	1 066 242,90
Perdas em ativos fixos tangíveis	99 354,47	45 398,81
Perdas em inventários	3 542,20	2 105,93
Comissões bancárias TPA	76 142,06	69 374,25
Outros	188 807,03	110 581,35
	1 736 454,96	1 438 526,34

As rubricas "Gastos com cedências de exploração" e "Concessões dos portos de pesca" incluem, principalmente:

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em Iota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 487.990,81 Euros (426.629,66 Euros em 2022);
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 122.169,55 Euros (84.167,32 Euros em 2022);
- O valor de 16.814,45 Euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (18.689,55 Euros em 2022);
- O valor de 353.268,00 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA (346.341,12 Euros em 2022);
- O valor de 213.286,92 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (209.104,80 Euros em 2022);
- O cálculo de 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo, no valor de 7.574,16 Euros (7.574,16 Euros em 2022).

27. Instrumentos de capital próprio

Capital subscrito: Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.805.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Aumento de Capital: Considerando o artigo sétimo e o ponto 144 do anexo I (mapa de alterações e transferências orçamentais) da Lei do Orçamento de Estado para 2021, do qual resulta a transferência de verbas do Ministério das Finanças para a Docapesca, no montante de 500.000,00 Euros, destinada à construção do porto de pesca da Trafaria, e na sequência da Deliberação Social Unânime por Escrito de 17 de junho de 2021, o Conselho de Administração deliberou dar cumprimento à vontade expressa do acionista Estado, assumindo a transferência o caráter de aumento do capital social da Docapesca, no montante referido, correspondendo de 100.000 ações, no valor de 5,00 Euros cada, subscritas e realizadas pelo Estado em numerário, a utilizar especificamente para o financiamento do investimento indicado.

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 10% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital, o que já se verifica. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende, pois, a 1.805.680,00 Euros em 31 de dezembro de 2023 (1.445.517,43 em 31 de dezembro de 2022).

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2023, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (líquida de ajustamentos), ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15), no valor de 9.246.868,05 Euros, bem como ao efeito da integração parcial de saldos do ex-IPTM (Nota 28), no valor de 248.133,132 Euros e dos ganhos atuariais relativos ao fundo de Pensões (Nota 19), no valor de 12.9457,00 Euros.

Transferência de competências

Conforme já referido na nota 1.3, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontravam afetos ao exercício das funções transferidas, e foi também transmitida para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P.

Na sequência do processo de descentralização, foram desencadeados processos negociais com os municípios, com vista à transferência de ativos e competências na área de jurisdição da Docapesca, o que foi concretizado em 2023 nos casos dos processos relativos aos municípios de Faro, Peniche, Olhão, Lagos, Tavira, Portimão e Cascais (este último sem áreas a transferir).

Com a assinatura, no final de maio de 2023, dos Protocolos referentes a estes municípios, a Docapesca procedeu contabilisticamente ao abate dos ativos fixos tangíveis respetivos, com referência a 1 de junho de 2023.

Importa referir que esta operação não corresponde a um abate efetivo dos bens nem à descontinuação dos serviços prestados, antes se limitando a uma alteração de titularidade, sem produção de quaisquer outros efeitos na natureza do serviço prestado pela Docapesca, cuja continuidade passa a ser assegurada pelos próprios municípios, após reconhecimento da transferência.

O impacto líquido resultante do abate contabilístico dos bens ainda não totalmente depreciados foi de 1.058.503,27 Euros (correspondente a abate de bens com o valor líquido de 2.112.738,02, atenuado pelo abate dos subsídios ao investimento no montante líquido de 1.054.234,75), que a Docapesca (após consulta à Comissão de Normalização Contabilística) optou por classificar em "Outras variações no capital próprio", por ser essa rubrica a que concentra o resumo de todas as operações decorrentes do impacto contabilístico na Docapesca da extinção do IPTM, I.P, e tendo em conta que o processo decorreu por iniciativa do detentor do capital.

Em resumo, o valor do impacto, por município é conforme segue:

	Aquisição dos Bens			Subsídios ao Investimento		
	Valor	Depreciado	Líquido	Valor	Depreciado	Líquido
Faro	678 587,13	387 944,65	290 642,48	-	-	-
Olhão	175 313,64	123 017,58	52 296,06	-	-	-
Alvor	200 839,76	61 151,73	139 688,03	4 633,59	4 633,59	-
Tavira	2 008 844,29	380 677,29	1 628 167,00	1 271 117,56	216 882,81	1 054 234,75
Lagos	3 500,00	1 555,55	1 944,45	-	-	-
	3 067 084,82	954 346,80	2 112 738,02	1 275 751,15	221 516,40	1 054 234,75

28. Integração dos Saldos do ex-IPTM

	Saldo 31-12-2022	Movimento do ano	Saldo 31-12-2023
Integração de Clientes	1 994 241,45	28 418,78	2 022 660,23
Património	2 561,00	-	2 561,00
Processos - AT	(10 734,90)	-	(10 734,90)
Responsabilidades associadas a património	(60 563,47)	-	(60 563,47)
Transferência de competências	-	(1 058 503,27)	(1 058 503,27)
Outras responsabilidades	(722 396,47)	-	(722 396,47)
	1 203 107,61	(1 030 084,49)	173 023,12
Subsídios descontados pelo IFAP	(421 156,29)	-	(421 156,29)
	781 951,32	(1 030 084,49)	(248 133,17)

Entre 2015 e 2023 foi apenas possível integrar parcialmente os saldos de clientes do ex-IPTM (ver nota 18), que originaram um ativo no montante de 2.022.660,23 Euros.

As responsabilidades incluem:

- O montante de 290.000,00 Euros, no âmbito de um processo judicial movido contra o ex-IPTM pela construtora San Jose; esta responsabilidade foi integrada no ano de 2015 por contrapartida de "outras dívidas a pagar". Em 2017, o montante foi considerado como Provisão;
- O montante de 180.024,18 Euros relativo à integração do processo da Fingelo em 2016;
- O montante de 238.042,83 Euros relativo a um desembolso potencial no âmbito de um processo movido contra o ex-IPTM pelas empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., originado por trabalhos em infraestruturas, alegadamente executados e não pagos pelo ex-IPTM, no porto de pesca de Peniche.

29. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 foi determinado de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2023	2022
Resultados:		
Resultado líquido do período	835 947,08	2 946 030,44
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	1 805 680	1 705 680
Resultado por ação básico	<u>0,4630</u>	<u>1,7272</u>

30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

	2023	2022
Repsol	160 000,00	(a) 160 000,00
Petrogal	- (a)	-
APA	100 000,00	(b) 100 000,00
APFF	100 000,00	(b) 100 000,00
Autoridade Tributária	109 152,26	109 152,26
Restantes Garantias Prestadas	41 672,67	41 672,67
Total	510 824,93	510 824,93

- a) Uma garantia bancária, de 50.000 Euros, destinada a cobrir o fornecimento de combustível para o posto de abastecimento do porto de pesca de Matosinhos, explorado pela Docapesca, em nome da Repsol e duas garantias bancárias, uma de 100.000 Euros e outra de 10.000 Euros, também em nome da Repsol, para igual destino.
- b) Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

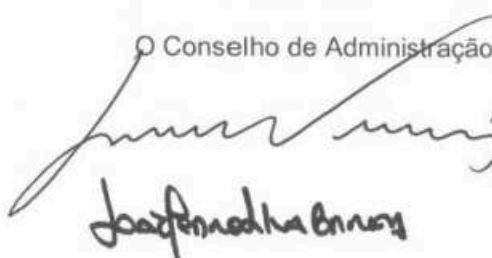
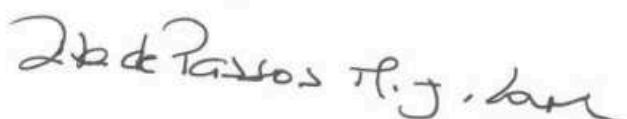
31. Responsabilidade contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2022 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 30	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	510 824,93	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (160.000,00), cumprimento de contratos (200.000,00), Processo AT (€ 109.152,26) e diversos (41.672,67)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

4. Informação Não Financeira da Docapesca

1. Introdução

É no ano de 2010 que a Docapesca inicia o seu relato de sustentabilidade com a publicação do seu primeiro Relatório, onde é reportado o desempenho económico, ambiental e social da empresa, tendo por base o referencial internacional adotado: as Normas da Global Reportig Initiative (GRI), partilhando este desempenho com as suas Partes Interessadas (PI).

Neste âmbito é de salientar o processo decorrido em 2020/2021 para determinação dos tópicos materiais da empresa, tendo sido identificados 17 temas de sustentabilidade mais relevantes para as PI da empresa e que refletem os seus principais impactes económicos, ambientais e sociais. Tratou-se de um passo dado pela empresa no sentido de perceber a importância relativa das temáticas, e identificar tópicos novos e emergentes para as PI, permitindo centrar, nos tópicos avaliados como mais relevantes, a sua gestão e relato de sustentabilidade. O processo envolveu uma auscultação aos doze grupos de PI, tendo-se recorrido a diversas metodologias e momentos de envolvimento, para potenciar a participação das PI internas e externas – através de workshops, focus group, entrevistas e inquérito online.

O resultado deste exercício permitiu que o conteúdo do relatório de sustentabilidade de 2017/2020 espelhasse os referidos 17 tópicos materiais, reforçando a valorização do papel da empresa na cadeia de valor do pescado e a afirmação da Docapesca como uma marca positiva. Foi ainda feita uma aposta numa produção gráfica do documento, tornando-o mais convidativo à leitura por parte das diversas PI, na integração de elementos que permitam reforçar a sua literacia no âmbito da atividade desenvolvida pela Docapesca.

O relatório de sustentabilidade, inicialmente com publicações bianuais, registou um hiato no seu penúltimo ciclo de relato, que acabou por contemplar quatro anos de atividade (2017/2020), tendo-se nestes três últimos ciclos, referentes aos exercícios de 2021 a 2023, optado por relatos anuais e integrados no Relatório e Contas da empresa, de forma a dar resposta aos requisitos do acionista nesta matéria, ponderando-se a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade autónomo no relato do próximo exercício.

O presente documento foi preparado de acordo com as Normas GRI, na sua versão de 2016, na opção “Essencial”. Os tópicos materiais dão estrutura ao texto que se apresenta de seguida, encontrando-se em anexo o índice de conteúdos da GRI, onde se faz a identificação das normas e indicadores GRI aos quais se está a dar resposta, fazendo-se a remissão para os respetivos conteúdos deste documento (ou outros recursos externos) e detalhando-se a resposta, na própria tabela, sempre que aplicável.

Como tem sido prática, e dada a extensão dos conteúdos do presente documento, optámos por excluir a utilização de linguagem inclusiva, prescindido das referências de desagregação por género. Porque estamos comprometidos com a promoção da igualdade de género, conforme espelhado nos conteúdos do ponto 4. a) Gestão do Talento, consideramos que esta opção em nada prejudica o nosso posicionamento face a esta matéria, nem as nossas políticas e práticas.

2. Docapesca, um negócio responsável

a) Compromisso com a sustentabilidade

Enquanto empresa responsável e empenhada em contribuir para o desenvolvimento sustentável, a Docapesca tem assumido o seu compromisso na persecução dos ODS, mantendo e reiterando a sua participação nos compromissos voluntários assumidos por Portugal, com a persecução dos seguintes projetos:

- "A Pesca por um Mar sem Lixo", tendo por objetivo a expansão do projeto, até 2030, a todos os portos de pesca de Portugal Continental, para concretização da meta 14.1. Compromisso apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (Nova Iorque, junho 2017) e na Conferência Our Ocean 2017 (Malta, outubro de 2017).
- Aumentar a consciencialização relativa ao consumo sustentável através das campanhas de valorização do pescado, até 2030, visando a meta 14.4. Compromisso apresentado na Conferência Our Ocean 2018 (Bali, outubro de 2018).

Neste âmbito foram identificados um conjunto de treze ODS aos quais a Docapesca dá resposta, que resultaram dos compromissos identificados, como também das atribuições e estratégia da empresa, da análise de materialidade e da forma como cria valor sustentável para as suas PI, identificando-se destes três ODS para os quais a empresa contribui, de forma mais direta e impactante: ODS 14 - Proteger a vida marinha; ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis; ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico. A Docapesca contribui ainda para um conjunto adicional de nove ODS, considerados de "suporte" – 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 16 e 17 – com destaque para o ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos, uma vez que o estabelecimento de parcerias é parte integrante da atuação da Docapesca e um aspeto transversal para a concretização de vários objetivos.

De referir que em 2021, e no seguimento da publicação do "Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo" (publicado em Resolução do Conselho de Ministros, de 28 de julho de 2021), a Docapesca deu continuidade ao o seu compromisso de lutar contra as desigualdades, contribuindo para a promoção da igualdade e da não discriminação (ver caixa de destaque).

EM DESTAQUE

SOMOS TODOS PESCA – CAMPANHA CONTRA O RACISMO

Integrado no "Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o Racismo", a Docapesca deu continuidade em 2023 a um conjunto de iniciativas de sensibilização para a temática, dirigidas ao setor da pesca e para os seus trabalhadores.

Neste âmbito a Docapesca divulgou dois novos vídeos promocionais desta campanha e que contou com a participação de pescadores e trabalhadores da empresa de vários pontos do país.

A empresa realizou ainda ações de sensibilização subordinadas à temática "Princípios de Igualdade e Não Discriminação", num total de 3 ações e-learning, sessões síncronas. Cada sessão teve uma duração de 3 horas, contando com um total de 28 participantes.



b) Ética, transparência e credibilidade

A boa reputação e credibilidade da Docapesca, um dos ativos mais importantes da empresa, dependem diretamente da forma de atuação dos seus órgãos de governação e dos seus trabalhadores, quer na sua atuação interna quer na interação com outras entidades. Enquanto empresa que assume uma missão pública, a Docapesca respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado.

A Docapesca possui um conjunto de instrumentos que formalizam e operacionalizam a gestão da ética na empresa e que moldam a sua cultura empresarial. A este nível assumem especial importância os Valores, os Princípios e as Práticas de Bom Governo da empresa.

Na Docapesca, o cumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção encontra-se consubstanciado no Programa de Cumprimento Normativo (PCN), que inclui, para além do Responsável pelo Cumprimento Normativo (designado por deliberação do Conselho de Administração em 28/12/2022), o Código de Conduta e Ética, o Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção, o programa de formação anual, o canal de denúncia interno destinado à comunicação segura de ilícitudes e à proteção do denunciante, coadjuvado pelos preexistentes canais de comunicação de irregularidades e de reclamações, os quais constituem mecanismos de prevenção, deteção e sancionamento de ilícitudes praticadas contra ou através da entidade.

O Código de Conduta e Ética, aprovado em julho de 2022 pelo Conselho de Administração, atualiza a sua última versão de em setembro de 2021. O código é revisto pela Comissão de Ética a cada três anos, ou sempre que se opere alteração nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária da entidade. O código reúne as linhas de orientação em matéria de conduta profissional aplicáveis a todos os trabalhadores, colaboradores, titulares dos órgãos sociais e todos os que prestam serviço a título permanente ou ocasional na Docapesca, incluindo os trabalhadores que celebraram um acordo de cedência de interesse público com a Docapesca.

Neste âmbito, destaca-se o reforço das exigências relativas ao conflito de interesses e ao regime de acumulação de funções e, de acordo com o previsto no Código de Conduta e Ética, os trabalhadores estão abrangidos pela entrega anual da "Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse" no âmbito das suas funções, e por listar as situações de eventual ou potencial conflito de interesses. Os trabalhadores que pretendam exercer qualquer atividade profissional externa, em acumulação, estão obrigados a requer a sua autorização prévia.

Em 2023, a implementação e divulgação dos mecanismos de cumprimento do Código de Conduta e de Ética foram acompanhados pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, em estreita colaboração com a Comissão de Ética da Docapesca. Este órgão consultivo, constituído por deliberação do Conselho de Administração em 08/07/2022), cumpriu em 2023 o seu primeiro ano de atividade, tendo procedido à análise dos casos que possam ter suscitado questões éticas e das situações comunicadas ao abrigo do canal de denúncia interno, e à emissão de pareceres solicitados, e conforme o seu relatório de atividades, em 2023, não foram recebidas quaisquer

denúncias sobre a prática de situações de violação das disposições do Código de Conduta e Ética em vigor.

No conjunto das ações de controlo previstas realizar no ano de 2023 incluíram-se duas avaliações do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção 2022-2024, aprovado em 28/12/2022, nomeadamente uma avaliação anual, em março, com referência a 31/12/2022, e uma avaliação intercalar, em outubro, com referência a 30/06/2023, de acordo com o n.º 4 do artigo 6.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, em cujos relatórios (aprovados respetivamente em 13/03/2023 e em 03/11/2023, pelo Conselho de Administração) a Docapesca comunicou que os mecanismos de controlo dos riscos previstos desenvolver para prevenir ilícitudes se mostraram adequados uma vez que não ocorreram quaisquer ilícitudes nas atividades expostas a riscos, não foram identificados novos riscos, nem foi necessário desenvolver medidas adicionais. Importa ainda destacar que a publicitação dos procedimentos implementados é comunicada às partes interessadas, cumprindo os pressupostos previstos nos números 6 e 7 do artigo 6.º e o n.º 4 do artigo 9.º do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, bem como nos artigos 46.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Setor Público Empresarial.

No âmbito dos princípios da igualdade e não discriminação, a empresa tem instituído o "[Plano para a Igualdade e Não Discriminação](#)" e ações específicas, direcionados para todos os seus trabalhadores. Este plano foi revisto em novembro de 2022 (ver capítulo 2 do presente Relatório e Contas).

Ao nível da contratação pública, uma das atividades que apresenta potenciais riscos de corrupção, estão instituídos controlos para as atividades desenvolvidas na Docapesca. Existem diversos graus de validação da informação e é promovida a formação dos trabalhadores neste âmbito (ver "Compras sustentáveis e gestão de fornecedores").

O controlo dos riscos é reforçado também através de assessorias jurídicas instituídas interna e externamente, conforme a especialidade.

Entre os mecanismos existentes para a prevenção de riscos, refira-se também:

- O Estatuto do Gestor Público pelo qual o Conselho de Administração da Docapesca se encontra abrangido;
- O Órgão de Fiscalização da Docapesca, composto pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, é a quem compete diligenciar no sentido de cumprir o disposto nos estatutos da Docapesca, para além das atribuições constantes da lei.
- A supervisão e o controlo externo a que a Docapesca está sujeita, realizados por várias entidades e organismos, nos termos legalmente previstos para as empresas do Setor Empresarial do Estado, como por ex., a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização (UTAM), a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

Em 2023, foram realizadas avaliações de riscos de corrupção e não foram identificados incidentes confirmados de corrupção.

Para promover uma cultura de prevenção de riscos e conduta ética, em 2023, foram ministradas: 3 ações de formação de regime geral de prevenção da corrupção que totalizaram 9 horas que contaram com a presença de um total de 30 trabalhadores; 2 ações relacionadas com o Código da Contratação pública, que totalizaram 15 horas e contaram com a presença de 25 participantes, e 2 ações com a Gestão de Contrato num total de 8 horas e 23 participantes.

De referir ainda que a Docapesca, definiu em 2018 a sua [Política de Proteção de Dados](#), para dar a conhecer aos clientes/utilizadores e outros operadores as regras gerais de tratamento de dados pessoais, no âmbito da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a promover a transparência e a prestação de contas, a Docapesca publica regularmente, no [site](#), informação relevante para as suas partes interessadas. Nestas incluem-se:

- Informações sobre a gestão da empresa – [práticas de bom governo e execução orçamental](#);
- Desempenho de [sustentabilidade](#), através da publicação do relatório de sustentabilidade;
- Tarifários de bens e serviços e regulamento de exploração das lotas;
- Editais e avisos.

Para identificação de preocupações e atos referentes a comportamentos antiéticos ou ilícitos e que ponham em causa a integridade da Docapesca, a empresa definiu uma [Política de Comunicação de Irregularidades](#) e canal de comunicação próprio para o efeito, gerido pelo Gabinete de Auditoria Interna. A comunicação de irregularidades pode ser feita por qualquer parte interessada relacionada com a Docapesca, interna ou externa, estando disponível um [formulário online](#) e endereço de email (comunicar_irregularidade@docapesca.pt) específicos para o efeito. Alternativamente, a comunicação pode ser enviada por correio postal. A política e procedimentos existentes asseguram os princípios da confidencialidade, anonimato (se solicitado) e não retaliação. Em 2023 não foram recebidas denúncias de irregularidades.

3. Os nossos mares

a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

Assumindo-se como um dos temas de maior relevância para a Docapesca, para o setor das pescas e das comunidades que dependem destes recursos, a preservação dos recursos e ecossistemas marinhos é considerada essencial para a sustentabilidade das suas atividades, atuais e futuras, e do próprio planeta.

No âmbito das suas atribuições, a empresa desempenha um papel relevante, de *pivot*, estando na interface entre várias partes interessadas. Desenvolve um conjunto de atividades relevantes neste âmbito e às quais foi dada continuidade em 2023:

- Informação sobre as quotas, TAC – Totais admissíveis de capturas, épocas de defeso e períodos de interdição da utilização de artes de pesca;

- Controlo das espécies vendidas em lota (tamanhos mínimos, grau de frescura e sua etiquetagem);
- Recusa / interdição de venda de espécies em lota mediante controlo realizado, quotas, TAC e épocas de defeso;
- Disponibilização de observadores de pesca, a bordo das frotas comerciais portuguesas, que exerçam atividade de pesca nas Zonas NAFO - Zona de Regulamentação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico, CECAF - Comité das Pescas do Atlântico Centro-Este e nas armações licenciadas para o Atum Rabilho (ver "Direção Comercial e Marketing");
- Publicação de estatísticas de pescado (ver "Departamento de Estatística"), essencial para a definição das espécies sujeitas a limitações de captura e para a determinação anual das quotas de pesca. Neste âmbito presta apoio aos armadores, aos pescadores, às organizações de produtores (ao fornecer a informação estatística do pescado dos seus aderentes) e a diversas entidades oficiais com competência na área de regulação e fiscalização;
- Participação em grupos de trabalho para monitorização dos stocks de pescado e a preservação dos recursos – tais como a Comissão de Acompanhamento da Sardinha e Comissão das Denominações Comerciais para os produtos da pesca e da aquicultura;
- Participação em projetos de investigação (ver "Inovação, investigação e desenvolvimento");
- Campanhas de sensibilização e valorização do pescado (ver "Maximização do valor do pescado" e "Comunicação e sensibilização do consumidor"), nomeadamente de promoção de espécies abundantes/comuns na nossa costa, com alto valor nutricional e pouco conhecidas/valorizadas pelo consumidor final (ex. cavala), visando o seu consumo e protegendo as que se encontram mais afetadas;
- Prevenção e remoção do lixo marinho (ver "Lixo marinho");
- Participação em eventos, nacionais e internacionais, que visam a promoção da sustentabilidade dos oceanos.

Entre os projetos em que participa para preservação dos recursos e ecossistemas marinhos, destaca-se o Projeto LIFE Águeda (ver caixa de destaque).

EM DESTAQUE

POSTO MÓVEL DE REGISTO DE PEIXES MIGRATÓRIOS NO ÂMBITO DO PROJETO LIFE ÁGUEDA

O projeto [LIFE ÁGUEDA - Ações de conservação e gestão para peixes migradores na bacia hidrográfica do Vouga](#) (LIFE16 ENV/PT/000411), teve a sua continuidade em 2023, tendo sido identificados, neste período, 72 espécimes de lampreia e sável, confirmando-se a continuidade do projeto para o ano de 2024.

O veículo Posto Móvel de Registo com as funções de "[Lota Móvel](#)" permite que a lota se desloque ao pescador e que seja efetuado o registo do número de indivíduos capturados e respetivo peso, na área de intervenção direta do projeto, onde não existam infraestruturas físicas da Docapesca. Possibilita ainda a colocação do selo de origem "Peixe do Vouga", em associação ao CCL – Comprovativo de Compra em Lota, permitindo diferenciar o pescado capturado pelos pescadores aderentes.

Este é um projeto piloto de diferenciação e valorização de pescado fresco proveniente de pescarias sustentáveis e tem como objetivo a valorização de espécies anádromas (nascidas no rio e com parte do seu ciclo de vida no mar, regressando ao rio para se reproduzir) com valor comercial, como o sável e a lampreia-marinha das bacias do Vouga e do Mondego.

b) Lixo marinho

Um dos projetos "bandeira" da Docapesca é "A Pesca por um Mar Sem Lixo", através do qual se promove a redução dos resíduos marinhos, apoiando a adoção de boas práticas ambientais por parte dos profissionais da pesca e a valorização e reciclagem dos resíduos recolhidos no mar. Em 2023 este projeto teve vários desenvolvimentos, como o lançamento em novos portos e o aumento do número de ações de limpeza costeira e de recolha de lixo marinho (ver caixa de destaque).

A Docapesca estabelece parcerias com várias entidades, participa em eventos de divulgação do projeto "A pesca por um mar sem lixo" e partilha de conhecimento sobre o tema.

No âmbito dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, a Docapesca realiza ações de limpeza das bacias portuárias, removendo o lixo marinho acumulado.

A Docapesca disponibiliza, nas áreas portuárias sob sua gestão e jurisdição, infraestruturas para a deposição de artes de pesca abandonadas e outras tipologias de lixo marinho, assegurando o seu encaminho para destino final e procurando, sempre possível, soluções que promovam a sua valorização e a economia circular (ver "Promoção da economia circular").

Assegura ainda ações de sensibilização/formação junto a pescadores, armadores e outras partes interessadas, como as escolas (alunos e professores) no contexto da Escola Azul.

EM DESTAQUE

A PESCA POR UM MAR SEM LIXO

"A Pesca Por Um Mar Sem Lixo" é um projeto que promove a recolha seletiva dos resíduos gerados a bordo e capturados nas artes de pesca e em simultâneo disponibiliza infraestruturas adequadas para a sua receção em terra e posterior valorização.

Este projeto, coordenado pela Docapesca, une organizações de produtores, armadores e pescadores, bem como entidades públicas e privadas dos portos, visando a melhoria das condições ambientais da zona costeira portuguesa. Atualmente envolve um total de 56 entidades parceiras e está implementado em 21 comunidades piscatórias, prevendo-se o seu alargamento, até 2030, a todos os portos de pesca do continente português.

No âmbito deste projeto e da comemoração de várias efermidades (ex. Dia Internacional da Limpeza Costeira, Dia Mundial da Conservação da Natureza, Dia Mundial do Ambiente), foram desenvolvidas, em 2023, várias ações de limpeza costeira (Lagos, Peniche, Viana do Castelo, Rio Arade e Sagres), bem como ações de recolha de lixo marinho nos portos de pesca. Estas iniciativas contaram com a participação voluntária de pescadores, funcionários da Docapesca, participantes de diversas associações e entidades dos concelhos aderentes, assim como de individuais e famílias.

O projeto está atualmente implementado em 24 portos, sendo que em 2023 foi implementado no porto de Vila Nova de Milfontes, Castelo de Neiva e Fuzeta. No total conta já com 892 embarcações aderentes, representando cerca de 3.861 pescadores. Até ao momento, 2.955 m³ de embalagens e 6.218 m³ de resíduos indiferenciados.

c) Maximização do valor do pescado

A Docapesca, através das atividades que desenvolve, pretende contribuir para o aumento do rendimento da frota de pesca portuguesa ao longo de toda a cadeia de valor e para o equilíbrio da balança comercial do pescado, através do aumento das exportações e da preferência, no consumo doméstico, por espécies portuguesas. Para tal definiu como objetivo estratégico promover a valorização do pescado e os circuitos de proximidade, suportada através de:

- Realização de campanhas de nominalização do pescado e respetivas ações de promoção e sensibilização, direcionadas para a divulgação das espécies abundantes, pouco valorizadas e de alto valor nutricional;
- Estabelecimento de parcerias através do reforço do papel das organizações de produtores, e de organismos científicos;
- Promoção de circuitos comerciais curtos (cabazes de pescado), que tem como objetivo a redução do número de intermediários, criando relações de proximidade entre quem pesca e quem consome (ex. Cabaz do Peixe e Cabaz Frescomar). Contribui-se, deste modo, para a valorização do pescado e para a promoção da identidade das comunidades piscatórias locais.

Outro dos objetivos estratégicos da empresa assenta na garantia da segurança alimentar na cadeia de pescado, através da aposta crescente na certificação das lotas, como importante fator para a atratividade da primeira venda em lota e contributo para a valorização do pescado (ver "Segurança alimentar e certificações").

Visando a maximização do valor do pescado, refira-se como principais iniciativas promovidas pela Docapesca em 2023:

- A Expo Fish Portugal, o maior espaço virtual de promoção de pescado português e das atividades ligadas ao Mar (ver caixa de destaque);
- O projeto CCL – Comprovativo de Compra em Lota, criado em 2012, é o "chapéu" de várias iniciativas desenvolvidas pela empresa na última década no âmbito da valorização do pescado transacionado em lota. De salientar, neste âmbito, a realização de campanhas de promoção da Sardinha e do Polvo

EM DESTAQUE

EXPO FISH PORTUGAL: MAIOR EVENTO INTERNACIONAL VIRTUAL DEDICADO AO PESCADO PORTUGUÊS

Em 2023, teve lugar a 3ª edição da EXPO FISH PORTUGAL, o maior espaço de promoção de pescado português e das atividades ligadas ao Mar, promovida pela Docapesca, com o patrocínio institucional do Ministério da Agricultura e Alimentação e a parceria da ALIF.

Este evento tem como principal objetivo contribuir para a internacionalização e promoção das atividades ligadas ao setor da pesca e da comercialização do pescado, bem como outras atividades conexas do mar, como a construção e reparação naval, a náutica de recreio e o turismo.

A plataforma da Expo Fish Portugal está aberta todo o ano às empresas do setor, organizações de produtores e associações setoriais que pretendiam divulgar e comercializar os seus produtos. Para além da vertente comercial, em paralelo decorreu uma conferência com diferentes painéis de discussão com personalidades e entidades de diversas áreas, onde foram partilhadas experiências e conhecimentos.

Nesta edição, foram também galardoados três projetos de inovação na área alimentar do mar no contexto do Prémio Inovação Expo Fish Portugal, que registou um grande acréscimo de candidaturas, passando de 13 para 33 candidaturas. Refira-se que ao longo do ano, foi realizado um conjunto de apresentações presenciais em várias universidades e institutos politécnicos.

EM DESTAQUE

CCL: CAMPANHAS DE PROMOÇÃO DO PESCADO

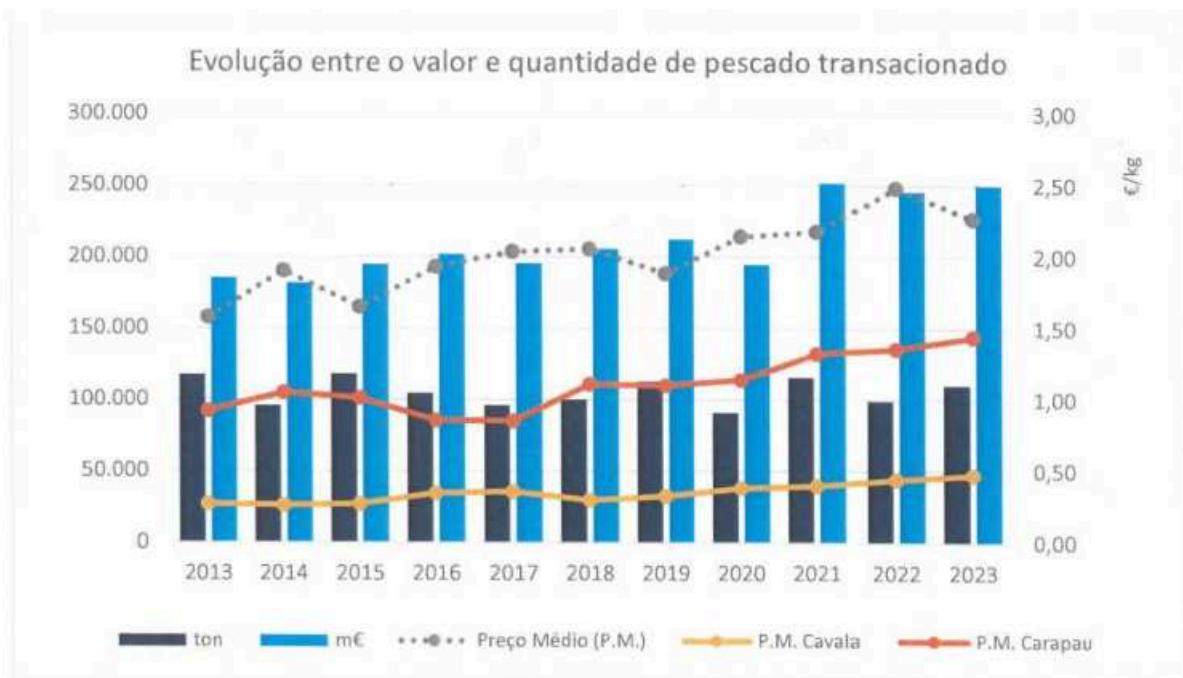
Em 2023, a Docapesca lançou a campanha de promoção do consumo de Pescado Fresco Português "Nada Melhor", que visou salientar a importância do pescado para a economia nacional, sob o chapéu da etiqueta CCL – Comprovativo de Compra em Lota.

O Comprovativo de Compra em Lota (CCL) é uma etiqueta que disponibiliza ao consumidor final a informação necessária para uma compra consciente e responsável. Através da identificação e diferenciação do pescado transacionado nas lotas do continente português, tem como objetivo contribuir para a sua valorização, qualitativa e quantitativa e, consequentemente, para a sustentabilidade e rentabilidade do setor da pesca em Portugal.

A campanha de promoção pretende valorizar o trabalho dos nossos pescadores, mas também promover um consumo mais diversificado, dando a conhecer espécies menos comuns, mas igualmente saborosas, contribuindo assim para a sustentabilidade dos recursos e salientando a importância do pescado para a economia nacional.

No que diz respeito à promoção de espécies abundantes, de alto valor nutricional e de baixo valor comercial, a Docapesca realiza um conjunto de ações de comunicação tais como nos pontos de venda / distribuição, em eventos e junto dos consumidores finais (ver "Comunicação e sensibilização do consumidor"). Entre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se as Campanha da Cavala e do Carapau, como as duas grandes iniciativas realizadas nos últimos anos pela empresa.

O conjunto de iniciativas realizado pela Docapesca tem contribuído para a valorização do pescado transacionado em lota: existe uma tendência de crescimento do valor global das vendas em lota e dos preços médios das duas espécies-alvo das campanhas da cavala e do carapau, que contribuíram para o aumento da popularidade destas espécies junto do consumidor e do rendimento dos pescadores.



Em 2023 registou-se um aumento quantidades de pescado transacionadas na primeira venda, relativamente ao ano anterior, aumentando também o valor transacionado, tendo sido o mesmo superior aos 250 mil euros.

No corrente ano verificou-se um decréscimo no preço médio do pescado, passando de 2,48€, registado em 2022, para 2,27 € em 2023. De referir que, no ano de 2022 foi obtido o preço médio

máximo registado nos últimos anos, sendo que em 20233 ainda que o mesmo tenha diminuído é superior ao registado em anos anteriores.

De salientar que, no período em referência, foram registou-se uma valorização da Cavala e o Carapau, obtendo estas espécies os preços médios mais elevados dos últimos anos.

d) Atratividade da primeira venda em lota

Uma das principais atribuições da Docapesca é respeitante à prestação do serviço público da primeira venda de pescado fresco em lota. A empresa tem apostado numa prestação de serviços de excelência e no estabelecimento de um diálogo aberto junto aos armadores e seus representantes, acreditando-se que estes são importantes fatores para dissuadir a venda ilegal.

A preocupação em tornar a primeira venda de pescado em lota atrativa concretiza-se através:

- Das iniciativas de valorização do pescado (apresentadas no ponto anterior);
- Ao nível da modernização dos estabelecimentos e investimento em elevados padrões de qualidade e segurança das suas infraestruturas (ver "Manutenção e modernização dos estabelecimentos" e "Segurança alimentar e infraestruturas")
- Através do investimento no seu capital humano (ver "Gestão do talento").

A venda de pescado em lota, proporcionada pela empresa, garante um conjunto de condições e benefícios, tais como:

- Transparência, fiabilidade e rapidez na transação efetuada do produto, dado que a mesma é realizada através de leilão com recurso a um programa eletrónico;
- O cumprimento dos requisitos aplicáveis em matéria de segurança alimentar e a aposta na certificação das lotas), assim como a sua correta classificação e valorização (espécie, frescura, tamanho, entre outros);
- Pagamentos de marés (valor pela venda do pescado em lota), apostando num prazo médio de pagamento curto, e na efetivação dos respetivos descontos, nomeadamente para a segurança social (ver "Interação com a comunidade").

Desta forma, os armadores são aliciados a efetuar a venda de pescado nas instalações da Docapesca, em detrimento de uma venda ilegal.

Neste âmbito, destaque-se ainda aquela que tem sido a aposta da empresa na inovação e na modernização que se encontram em desenvolvimento e implementação, destacando-se o desenvolvimento de um novo software de primeira venda de pescado nas lotas e do leilão a bordo (ver "Inovação, investigação e desenvolvimento"), bem como as iniciativas desenvolvidas pela Docapesca no âmbito da promoção do CCL e das espécies de pescado nacional.

A implementação destes projetos contribui para uma maior fiabilidade e valorização do pescado transacionado em lota, verificando-se o crescimento do valor global das vendas e dos preços médios de algumas espécies.

Por forma a garantir a qualidade do pescado e a prevenção da fuga à lota, a Docapesca tem vindo igualmente a estreitar a relação com as Unidades de Controlo Costeiro da Guarda Nacional

Republicana, a Direção-Geral da Marinha, a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

e) Comunicação e sensibilização do consumidor

A melhoria da informação e sensibilização junto dos consumidores finais é fundamental, para que estes possam tomar escolhas mais informadas e conscientes, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos marinhos e para a valorização do pescado nacional.

As ações desenvolvidas visam estabelecer uma aproximação ao consumidor final, divulgar a imagem do pescado das lotas portuguesas, em associação ao CCL - Comprovativo de Compra em Lota, ou de produção aquícola nacional, contribuindo, deste modo, para:

- Uma maior consciência ambiental na compra e consumo do pescado, salientando aspectos de segurança alimentar, de rastreabilidade e de sustentabilidade dos recursos;
- Um aumento do rendimento da frota de pesca portuguesa, através da valorização do pescado, bem como ao longo de toda a fileira;
- Hábitos de alimentação mais saudáveis em particular junto das camadas mais jovens;
- Melhorar o conhecimento de crianças e jovens sobre a pesca, o pescado e o mar.

Para a realização das ações de promoção do pescado, a Docapesca tem apostado no estabelecimento de parcerias – ex. autarquias locais, produtores e associações do setor, escolas de hotelaria e turismo, entre outros.

No âmbito do projeto CCL têm vindo a ser realizadas diversas campanhas de comunicação e sensibilização, junto do consumidor final, destacando-se como as mais significativas, as campanhas de promoção da cavala e carapau, juntamente com a plataforma eletrónica "[A Lota em Casa](#)", lançada em 2020. Apoia ainda a divulgação de projetos de circuitos curtos de comercialização de pescado (ver "Maximização do valor do pescado").

Marca presença regular em diversos eventos ligados ao mar (ex. congressos, competições desportivas, feiras gastronómicas e outras). Realiza degustações, showcookings, aulas de culinárias e diversas iniciativas que visam a promoção de pescado fresco nacional vendido em lota.

A Docapesca realiza também ações junto ao público escolar, como apresentações, palestras e acompanhamento de visitas de estudo a lotas. Entre os projetos de literacia dos oceanos, destacam-se as ações em escolas desenvolvidas no contexto do programa "Escola Azul", visando alunos e professores.

PROMOÇÃO DA LITERACIA DOS OCEANOS

A Docapesca desenvolve ações regulares em escolas que visam a sensibilização da comunidade educativa. Entre estas, participa no programa educativo "Escola Azul", desenvolvido pela Direção-Geral de Política do Mar. Este programa tem como missão promover a Literacia do Oceano na comunidade escolar e criar gerações mais responsáveis e participativas, que contribuam para a sustentabilidade do Oceano.

Em 2023, foram realizadas 32 palestras, que alcançaram um total de 700 alunos.



f) Inovação, investigação e desenvolvimento

A Docapesca opera num setor tradicional, cuja melhoria do desempenho, juntamente com a proteção dos recursos e ecossistemas marinhos, passam pela capacidade de se reinventar e pelo desenvolvimento / modernização de processos e implementação de novas tecnologias.

Deste modo, o investimento em processos de inovação, investigação e desenvolvimento é essencial para promover a economia do mar e para alavancar o seu potencial de crescimento, tornando-a mais competitiva, atrativa e sustentável. A empresa desenvolve duas linhas de ação principais:

- Desenvolvimento sustentável e inovação, visando a valorização do pescado e promoção da sustentabilidade ambiental;
- Promoção da desmaterialização de procedimentos e ganhos de eficiência.

No primeiro caso, a Docapesca aposta no desenvolvimento de iniciativas inovadoras no âmbito dos seus programas "bandeira", nomeadamente do CCL e da "Pesca por um Mar sem Lixo". Paralelamente participa em projetos científicos no âmbito da preservação dos recursos e ecossistemas marinhos, valorização do pescado e do setor.

Neste âmbito destaca-se também a continuidade da participação da Docapesca na Smart Ocean, infraestrutura tecnológica de acolhimento empresarial em Peniche, focada na economia do mar e nos novos Blue Hubs em processo de criação.

Em 2023, referenciam-se como iniciativas mais relevantes, e a integração no consórcio Blue Bio Tech, que, entre outros objetivos, visa a criação de produtos têxteis com recurso a redes de pesca descartadas, bem como o projeto de investigação "Nem tudo o que vem à rede é Peixe", que visa criar redes de pesca biodegradáveis e que terminou no corrente ano (ver caixas de destaque).

NEM TUDO O QUE VEM À REDE É PEIXE

No âmbito do projeto "Nem tudo o que vem à rede é Peixe", a Docapesca integrou um consórcio liderado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), com o envolvimento da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

Este projeto, que terminou em 2023, teve como principais conclusões:

- A equipa deste projeto espera iniciar negociações com possíveis investidores, para passar ao estudo da produção à escala piloto das novas redes agora estudadas ao nível de artes de pesca biodegradáveis.
- No que diz respeito à sensibilização das comunidades pescatórias para o problema das redes fantasma, foram desenvolvidas ações de divulgação e promoção do projeto em vários portos nacionais ao longo da costa portuguesa entre pescadores, mestres, associações e funcionários. Foram também produzidos diferentes materiais de merchandising que permitiram divulgar o projeto junto destas comunidades.

- No total estas atividades permitiram atingir cerca de 7000 pessoas presencialmente e cerca de 5500 digitalmente.

No que diz respeito à aposta na digitalização e desmaterialização de procedimentos, esta tem vindo a assumir-se como fundamental no âmbito da modernização dos processos internos da Docapesca e da sua prestação de serviços.

Os trabalhos neste âmbito passam pela criação de um sistema que, para além de centralizar e facilitar o acesso aos serviços da empresa, permitirá encurtar prazos de resposta relativos aos processos, evitar deslocações dos utentes, aumentar a rastreabilidade dos processos e otimizar a gestão do seu capital humano.

No que concerne à primeira venda de pescado, encontra-se em desenvolvimento e implementação um novo software para o leilão de venda, para efeitos de otimização de processos e substituição do atual.

No sentido de levar a cabo a modernização necessária ao nível dos processos internos da empresa, foram desenvolvidos no período de relato, as seguintes ações:

- Identificação dos processos associados à venda de pescado, desde o desembarque ao leilão, culminando com a identificação do possível design de solução para o desenvolvimento da aplicação informática a criar.
- Criação de um portal de comunicação para pedidos de licenciamento.

Para mais informações ver “Direção de Modernização Administrativa e Sistemas de Informação”.

4. As nossas pessoas e comunidades

a) Gestão do talento

A Docapesca regista, em 2023, um decréscimo no seu número total de trabalhadores, passando de 504 trabalhadores em 2022 para 485 em 2023, que se encontram distribuídos de Norte a Sul, no litoral de Portugal Continental. Apresenta um capital humano estável, em que 97,1% dos trabalhadores têm contrato sem termo e 99,6% estão em regime de tempo integral.

Número total de colaboradores por duração de contrato e por género



Reconhece a importância da formação profissional, encarando-a como uma ferramenta estratégica de gestão, estruturante para o aperfeiçoamento das práticas laborais existentes e também como forma de capacitar e motivar os seus trabalhadores. Deste modo, elabora um Plano Plurianual de formação, apostando na realização de ações de formação profissional internas e externas. Adicionalmente, tem previsto, no seu Acordo de Empresa, o subsídio de apoio ao estudo para todos os trabalhadores que frequentem com aproveitamento o ensino superior, em área relevante para a empresa.

Remete-se para a Tabela GRI (indicadores 102-8, 401-1, 404-1, 404-3) e capítulo "Direção de Recursos Humanos" para mais informações sobre as práticas contratuais, progressão na carreira e valorização do capital humano.

A empresa tem assumido o compromisso de introduzir mudanças para promover e incorporar uma cultura de diversidade e inclusão num setor de atividade que é histórica, cultural e predominantemente representado por pessoas do género masculino. Reconhece explicitamente que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito elementar, pelo que devem ser implementadas políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade. Está comprometida em promover uma mudança na cultura da empresa, integrando a igualdade nos seus atos de gestão e em reduzir e prevenir desequilíbrios neste âmbito.

O compromisso com a promoção da igualdade e não discriminação surge expresso no [Plano para a Igualdade e Não Discriminação](#), assim como referido no [Código de Conduta](#) e na [Carta de Princípios da Docapesca](#).

No cômputo geral, a estrutura do quadro de pessoal da Docapesca é composta maioritariamente por trabalhadores de sexo masculino, com as mulheres a representarem, em 2023, 24,7% da força de trabalho da empresa. Tal deve-se a razões históricas associadas ao setor, à estrutura operativa e à exigência física da grande maioria das funções executadas.

Acresce ainda a dificuldade de encontrar mulheres no mercado de trabalho para o preenchimento de vagas para determinadas categorias profissionais, pelo que algumas são ocupadas maioritária ou exclusivamente por homens, como no caso dos operadores de exploração, operadores venda e operadores técnicos e de manutenção. Apesar desta tendência, na Docapesca existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, relativamente ao critério de admissões.

A percentagem de mulheres é mais expressiva nas funções administrativas (70%), de técnicos (33%) e técnicos superiores (51%). De referir ainda que 38% de cargos dirigentes de 1.ª e 2.ª linha ocupados por mulheres.

Percentagem de trabalhadores por categoria funcional e a sua distribuição por género	2021		2022		2023	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Técnico Superior	55%	45%	53%	47%	49%	51%
Técnico	68%	32%	64%	36%	67%	33%
Administrativo	27%	73%	30%	70%	30%	70%
Operador de Exploração	93%	7%	92%	8%	92%	8%
Operador de Serviços de Apoio	71%	29%	71%	29%	80%	20%
Operador de Venda	94%	6%	93%	7%	93%	7%
Operador Técnico e de Manutenção	100%	0%	100%	0%	100%	0%

No que diz respeito à Lei nº 62/2017, de 1 de agosto, a Docapesca tem vindo a implementar medidas para cumprir a meta da quota mínima por género de 33,3%, estabelecida pelo regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do Setor Empresarial do Estado. Desde o primeiro trimestre do ano de 2021, a empresa conta com uma mulher como vogal do Conselho de Administração, tendo, no entanto e nos quatro anos precedentes, este Conselho sido presidido por uma mulher. Remete-se para o capítulo 2, ponto "Remunerações", "a) Órgãos sociais" para informações adicionais.

A Docapesca elabora trienalmente um [Relatório de Remunerações por Género](#) para monitorizar o processo de remunerações pagas a mulheres e homens face ao género, tendo como objetivo a prevenção de diferenças injustificadas no âmbito de qualquer remuneração.

A Docapesca assegura a atribuição de remuneração igual a mulheres e homens assente numa política remuneratória transparente, não existindo qualquer diferença na sua atribuição. Para trabalho igual remuneração igual. As remunerações praticadas na Docapesca baseiam-se no Acordo de Empresa, em vigor, e as eventuais diferenças salariais, que possam ser verificadas, entre homens e mulheres, resultam essencialmente da antiguidade dos trabalhadores na empresa.

Rácio de remuneração entre mulheres e homens, por categoria funcional

Categoria	2021	2022	2023
Técnico Superior	0,95	0,93	0,96
Técnico	0,97	0,85	0,91
Administrativo	0,77	0,8	0,96
Operador de Exploração	0,96	0,95	0,97
Operador de Serviços de Apoio	0,96	0,97	1,01
Operador de Venda	0,93	0,94	0,96
Operador Técnico e de Manutenção	-	-	-

Nota: Dados a 31 de dezembro.

No que diz respeito ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, definido pela Lei n.º 4/2019, de 31 de maio, a Docapesca contabiliza, em 2023, um total de cinco trabalhadores

com incapacidade superior a 60%. Encontra-se em fase de transição, conforme legalmente previsto, para assegurar o pleno cumprimento com as quotas definidas, contribuindo para o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e à oportunidade de desenvolver um percurso profissional.

De referir que para o estabelecimento de uma relação de proximidade e promoção de um diálogo aberto com os trabalhadores, refira-se os mecanismos de envolvimento existentes (ver indicador GRI 102-43) e a comunicação interna. A Docapesca disponibiliza vários canais de comunicação e consulta aos trabalhadores no âmbito da segurança e saúde do trabalho. De referir que está em curso o desenvolvimento de uma *intranet* da empresa, que será uma ferramenta essencial para a promoção de uma comunicação interna mais eficaz e eficiente.

Como fomento da identidade corporativa e da marca, saliente-se a comemoração do 62.º aniversário da Docapesca (ver caixa de destaque). Adicionalmente, a Docapesca tem desenvolvido vários *kits* institucionais (ex. agendas anuais/cadernos, *kits* de refeição, chapéus, garrafa de água de vidro, entre outros), presenteando os trabalhadores no âmbito dos convívios de Natal, assim como os seus filhos (através da oferta de presentes adaptados às diferentes faixas etárias). Os benefícios incluídos no âmbito do Acordo de Empresa constituem *per se* também forte incentivo à motivação dos trabalhadores, contribuindo para a atração e retenção de talento.

EM DESTAQUE

62.º ANIVERSÁRIO DA DOCAPESCA

No dia 10 de janeiro de 2023, assinalou-se o 61.º aniversário da Docapesca, tendo o momento sido assinalado através da realização de um evento em Lisboa.



Neste evento, reconhecimento aos trabalhadores que passara à situação de reforma foram também a atribuição dos Prémios Prestígio que reconhecem os maiores armadores e compradores de pescado do último ano.

b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores

A melhoria das condições de segurança e a prevenção de acidentes nos espaços geridos pela Docapesca, juntamente com a promoção do bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores, são uma prioridade para a empresa.

A Docapesca possui uma Política de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Nesta reconhece-se que a SST é uma responsabilidade partilhada e comum a todos. Todos os trabalhadores e utilizadores dos espaços, sob a responsabilidade da Docapesca, devem, no desempenho das suas atividades diárias, adotar comportamentos que visem salvaguardar a sua segurança física e a de terceiros, bem como identificar situações de melhoria, quer de processos de trabalho, quer da segurança das infraestruturas. Com a definição e implementação da política, visa-se o desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde efetiva, que mantenha a confiança dos trabalhadores, dos clientes, dos fornecedores e do público em geral, tendo a Docapesca tem implementado o seu Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST).

No que diz respeito aos acidentes de trabalho, a Docapesca continua a prosseguir o objetivo de querer atingir a máxima de "zero acidentes". Assumem-se como principais riscos profissionais, decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

Acidentes de trabalho

	2021	2022	2023
N.º acidentes de trabalho	35	26	39
Horas trabalhadas	922.640	886.518	854.910
Tx. frequência de acidentes de trabalho	39,1	29,0	46

No ano de 2023 registou-se um aumento dos acidentes de trabalho, contrariando a tendência do ano anterior, sendo que estes acidentes ocorrem, predominantemente, no espaço da lota e resultam de quedas ao mesmo nível e do incorreto manuseamento manual de cargas, originando lesões de tipo entorses e luxações nos pés, mãos e costas. Felizmente não houve mortes a lamentar nem doenças profissionais a registar. De referir, que muitos dos acidentes não se traduzem em incapacidade para o trabalho e que a grande maioria são de baixa gravidade.

A Docapesca trabalha continuamente na compreensão das causas dos acidentes, na melhoria das condições de trabalho e segurança/requalificação dos espaços, na proteção (através da disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)) e capacitação dos trabalhadores. Todos os anos a empresa ministra ações de formação no âmbito da SST, cujos conteúdos estão devidamente adaptadas às atividades da empresa.

Assim, estas ações são essenciais para reforçar as competências dos trabalhadores no âmbito do desempenho das suas funções, prevenir as práticas inseguras e a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Formação em SST

	2021	2022	2023
N.º de ações de formação	23	64	54
N.º de horas de formação	724	915	1.262
N.º de participantes	611	534	384

Ao nível da promoção da saúde e paralelamente aos serviços de medicina no trabalho, legalmente definidos e disponibilizados a todos os trabalhadores, a empresa também proporciona um seguro de saúde aos trabalhadores do seu quadro efetivo (ver promoção do bem-estar dos trabalhadores).

O bem-estar dos trabalhadores foi sempre um aspeto relevante para a Docapesca, tanto do ponto de vista da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, como da valorização pessoal e profissional e promoção de um bom ambiente de trabalho. Ao diminuir as situações de

confíto entre o trabalho e a vida familiar e pessoal e promover a sua conciliação, está-se a contribuir para aumentar o nível da satisfação dos trabalhadores, melhorar o seu desempenho profissional e a produtividade. Neste âmbito destacam-se um conjunto de benefícios previstos no âmbito do Acordo de Empresa:

- A prática de horário flexível (incluindo a abertura para o teletrabalho) para prestar apoio familiar, devidamente fundamentado, sem perda de direitos ou remuneração adquiridos;
- Um seguro de saúde, para promover o acesso aos cuidados de saúde, quer aos trabalhadores, quer aos seus familiares;
- Um complemento de subsídio de doença e de acidentes de trabalho;
- Um subsídio de estudo para desenvolver as habilitações literárias;
- Quatro dias de dispensa por ano (remunerados e sem apresentação de justificação);
- O pagamento de dias de ausência ao trabalho por assistência à família;
- O patrocínio de atividades desportivas, nomeadamente, corridas para promover a participação ativa dos trabalhadores;
- A celebração de protocolos com cadeias de ginásios;
- Subsídio de casamento, no valor de 500€, por colaborador e ainda o direito a 10 dias úteis de férias para gozo de lua-de-mel;
- Adiantamento por conta da remuneração, correspondente ao máximo de 15% da remuneração anual do colaborador, para fazer face a despesas inesperadas e inadiáveis (ex. cirurgias, substituição/manutenção de veículo pessoal, pagamento de propinas da escola dos filhos, entre outros).

A Docapesca promove ainda ações de reforço da literacia no âmbito da alimentação saudável, associada ao consumo de pescado. Canaliza essencialmente estas informações através das redes sociais, associadas às campanhas externas que realiza no âmbito da comunicação e sensibilização ao consumidor.

c) Interação com a comunidade

A Docapesca estabelece um estreito relacionamento com as comunidades locais das zonas costeiras, de norte a sul do continente português, em especial com as comunidades piscatórias e com aquelas que operam no mesmo setor e que se situam geograficamente próximas. Dá um importante contributo para o desenvolvimento das zonas envolventes, para a sua sustentabilidade económica e social, não só ao nível dos operadores comerciais envolvidos nesta área de negócio como das próprias comunidades.

A este nível, a Docapesca: (1) garante o pagamento diário/semanal à produção no menor prazo possível; apoia as comunidades locais e o setor da pesca, através (2) dos projetos de valorização do pescado, dos portos de abrigo e grande diversidade de serviços prestados e (3) de ações de responsabilidade social.

Como parte das suas atribuições, a empresa procede à retenção de receitas públicas e à prestação de serviços institucionais, retendo – e entregando posteriormente à Autoridade Tributária e à Segurança Social – o IVA devido pelos comerciantes na compra de pescado e cativando, mediante descontos efetuados ao valor das vendas das embarcações de pesca local e costeira, as contribuições dos armadores/pescadores para a Segurança Social.

Consciente da importância de um pagamento atempado aos armadores e do seu impacto na remuneração dos respetivos trabalhadores, e como parte de uma atuação socialmente responsável, é preocupação da Docapesca que a efetivação do pagamento aos produtores se dê em menor tempo do que aquele definido pela Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro. O prazo de pagamento legalmente instituído é o 3.º dia, no entanto, a Docapesca apresenta um prazo médio inferior, tendo sido o mesmo, em 2023, de um dia e meio útil (ver tabela).

Prazo médio de pagamento aos armadores (em dias úteis)

	2021	2022	2023
Prazo médio de pagamento	1,44	0,99	1,55

Esta atuação fomenta, junto dos agentes do setor, uma atividade potenciadora do trabalho digno e um crescimento económico sustentável, dando cumprimento às obrigações legais e visando a proteção social e fiscal dos produtores.

No âmbito da interação com as comunidades locais, em 2023, deu-se continuidade ao programa CCL Social (ver caixa de destaque). Destaca-se ainda o investimento da Docapesca na organização da primeira edição do Congresso da Pequena Pesca, que teve lugar em Quarteira, e que juntou as associações da pesca artesanal de todo o país, membros da academia e diversos stakeholders num único local (ver caixa de destaque).

EM DESTAQUE

CCL SOCIAL: DOAÇÃO DE PESCA A FAMÍLIAS CARENCIADAS

O projeto CCL Social insere-se na vertente social da campanha de promoção do pescado nacional – CCL - Comprovativo de Compra em Lota (Cap. 3.c) Maximização do Valor do Pescado). Através desta medida, incluiu-se o pescado nos programas de apoio locais a famílias carenciadas, reforçando o apoio social em várias comunidades e as relações de proximidade com as autarquias locais. O pescado doado foi adquirido pela Docapesca aos armadores das várias lotas abrangidas, beneficiando também os pescadores a escoar o seu próprio pescado.



Em 2023, os donativos ascenderam a 16,6 toneladas de pescado, traduzindo-se no valor 18 551,00 €. Desde o início de maio de 2020, foram entregues mais de 62 toneladas de pescado adquirido pela Docapesca aos armadores.

DESTAQUE

CONGRESSO PEQUENA PESCA – VILA PRAIA DE ÂNCORA

A Docapesca, com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura e Alimentação e o apoio institucional da Associação Natureza Portugal/WWF, promoveu a segunda edição do Congresso da Pequena Pesca, que decorreu no dia 4 de novembro em Vila Praia de Âncora.



A iniciativa reuniu organizações de produtores, associações de armadores, estaleiros de construção e reparação naval, organizações não-governamentais, universidades e centros de investigação.

Neste Congresso foram abordados temas da atualidade do setor das pescas destacando-se a valorização da pequena pesca, os desafios da pequena pesca ibero-americana, a igualdade de género e as potencialidades da pequena pesca em Portugal.

5. As nossas operações

a) Manutenção e modernização dos estabelecimentos

A Docapesca reconhece que a manutenção e modernização de equipamentos e infraestruturas associados às lotas, portos de pesca e áreas portuárias, é essencial para garantir a segurança de pessoas e bens e as boas condições da primeira venda de pescado.

O plano de modernização e beneficiação da Docapesca visa melhorar os serviços prestados, nomeadamente as condições higiosanitárias e o comportamento energético e ambiental, assegurar as condições operacionais e garantir a qualidade e a segurança. A política de investimentos da Docapesca, com vista à requalificação dos estabelecimentos de primeira venda e áreas adjacentes, necessárias ao funcionamento da empresa, bem como das infraestruturas conexas, traduz-se em benefícios, económicos, sociais e ambientais, diretos e indiretos, para as comunidades onde as lotas e portos estão inseridos.

Anualmente são identificadas as ações a estabelecer com vista à reabilitação/requalificação de infraestruturas e à modernização e/ou construção de novas (ver "DIMA - Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos" e "DSM - Direção de Segurança e Manutenção").

Verifica-se uma tendência crescente nos investimentos de modernização e requalificação realizados pela Docapesca, destacando-se o ano de 2023 como o ano onde o investimento e os valores recebidos de mecanismos de financiamento (MAR 2020) foram, substancialmente, superiores aos anos anteriores, atingindo os investimentos o valor recorde de mais de 10 milhões de euros. (ver caixa de destaque).

Estes são executados com recurso aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais e aos subsídios recebidos. No sentido de melhor potenciar o orçamento disponível para investimento, a Docapesca tem recorrido aos mecanismos de financiamento disponíveis, com maior incidência no Programa Operacional MAR2020, aos quais tem apresentado diversas candidaturas.



DESTAQUE**RECORDE DE INVESTIMENTOS NOS PORTOS DE PESCA EM 2023**

No ano de 2023, o investimento concretizado pela Docapesca atingiu o recorde anual absoluto de 11,2 milhões de euros, o que representou um aumento de mais de 45% face ao ano anterior.

Entre estes investimentos encontra-se a reabilitação dos armazéns de aprestos e novo cais flutuante do porto de Vila do Conde, a dragagem da bacia portuária do porto de Aveiro, a reabilitação das lotas de Peniche e Nazaré e a nova Iota de Cascais.

Destaca-se também a construção dos pavilhões de descarga do pescado do cerco de Sesimbra e Sines, a construção da nova Iota da Carrasqueira, a reabilitação da Iota de Vila Nova de Milfontes, bem como a reabilitação da frente ribeirinha de Vila Real de Santo António.

Entre 2016 e 2023, o investimento realizado pela Docapesca somou 50 milhões de euros, sendo o mesmo financiado por receitas próprias e pelo programa Mar 2020.



De referir ainda que decorrem atividades regulares de manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e áreas dominiais sob responsabilidade da Docapesca. Para relato das anomalias e identificação de necessidades de intervenção curativa/corretiva, foi implementada uma ferramenta informática de gestão de pedidos de assistência técnica (portal de *Helpdesk*).

Neste âmbito, destacam-se as atividades desenvolvidas em 2023 na otimização dos processos relacionados com o estabelecimento e acompanhamento de contratos de serviços de manutenção, de projetos, empreitadas e fiscalizações e com o desenvolvimento, e na implementação e monitorização do PIC – Plano de Investimentos Correntes e PIE – Plano de Investimentos Específicos e a implementação de um sistema de indicadores de desempenho dos equipamentos críticos e da atividade de manutenção.

b) Energia e mobilidade

Ciente de que o combate às alterações climáticas é um dos maiores desafios que a Humanidade enfrenta e da necessidade de se promover a otimização dos recursos, a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e de custos, a Docapesca aposta na eficiência energética e na promoção da mobilidade sustentável.

A energia consumida pela Docapesca encontra-se fundamentalmente relacionada com os consumos de: (1) energia elétrica – associada à iluminação pública dos Portos de Pesca e dos seus edifícios; ao funcionamento de instalações e equipamentos, como câmaras frigoríficas, fábricas de gelo, máquinas de lavagem de caixas para o acondicionamento de pescado; e aos equipamentos informáticos; (2) combustíveis – relacionados com a frota automóvel da empresa, distribuída pelas várias unidades orgânicas da sede e delegações, e com os geradores de emergência (com menor expressão).

A energia elétrica assume-se como a principal fonte de energia da Docapesca, representando cerca de 85% do total do consumo de energia. Entre os combustíveis fósseis, o consumo de gasóleo assume maior expressão (90% do total de combustíveis).

De uma forma geral, as variações dos consumos de energia elétrica registados no período considerado, encontram-se diretamente associadas às atividades da primeira venda de pescado e produção de gelo, isto é, à variação da venda de pescado em lota, bem como à gestão das infraestruturas portuárias e, consequentemente, das atividades conexas que se desenvolvem nestas infraestruturas, sendo que, no ano de 2023, se verificou um aumento no total da energia consumida, destacando-se, no entanto, um aumento muito significativo do consumo de energia fotovoltaica, dados o investimento em Parques fotovoltaicos no ano em referência.

Consumo de energia (GJ)

	2021	2022	2023
Gasóleo	1 328	1564	1543
Gasolina	157	171	72
Eletricidade	20 301	18 791	26 505
Solar fotovoltaico	369	1 178	2 248
Total de energia consumida	22 154	21 704	30 368

Nota 1: Os consumos de eletricidade são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Albufeira, Quarteira, Vila Real de Santo António.

Nota 2: Não inclui a eletricidade das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

Emissões de gases com efeito de estufa associadas ao consumo de eletricidade (ton CO₂)

	2021	2022	2023
Emissões indiretas – âmbito 2	1 137	1 052	1 484

Nota: as emissões de âmbito 2 foram calculadas com base no método baseado na localização (*location-based approach*). Ver Tabela GRI, indicador 305-2, para mais informações.

No âmbito das obras de modernização e requalificação das infraestruturas e da elaboração de projetos de instalações e equipamentos elétricos, a Docapesca tem investido na monitorização dos consumos e na otimização do comportamento energético de edifícios e equipamentos, através de:

- Manutenção dos sistemas de gestão técnica centralizada, que permitem obter a monitorização dos consumos de energia elétrica das lotas, das unidades de alimentação ininterrupta de energia (UPS), da supervisão dos registadores de temperatura, e a monitorização de outros equipamentos. De referir que o comando e monitorização da iluminação exterior e interior das lotas é atualmente uma realidade em algumas lotas e portos de pesca da empresa.
- Substituição da iluminação exterior dos portos e estaleiros navais por sistemas LED mais eficientes.

No contexto económico, a empresa efetua anualmente concursos públicos para o fornecimento de energia elétrica, no sentido de se obterem tarifas mais vantajosas.

A Docapesca tem apostado, desde 2020, na produção de energia renovável, nomeadamente através da instalação de parques solares fotovoltaicos, em portos de pesca, em sistema UPAC

(Unidade de Produção de Autoconsumo). De salientar, em 2023, a instalação de novos Parques Solares Fotovoltaicos em sistema UPAC, localizados nos Portos de Pesca de Olhão Lagos e Sines (ver caixa de destaque).

EM DESTAQUE

NOVOS SISTEMAS UPAC NOS PORTO DE PESCA DE OLHÃO, LAGOS E SINES

Com o objetivo de aumentar a produção de energia renovável para autoconsumo, a Docapesca procedeu à instalação de três novos Parques Solares Fotovoltaicos em sistema UPAC (Unidade de Produção de Autoconsumo), nos Portos de Pesca de Olhão, Lagos e Sines. A sua instalação deu-se ao abrigo do Decreto-Lei n.º 162/2019, de 25 de outubro.



Estas Centrais entraram em funcionamento em 2023, estimando-se, no total, uma produção energética anual de 430MWh e uma redução de CO2 de 305 toneladas por ano, contribuindo, para a redução da pegada de carbono da Docapesca.

Associado ao abate de viaturas da frota, a Docapesca tem investido na aquisição de veículos híbridos e elétricos, contando a empresa, atualmente com uma frota automóvel constituída por quatro viaturas elétricas e três híbridos.

Associada à descarbonização da frota encontra-se a redução gradual dos consumos de gasolina e gasóleo, que registaram em 2023 uma pequena diminuição nos seus consumos, passando de 1 735 GJ, registados em 2022, para 1 615 GJ, registados em 2023.

c) Gestão de água e efluentes

A Docapesca, à semelhança, do que sucede com o recurso energia, reconhece a importância de salvaguardar o recurso água e da necessidade de um uso otimizado, evitando o seu desperdício e reduzindo o seu consumo. É consumidora, na sua maioria, de água doce fornecida pela rede pública, e, em menor quantidade, de água salgada captada e tratada pela empresa.

O consumo de água doce está associado fundamentalmente às seguintes atividades: manutenção das condições de higiene e limpeza das áreas portuárias e das suas infraestruturas; produção de gelo efetuada nas fábricas de gelo; lavagem e higienização das caixas de acondicionamento de pescado, efetuada a quente por máquinas de lavagem de caixas, com recurso a detergentes adequados à área alimentar e não nocivos para o ambiente; higiene pessoal dos trabalhadores, através da utilização de balneários e sanitários.

A água salgada é utilizada em alguns locais para a lavagem dos pavimentos da área de exploração da lota. Adicionalmente, a Docapesca capta, armazena a efetua o tratamento da água salgada que é fornecida aos armadores para utilização na descarga do pescado. A qualidade desta água é garantida através da sua monitorização e do seu tratamento, equivalente ao da água para consumo humano, consistindo na utilização de produtos químicos de qualidade adequada, nomeadamente o hipoclorito de sódio.

Os consumos de água doce encontram-se relacionados com a dimensão dos portos de pesca e das suas infraestruturas e ao volume das atividades aí desenvolvidas, associadas à primeira venda de

pescado, nomeadamente a produção de gelo. O consumo de água registado nas instalações cedidas a terceiros é faturado pela Docapesca aos utentes.

Os consumos de água doce da empresa têm sofrido algumas oscilações, registando-se um aumento gradual dos consumos desde 2021 à data encontrando-se, fundamentalmente, relacionado com a atividade comercial desenvolvida nos portos de pesca e lotas e também com as perdas do sistema de distribuição.

Consumo de água (m³)

	2021	2022	2023
Água adquirida a terceiros (entidades gestoras municipais)	397 442	417 051	439 840

Nota 1: Os consumos de água são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Quarteira, Vila Real de Santo António.

Nota 2: Não inclui a água das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

A Docapesca tem implementado ações para monitorizar e otimizar a utilização deste recurso, através do reforço do número de contadores de água e controlo dos fornecimentos/consumos, procurando reduzir os impactes, quer do seu consumo, quer da descarga de efluentes.

De salientar que a Docapesca apostava, no âmbito dos projetos de modernização e requalificação das suas infraestruturas, na renovação das redes de água e esgotos, na instalação de novas captações e beneficiação dos sistemas de tratamento e armazenamento de água salgada.

d) Promoção da economia circular

A Docapesca está comprometida em garantir uma gestão eficiente dos recursos e resíduos, privilegiando a sua redução, valorização e a procura de soluções que promovam a economia circular.

As suas ações neste âmbito refletem-se não só nas práticas de gestão de resíduos, como a montante, no âmbito do consumo das matérias-primas. É preocupação da Docapesca melhorar continuamente os seus requisitos de compra, por forma a integrar critérios ambientais neste âmbito.

A tipologia e quantidade de matérias-primas usadas pela Docapesca refletem a dependência dos recursos naturais e os impactes que estas têm na sua disponibilidade. No exercício da atividade da empresa destacam-se como principais matérias-primas:

- O plástico predominantemente associado às caixas para acondicionar o pescado;
- O algodão e materiais sintéticos usados no vestuário de trabalho da empresa (manutenção, fábricas de gelo, exploração), sendo que a empresa tem apostado na aquisição da prestação de serviços de aluguer operacional e higienização do vestuário de trabalho para os trabalhadores da 1.ª venda de pescado;
- O papel associado às atividades administrativas, sendo que o foco na desmaterialização dos procedimentos tem resultado na redução do seu consumo e na produção desta tipologia de resíduos.

Destaca-se, no caso das caixas de plástico para acondicionamento de plástico, que a Docapesca privilegia a utilização de matérias recicladas, sempre que legalmente e operacionalmente possível. Neste caso, a utilização de materiais reciclados está restrita às caixas utilizadas para evitar o contacto com o solo das restantes caixas de acondicionamento direto do pescado (as quais têm que ser produzidas em matéria-prima virgem, dado o contacto direto com o produto alimentar). Em 2023, foram adquiridas, do total de caixas PEAD para pescado, 7,8% de caixas em material reciclado. De salientar que em 2023 se registou um aumento na aquisição de caixas de pescado, tanto virgens como em material reciclado, muito devido ao desgaste pela sua utilização como também associada à gestão da utilização destes equipamentos.

Consumo de materiais não renováveis e reciclados (toneladas) – caixas de plástico

	2021	2022	2023
PEAD reciclado (caixas azuis)	5,8	6,4	7,7
Total de PEAD	84	62	99
Percentagem de materiais reciclados	6,8%	9,4%	7,8%

Nota: PEAD - Polietileno de alta densidade

Decorrente das atividades nas lotas, nomeadamente da escolha do pescado que não entra no circuito comercial e de produtos da pesca que não tenham sido comercializados no leilão, são gerados subprodutos de origem animal não destinados ao consumo humano (SPOA). Estes são enquadrados na categoria M3, que, de acordo com a legislação comunitária, correspondem aos subprodutos próprios para consumo humano, mas que, por motivos comerciais não têm esse destino, e, como tal, são encaminhados pela empresa para a indústria da farinação animal. Os SPOA contaminados com substâncias perigosas, com sinais de doença transmissível ou da mistura de categorias (enquadrados nas categorias M1 e M2), ocorrem pontualmente, e são encaminhados para incineração.

No que diz respeito à gestão de resíduos, esta incide sobre os resíduos produzidos nas áreas portuárias sob a gestão e jurisdição da Docapesca. Decorrem das atividades desenvolvidas nestas áreas, do lixo marinho produzido nas embarcações e retirado do mar (ver "Lixo marinho"), e dos resíduos decorrentes da atividade da primeira venda de pescado desenvolvida nas lotas.

Em 2023, produziram-se 2.673,2 toneladas de resíduos, 93,5% dos quais são resíduos não perigosos e 6,5% resíduos perigosos. Do total de resíduos gerados, 91,33% foram encaminhados para eliminação e 8,67% para valorização.

Resíduos não perigosos (toneladas)	2021	2022	2023
Embalagens de plástico ⁽¹⁾	59,6	82,2	42,71
Redes de pesca (plástico) ⁽²⁾	2,7	12,3	29,7
Madeira ⁽³⁾	144	80,1	77,3
Embalagens de papel e cartão ⁽⁴⁾	17,5	25	17,9
Resíduos indiferenciados ⁽⁵⁾	2 335,00	2 300,0	2 093,80
Total	2 558,70	2 499,6	2 261,41

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

(1) LER 150102; (2) LER 020104; (3) LER 150103; (4) LER 150101; (5) LER 200301

Resíduos perigosos (toneladas)	2021	2022	2023
Óleos usados ⁽¹⁾	164	159	155
Absorventes e filtros de óleo ⁽²⁾	0,3	0,9	1,98
Embalagens contaminadas ⁽³⁾	12,1	11,5	9,37
Total	176,4	173,6	166,35

Códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER):

⁽¹⁾ LER 130208*; ⁽²⁾ LER 150202* e LER 160107*; ⁽³⁾ LER 150110*

Os resíduos que assumem maior relevância, tanto pela sua tipologia como pela sua quantidade, são os decorrentes das áreas portuárias, encontrando-se a sua gestão diretamente associada à manutenção das condições de limpeza e salubridade dos portos de pesca. Esta gestão encontra-se incorporada nas prestações dos serviços de limpeza, higienização e gestão de resíduos, contratadas. Neste âmbito tem-se investido igualmente na melhoria continua destas prestações de serviços, através da introdução de ajustes e alterações nos conteúdos contratados, nomeadamente ao nível do armazenamento, triagem e encaminhamento dos resíduos, no sentido da sua melhor e mais eficiente gestão, privilegiando-se, sempre que possível, as operações de valorização (ex. reciclagem). Adicionalmente, os prestadores de serviço na área dos resíduos, no decurso das suas atividades, vão sensibilizando os utilizadores dos espaços para o correto acondicionamento e separação dos resíduos.

No que diz respeito aos resíduos associados à exploração dos edifícios das lotas e dos serviços centrais, estes representam uma pequena parcela da quantidade total produzida pela empresa, sendo essencialmente compostos por embalagens de plástico (associadas à primeira venda de pescado) e papel (associado às atividades administrativas), respetivamente.

No âmbito da promoção da economia circular importa referir:

- O encaminhamento dos resíduos das caixas de pescado como matéria-prima para o fabrico de equipamentos similares;
- O encaminhamento de EPS (caixas de esferovite) para valorização. Estas usualmente não eram recicladas (devido à presença de escamas e odores), mas através do projeto desenvolvido pela empresa BEWI, ao qual a Docapesca se associou, passou-se a assegurar um melhor destino.
- O encaminhamento para valorização das redes de pesca, através de um piloto desenvolvido na Capitania do Porto de Cascais, no âmbito do Blue Circular PostBranding Project (ver caixa de destaque).
- A abertura para participação em grupos de trabalho, adesão a outras iniciativas e estabelecimento de parcerias que visem a melhoria da deposição, armazenamento e encaminhamento de resíduos, o aumento das quantidades valorizadas, e a promoção da circularidade dos materiais e da economia azul.

EM DESTAQUE

O Blue Circular Post Branding Project é um projeto piloto desenvolvido nos portos de Cascais e Ericeira, com a missão de fomentar uma produção de artigos duradouros com impacto ambiental, social, visual e de consumo consciente, a partir de lixo marinho. Assenta numa proposta de Economia Circular Azul, em que o desperdício de recursos é recriado em novas marcas, por um processo de transição e de participação ativa que motiva os atores da cadeia de valor. Desde os produtores aos consumidores e alicerçado em I&D, aposta-se numa abordagem sistémica, multidisciplinar, colaborativa e de eco-design promotora de soluções sustentáveis como alavanca para a mudança social e ambiental.

O Blue Circular pb, que terminou em 2023, foi desenvolvido em parceria com o projeto "A Pesca por um Mar sem lixo" (ver Cap. 3. b) Lixo Marinho). Nas conclusões do projeto, verificou-se que no nosso país, não existe indústria capaz de integrar as redes de pesca como matéria-prima noutros produtos, pela existência de vários materiais nas redes ou contaminantes.

e) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

A Docapesca conta atualmente com 1 486 fornecedores e prestadores de serviços, que representam cerca de 28,99 milhões de euros em compras. A cadeia de fornecedores é quase exclusivamente constituída por fornecedores nacionais (99,9%), grande parte com cobertura em várias regiões do país.

Os fornecedores da Docapesca encontram-se divididos em dois grandes grupos:

- Fornecedores correntes, que se referem à prestação de bens e serviços para o funcionamento diário da empresa – ex. o fornecimento de água e energia, a limpeza e gestão de resíduos das áreas portuárias, vigilância e segurança destes espaços, limpezas interiores de edifícios, aquisições de equipamentos e empreitadas reabilitação e construção;
- Fornecedores de investimento, referentes às prestações no âmbito de empreitadas de reabilitação e construção, equipamentos, viaturas, entre outros.

A empresa está consciente do contributo que as suas práticas de compras têm para a distribuição de valor económico, impactando direta e indiretamente, em milhares de empresas e de trabalhadores. A Docapesca promove uma relação de abertura e proximidade com os seus fornecedores, considerando muito importante, neste relacionamento, que o prazo médio de pagamento a fornecedores seja tão curto quanto possível, cumprindo os prazos estabelecidos no "Programa Pagar a Tempo e Horas" (\leq a 40 dias).

Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias de calendário)

	2021	2022	2023
Pagamento a fornecedores	38	37	39

Para além do cumprimento do prazo médio de pagamento, a Docapesca considera como aspetos importantes nas suas contratações o reequilíbrio financeiro dos seus fornecedores, considerando a possibilidade de atualizações contratuais ao nível da remuneração mínima garantida e taxa de inflação.

De referir que para as principais atividades contratadas, nomeadamente a vigilância e as limpezas interiores, a Docapesca nas suas contratações considera as atualizações salariais que decorrem de

convenções coletivas de trabalho, estabelecidas para os seus setores de atividade. Esta é uma forma de se promover o direito dos trabalhadores e o trabalho digno.

Como empresa do Setor Empresarial do Estado, toda a contratação efetuada pela Docapesca encontra-se vinculada ao cumprimento das regras da contratação pública previstas no CCP - Código dos Contratos Públicos. Ao abrigo destas regras, a empresa promove uma contratação baseada nos princípios da concorrência e transparência e assegura o cumprimento das obrigações contratuais inerentes, criando uma imagem de credibilidade e confiança junto dos seus fornecedores.

O investimento da Docapesca, nesta matéria, vai no sentido de:

- Tornar mais simples e céleres os procedimentos de contratação;
- Estabelecer cadernos de encargos com mais especificidades, que garantam o cumprimento dos requisitos ambientais, de higiene e segurança no trabalho e na qualidade e segurança alimentar;
- Fazer cumprir os princípios normativos da contratação pública.

Ao nível da contratação pública, a Docapesca tem investido na melhoria do processo de contratação e gestão contratual, nomeadamente através de mecanismos de controlo interno da boa execução dos contratos de bens e serviços, bem como da incorporação no processo de contratação de alterações que visam a atualização e a melhoria dos conteúdos das peças do procedimento, nomeadamente ao nível da inclusão das alterações legislativas no âmbito do Código de Contratação Pública, bem como decorrente da prática procedural.

Neste âmbito encontram-se projetadas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento e implementação do novo software para a gestão da contratação pública;
- Estudo e avaliação de soluções de mercado, para a aquisição de bens e serviços necessários, que promovam a economia circular;
- Avaliação da inclusão de aspetos ambientais e de sustentabilidade no âmbito das principais contratações.

5. Performance da Docapesca

1. Direção Jurídica (DJ)

A Direção de Apoio Jurídico é uma unidade orgânica que visa assegurar o suporte jurídico legal e colaborar com todas as unidades orgânicas da empresa. Esta direção tem como atribuições a responsabilidade pela organização da base de dados da assessoria jurídica, a instrução e acompanhamento de processos concursais, contraordenacionais, judiciais e a instrução de processos disciplinares e de inquérito, de averiguações e, ainda, a colaboração na elaboração e análise de diversa documentação recebida e produzida pela empresa.

Relativamente às competências que lhe estão atribuídas no âmbito do apoio aos processos relativos à emissão de licenças de ocupação de áreas sob jurisdição da empresa ou de áreas em que a empresa é concessionária, esta direção fez o acompanhamento dos pedidos de utilização privativa que lhe foram encaminhados pelas diversas unidades orgânicas, e promoveu, quando devidas, as consultas às entidades territorialmente competentes, tendo emitido cerca de quatrocentos títulos de licença, referentes a utilizações dominiais nas áreas de jurisdição da Docapesca.

Elaborou e promoveu a publicação de editais referentes à atribuição de parcelas (licenças e concessões), bem como as minutas de contratos de concessão e protocolos celebrados entre a Docapesca e entidades públicas e privadas.

Adicionalmente, deu-se continuidade ao assegurar das seguintes tarefas:

- Análise sistemática da legislação em vigor;
- Acompanhamento da adoção de medidas de uniformização interna de procedimentos;
- Acompanhamento de medidas de correção de desconformidades procedimentais generalizadas;
- Acompanhamento de medidas de instituição de uma tramitação procedural centralizada;
- Prestação dos esclarecimentos solicitados pelas várias Unidades Orgânicas;
- Prestação do apoio técnico-jurídico a todas as unidades orgânicas da empresa, no cumprimento do Código dos Contratos Públicos, necessário à prossecução dos procedimentos de "contratos de empreitada, de concessão de obras públicas, de concessão de serviços públicos, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços ou ainda em procedimentos destinados à atribuição de licenças ou alvarás";
- Participações no júri dos procedimentos;
- Prestação de todo o apoio jurídico solicitado;
- Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedural e de execução do contrato (designadamente reclamações administrativas e impugnações judiciais).
- Elaboração de diversas procurações, atos notariais, nomeadamente autenticações de documentos particulares e certificação de documentos;
- Acompanhamento de processos judiciais em que foram visados atos praticados pela ou contra a Docapesca, quer através da elaboração de peças processuais, quer na participação em várias diligências processuais, nomeadamente, audiências de julgamento.
- Instauração de centenas de processos de contraordenação;
- Emissão de pareceres e demais instrumentos jurídicos.

- Instrução de processos de inquérito e de averiguações que foram determinados pelo Conselho de Administração;
- Estudo e análise de reclamações e exposições formuladas pelos utentes e funcionários e elaboração das respetivas respostas;
- Análise de Protocolos, Contratos e Acordos estabelecidos com entidades e de que a Docapesca seja parte outorgante;
- Colaboração na elaboração e análise da diversa documentação recebida e produzida pela empresa.

2. Direção de Recursos Humanos (DRH)

A Direção de Recursos Humanos é uma unidade orgânica nuclear que reporta diretamente ao Conselho de Administração, à qual incumbe assegurar a operacionalização dos recursos humanos; desenvolver capacidades para a conceção de estratégias integradas (psicossociais, culturais, operacionais, funcionais, técnicas e económico-financeiras) de gestão e desenvolvimento de recursos humanos a nível organizacional e social; promover competências de análise e definição de políticas de recursos humanos ao nível organizacional, além das questões contratuais e de direito de trabalho, Segurança e Saúde no Trabalho (SST), gestão da carteira de seguros no âmbito dos recursos humanos, formação profissional, certificação, avaliação de desempenho e requalificação profissionais.

Evolução dos efetivos

No quadro de uma política global de otimização dos recursos humanos, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca registou em 31/12/2023 485 trabalhadores, uma redução de 3,8% face ao ano anterior. Destes, 426 pertencem ao quadro efetivo da empresa, 45 em regime de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP), e 14 com contrato e trabalho a termo.

Os ACIP resultam de 58 trabalhadores proveniente do ex-IPTM, admitidos em 2014, cuja integração decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, sendo que atualmente apenas 39 integram a Docapesca. Os restantes 6 referem-se a acordos de cedência de interesse público celebrados para reforço de algumas áreas de atividade deficitárias.

O saldo acumulado registado, durante o ano em análise, reflete a seguinte movimentação:

Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2022	2023	N.º	%
N.º Trabalhadores em 31 de Dezembro	504	485	-19	-3,8%
Entradas:				
Readmissões	0	0	0	0,0%
Admissões (Com Termo)	48	63	15	31,3%
Admissões (Efetivos)	27	11	-16	-59,3%
Acordo de Cedência de Interesse Público	3	1	-2	-66,7%
Total Entradas	78	75	-3	-3,8%
Saídas				
Rescisões Mútuo Acordo	2	2	0	0,0%
Reformas Velhice	17	18	1	5,9%
Reformas Invalidez	2	0	-2	-100,0%
Reformas Velhice Antecipada	1	0	-1	-100,0%
Rescisões por Iniciativa Própria	18	9	-9	-50,0%
Despedimentos Justa Causa	1	0	-1	-100,0%
Abandono do trabalho	2	1	-1	-50,0%
Falecimentos	1	0	-1	-100,0%
Rescisões de Contratos a termo	34	64	30	88,2%
Total Saídas	78	94	16	20,5%

Enquanto as saídas registadas resultam, essencialmente, de rescisões de contratos a termo, de reformas por velhice e rescisões de contratos por iniciativa própria, as entradas de trabalhadores para o quadro de efetivo da empresa, no decurso do ano em análise, decorrem do Decreto-Lei de Execução Orçamental n.º 84/2019, em vigor, onde é referido que fica autorizado o recrutamento para substituição direta do trabalhador que cessa funções por causa não imputável à entidade empregadora, o que deu origem a 11 admissões para o quadro da empresa decorrentes das saídas por motivo de reforma e por iniciativa própria ocorridas nos anos 2022 e 2023.

Para reforço do quadro de pessoal, foi ainda contratado um trabalhador com vínculo contratual público através da celebração de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público.

Em 2023 conjugando entradas e saídas de trabalhadores, a empresa registou uma ligeira redução de pessoal registando 485 trabalhadores, podendo desta forma continuar a garantir a boa prestação de serviço público de primeira venda do pescado.

No âmbito dos recursos humanos, e com o intuito de manter a sustentabilidade da empresa e a extinção da precariedade laboral, foi ainda possível, no cômputo total, eliminar o número de trabalhadores contratados em regime de Utilização de Contratos de Trabalho Temporário de, destinados a substituir ausências de trabalhadores originadas por baixas médicas, férias e saídas naturais, recorrendo à contratação de trabalhadores pela modalidade de contratos a termo certo ou incerto.

O número de trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo contratual em vigor, em 31 de dezembro de 2023, totalizava 485, apresentado a seguinte distribuição geográfica por Unidade Orgânica:

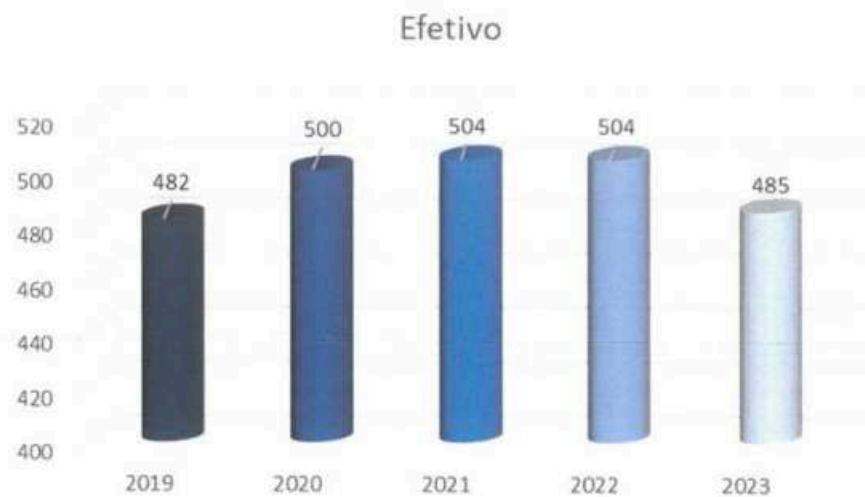
N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/dezembro/2023

Unidades Orgânicas		N.º Trab. Efetivos	N.º Trab. Contratados	Acordo de Cedência de Interesse Pública
SERVIÇOS CENTRAIS	Direções e Gabinetes	Conselho de Administração	1	0
		Gabinete de Assessoria Técnica	3	0
		Gabinete de Auditoria Interna (*)	3	0
		Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental	3	0
		Gabinete de Estatística	3	0
		Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar	5	0
		Direção Comercial Comunicação e Marketing	12	0
		Direção de Sistemas de Informação	5	0
		Direção de Recursos Humanos	9	0
		Direção de Segurança e Manutenção	5	0
		Direção Jurídica	5	0
		Direcção de Infraestruturas e Modernização de Ativos	11	0
		Direcção Financeira	9	1
Total Sede		74	1	4

N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/dezembro/2023

Unidades Orgânicas		N.º Trab. Efetivos	N.º Trab. Contratados	Acordo de Cedência de Interesse Pública	
DIREÇÕES DE PORTOS E LOTTAS	Norte e Matosinhos	Viana do Castelo	8	0	
		Póvoa de Varzim	7	1	
		Matosinhos	45	2	
	Centro Norte	Aveiro	32	0	
		Figueira da Foz	23	0	
	Centro	Nazaré	19	1	
		Peniche	41	2	
		Cascais	5	0	
	Centro Sul	Sesimbra	33	2	
		Setúbal	17	0	
		Sines	17	0	
	Algarve	Sagres	9	1	
		Lagos	8	1	
		Portimão	24	1	
		Albufeira	1	0	
		Quarteira	13	0	
		Olhão	27	2	
		Santa Luzia	5	0	
		Vila Real de Santo António	17	0	
Total Direções Portos e Lottas		351	13	41	
Sub-Total		425	14	45	
Requisitados à Docapesca		1	0	0	
Licenças sem Vencimento		0	0	0	
TOTAL		426	14	45	

Evolução do Quadro de Pessoal – 2019/2023



O número total de trabalhadores, no final do ano de 2023, de acordo com o gráfico acima, registou uma redução de 3,8%, quando comparado com o ano anterior, sendo que registou valores semelhantes comparativamente ao ano 2019.

Refira-se que, sem a integração dos atuais 39 trabalhadores provenientes do ex-IPTM e os 6 trabalhadores contratados em regime de ACIP para reforço do quadro de pessoal, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca contabilizaria apenas 426, mantendo analogamente o número de 2019.

A antiguidade média na empresa dos trabalhadores efetivos manteve-se, em 2023, nos 12 anos, em virtude da cessação de contratos de trabalhadores com maior antiguidade e admissão por substituição de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média dos trabalhadores mantém a tendência de baixar e começa a situar-se, no ano em análise, em 46 anos. De salientar, ainda, que apenas 39% do quadro de pessoal efetivo tem idade inferior a 40 anos.

Valorização dos recursos humanos

A formação profissional enquanto vetor de valorização profissional e pessoal tem assumido um papel central na empresa, pois é através desta que se conseguem desenvolver as competências transversais e específicas de cada categoria profissional, permitindo o reforço de aquisição de conhecimentos, e capacidades necessárias para o desempenho de cada função.

Em 2023, o Plano de Formação Profissional continuou a apostar nas ações de formação e-learning (com exceção das áreas formativas de SST e HSA) por incorrerem num menor custo para a empresa e permitirem a frequência de trabalhadores de diferentes instalações sem necessidade de deslocação.

Todas as ações de formação foram devidamente adaptadas à realidade e necessidades da empresa, tendo sido avaliada a sua eficácia de acordo com o procedimento interno em vigor. Esta avaliação de eficácia da formação permite verificar a qualidade e o impacto das ações de formação na evolução do desempenho das funções por parte dos trabalhadores, bem como o grau de satisfação.

Em 2023, foi dado particular enfoque às áreas formativas da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Higiene e Segurança Alimentar (HSA), Comunicação, Manutenção, Gestão, Comportamental, Informática, Contabilidade e Finanças.

Foram ministradas 232 ações de formação (132 ações de formação certificadas e 100 ações de capacitação internas não certificadas), com um total de 1923 participações (1004 participações em ações de formação certificadas e 919 participações em ações de capacitação internas não certificadas. As ações de formação realizadas (durante o ano em análise) contabilizaram um total de cerca de 1207 horas formativas (certificadas e não certificadas).

Os custos inerentes à realização das ações de formação (contratualização de fornecedores externos) ascenderam a 51.473,46 euros.

Habilidades académicas



A saída de trabalhadores menos qualificados para a reforma, bem como os requisitos para os atuais recrutamentos, que estabelecem preferencialmente como habilitações mínimas ao nível do 12º ano, têm contribuído para a melhoria deste parâmetro na empresa, sobretudo desde 2011. O número de trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo é de (4%), enquanto o n.º de trabalhadores com qualificações abaixo ou equivalentes ao nível do 3.º ciclo representa cerca de 40% dos trabalhadores do quadro da empresa.

O número de trabalhadores com o Ensino Secundário e Superior representavam, no final de 2023, cerca de 60% do total do quadro, contra os 58,5% relativo a 2022, verificando-se uma assinalada melhoria.

No computo geral, a implementação de regras ao nível de habilitações como requisito para concretizar a admissão de trabalhadores para o quadro efetivo, tem vindo a contribuir para aumentar o nível e literacia na empresa.

Evolução dos gastos com o pessoal (total da empresa)

Os gastos com pessoal registaram, em 2023, um aumento de cerca de 6% face aos contabilizados no exercício anterior. Este aumento decorre, essencialmente, da atualização da massa salarial da empresa, que tem vindo gradualmente a ser restituída.

A rúbrica "Remunerações Fixas" é a que maior peso tem nos gastos com pessoal, representando no ano em análise cerca 55,63% (7.902.324€) do total dos gastos, enquanto em 2022 representou 55,98% (7.501.883,40€). Globalmente apesar de em 2022 o valor da rúbrica "Remunerações Fixas" ter sido superior em 0,35% em relação a 2023, os custos com o pessoal tendem a aumentar devido essencialmente à reposição integral do Acordo de Empresa e à restituição salarial.

Globalmente apesar de em 2023 o valor da rúbrica "Remunerações Fixas" ter sofrido um aumento de cerca de 5% em relação a 2022, os custos totais com o pessoal não sofreram na sua totalidade um aumento significativo, situando-se em 6%, justificada essencialmente pela reposição salarial gradual que tem vindo a ser realizada do Acordo de Empresa.

Outros indicadores laborais

Em 2023, a empresa conseguiu uma vez mais manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para poder dar continuidade ao crescimento das atividades no âmbito da sua intervenção e consequentemente manter a sua consolidação económico-financeira.

No cumprimento das orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) designadamente sobre política salarial, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para o ano em análise, e no seguimento do praticado nos últimos anos, deu-se continuidade à política de gestão de ajustamento de recursos humanos e salarial, mantendo-se condicionada com forte orientação para a redução de custos operacionais.

Por forma a satisfazer as necessidades transitórias de recursos humanos, a empresa, procedeu à contratação a termo de trabalhadores pelo período estritamente necessário de forma a poder garantir todas as obrigações que legalmente lhe estão acometidas.

Absentismo

A taxa de absentismo registada no ano em análise foi de aproximadamente 7,39%, mais 0,11% face ao ano transato. Este indicador deve-se essencialmente ao número de baixas médicas de longa duração, sinistros e devido à obtenção de autodeclaração de doença até 3 (três) dias emitida de

forma automática pelo Serviço Nacional de Saúde 24. Refira-se que, a elevada taxa de absentismo observada deve-se, ainda, também, à elevada média de idades do quadro de pessoal da empresa designadamente na área operacional.

Segurança, higiene e saúde no trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho e, mais concretamente, no que respeita ao número de ocorrências de acidentes de trabalho, verificou-se um aumento face ao ano anterior. A duração média das baixas provocadas por acidentes de trabalho foi de 20 dias.

Os acidentes ocorrem, predominantemente, no espaço da Lota e no itinerário resultando, na sua grande maioria, do incorreto manuseamento manual de cargas e de acidentes de viação, originando maioritariamente lesões nas costas.

Foi no mês de novembro e, maioritariamente, às terças e quartas-feiras que se registaram maior número de ocorrências.

Assumem-se como principais riscos profissionais decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

A empresa continua a prosseguir o objetivo de querer atingir a máxima de "zero acidentes", pautando a sua ação pelo reforço das ações de formação e informação no âmbito da SST, com especial enfoque nos riscos profissionais, bem como na constante análise dos Equipamento de Proteção Individual utilizados e das questões infraestruturais e de automatização das técnicas de trabalho.

3. Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos (DIMA)

A Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos (DIMA), no âmbito das suas competências e áreas de especialidades e intervenções, tem como atribuições assegurar todo o apoio técnico e desenvolver as ações técnicas e administrativas necessárias para a elaboração de levantamentos, projetos, realização de concursos e gestão de empreitadas de obras da empresa, análise e pareceres a projetos externos bem como promover uma estreita articulação funcional e operacional com outras unidades orgânicas, no âmbito das suas funções.

Investimentos – 2023

O Plano de Investimentos de 2023 foi planeado com o envolvimento das Direções e Gabinetes da Sede, em articulação com o Conselho de Administração.

Comparativamente ao previsto no Plano de Investimentos para 2023, verificou-se um acréscimo na execução em cerca de 152%, justificado pelo fecho do Programa Operacional MAR 2020, o que implicou um maior nível de investimento antes do fecho do programa, de forma a garantir os financiamentos do programa.

Os Investimentos Específicos e os Correntes, previstos e executados em 2023 são os que se apresentam no Quadro abaixo.

MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2023

Investimento Realizado	PAO 2023	Executado 2023	Grau de Execução
Direção de Portos e Lotas Norte e Malosinhos	1.317.000 €	2.816.576 €	213,86%
Direção de Portos e Lotas Centro Norte	592.500 €	961.424 €	162,27%
Direção de Portos e Lotas Centro	935.000 €	943.403 €	100,90%
Direção de Portos e Lotas Centro Sul	1.545.000 €	2.852.629 €	184,64%
Direção de Portos e Lotas Algarve	2.930.998 €	4.212.977 €	143,74%
Projetos Comuns	566.469 €	226.650 €	40,01%
TOTAL	7.886.967 €	12.013.659 €	152,32%

4. Direção de Sistemas de Informação (DSI)

Esta unidade orgânica tem como atribuições o estudo, conceção, desenvolvimento e promoção das tecnologias de informação, de comunicações, audiovisuais e de multimédia.

Apoia as atividades desenvolvidas pela Docapesca, na sede e nas direções de portos e lotas, através do planeamento, acompanhamento, manutenção de sistemas e formação dos trabalhadores no âmbito dos diversos sistemas de informação e recursos informáticos utilizados na empresa.

Investimentos 2023 e Orçamento de Exploração

O Plano de Investimentos para 2023, Corrente e Específico, à semelhança dos anos anteriores, foi executado com o envolvimento das Unidades Orgânicas da Sede e das Direções de Portos e Lotas.

As despesas com intervenções de conservação e reparação dos sistemas de informação foram executadas maioritariamente pela DSI, as quais foram realizadas através de meios próprios ou recorrendo a contratação pública de bens e/ou serviços.

Investimentos Correntes

Os Investimentos Correntes previstos e executados em 2023, da responsabilidade da DSI, totalizaram €152.264,09, contemplando a renovação do parque informático das lotas, a modernização administrativa e o Core Business da empresa, garantindo a continuidade de negócio.

Foram renovados e ampliados diversos sistemas de hardware (servidores, computadores, impressoras, ecrãs e sensores) no sistema de primeira venda de pescado em lota, de norte a sul do país, com vista a mitigar as falhas no leilão eletrónico.

Investimentos Específicos

Os Investimentos Específicos executados em 2023 pela DSI totalizaram €227.873,50, donde se destacaram as aplicações PERaia e Alagem Digital.

Orçamento de Exploração

Os valores totais das despesas relativas ao Orçamento de Exploração totalizaram €136.802,29, donde se destaca a revisão, atualização e harmonização do software, em regime de licenciamento, utilizado na empresa.

Foi reforçada a segurança informática e foram implementadas medidas de desmaterialização documental.

Atividades Desenvolvidas

Na parte que respeita às atividades desenvolvidas pela direção no decurso de 2023, apresentam-se de seguida as principais:

- Instalação e substituição de novos equipamentos em várias lotas (em curso);

- Atualização de servidores e switches;
- Centralização da informação cadastral (plantas, redes e infraestruturas);
- Modernização dos sistemas de virtualização;
- Apoio aos utilizadores, donde se destacam 2036 tickets de helpdesk;
- Foram modernizados os diversos equipamentos de suporte ao sistema de primeira venda, para reduzir a taxa de incidentes;
- Desenvolvimento de um novo sistema de venda em loja;
- Upgrade de diversos sistemas, como por exemplo, o SAP;
- Renegociação dos diversos contratos de IT para apoio à mobilidade e ao teletrabalho;
- Desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade financeira, com interligação entre as diversas componentes da principal área de negócio.
- Desenvolvimento de aplicações para tratamento de dados estatísticos de suporte à primeira venda de pescado, bom como nos trabalhos realizados em parceria com a Academia;
- Desenvolvimento de estudos sobre processos de negócio, com vista ao aumento de receita e a internacionalização;
- Desenvolvimento de aplicações com publicação nas mobile stores da Docapesca.

5. Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar (DQA)

A Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar tem como atribuições promover a implementação e a certificação de sistemas de Gestão de Qualidade e de Gestão Ambiental, no âmbito das normas ISO 9001 e ISO 14000, permitindo à empresa um melhor desempenho das suas atribuições, mais eficaz, eficiente e sustentável, baseado em procedimentos sólidos e transparentes.

A Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar, tem ainda como atribuições coordenar o Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, garantindo o cumprimento da legislação comunitária e nacional, com vista à manutenção e atribuição do Número de Controlo Veterinário às lotas e atividades conexas, bem como o estudo, conceção, desenvolvimento, promoção e monitorização do modelo de certificação no âmbito da ISO 22000 para as lotas.

As principais atividades desenvolvidas em 2023 foram as seguintes:

- Realizado o acompanhamento mensal do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, através de reuniões, visitas e verificações, nas lotas da Docapesca com o sistema implementado: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Lagos, Rio Arade, Quarteira, Olhão e Vila Real de Santo António.
- Realizada uma Verificação Interna, em 25 lotas com Número de Controlo Veterinário (NCV), pelos trabalhadores do DQA, tendo sido verificado o cumprimento dos pré-requisitos definidos, as infraestruturas e equipamentos e a gestão do sistema de segurança alimentar em cada lota. Cada visita resultou num relatório e foram planeadas e acompanhadas as ações corretivas das constatações.
- Efetuada a reunião de revisão pela gestão com todos os intervenientes do Sistema de Gestão da segurança alimentar implementado. Posteriormente, foi elaborado um relatório com a análise do desempenho do SGSA tendo em conta todas as atividades de monitorização e verificação realizadas no ano 2022.
- Realizadas auditorias internas, por uma auditora contratada para o efeito, ao longo do 2º e 3º trimestre nas lotas certificadas, tendo sido preparados planos de ações corretivas para as não conformidades identificadas.
- Realizada a auditoria de manutenção da certificação, pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, às lotas já certificadas pelo referencial ISO 22000 (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sagres, Rio Arade, Quarteira, Olhão e Vila Real de Santo António), bem como às unidades orgânicas dos serviços centrais com interveniência do SGSA.
- Elaborado um plano de ações para resposta às não conformidades identificadas pela APCER.
- Elaborados planos de ação, e resposta dentro dos prazos, aos controlos de verificação PACE da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) nas lotas de Sesimbra, Costa da Caparica, Vila Praia de Âncora, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Viana do

Castelo, Matosinhos, Aveiro, Mira, Figueira da Foz, bem como aos relatórios elaborados no âmbito COPP (Controlo Oficial de Produtos da Pesca).

- Coordenação do acompanhamento das vistorias promovidas pela DGRM, com a DGAV, ACT, ARS e CCDR, para manutenção de número de controlo veterinário às lotas de Trafaria Sesimbra, Setúbal, Vila Praia de Âncora, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Mira, Figueira da Foz, Vila Nova de Milfontes e Sines. Foram elaborados planos de ação para resposta às vistorias.
- Realizadas reuniões e ações de sensibilização com diversas Unidades Orgânicas intervenientes no processo, de modo a tornar o sistema apto para a certificação das lotas novas a certificar, assim como das que já se encontram certificadas e necessitam de melhoramentos neste âmbito. Os elementos dos serviços centrais e locais realizaram reuniões, com o objetivo de tornar a envolvência de todos mais forte.
- Pareceres para depuradora de Bivalves, Masterplan de Matosinhos, Iota de bivalves de Aveiro
- Revisão e atualização dos manuais de segurança alimentar, o manual do sistema de segurança alimentar e a documentação de controlo de perigos (HACCP), nomeadamente o fluxograma, descrição de etapas e plano de controlo de perigos.
- Avaliação da adequabilidade da documentação do SGSA, nomeadamente na elaboração do procedimento Receção de Moluscos Bivalves, Gastrópodes Marinhos, Equinodermes e Tunicados vivos, Gestão da Organização e instrução de trabalho, Regras de Visitante.
- Avaliação da documentação operacional das lotas.
- Realização de diagnóstico (operacional e documental) para a implementação do sistema de Gestão ambiental aos portos de Peniche, Nazaré e Sesimbra e desenvolvimento de planos de ações corretivas
- Avaliação da conformidade legal no que diz respeito ao Sistema de Gestão Ambiental;
- Elaboração da matriz de riscos ambientais para os Portos de Nazaré e Peniche;
- Desenvolvimento de documentação para caracterização dos parceiros do Sistema de Gestão Ambiental;
- Reuniões periódicas com todas as Unidades Orgânicas para a elaboração dos procedimentos no que diz respeito ao Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001) para o Manual de Procedimentos;
- Desenvolvimento da rede de processos e caracterização atividades da Docapesca no âmbito da ISO 9001.

6. Direção Financeira (DF)

A Direção Financeira, unidade orgânica nuclear, no âmbito das suas competências e áreas da sua intervenção, planifica e dirige as atividades da gestão económico-financeira, de administração, e colabora na definição da estratégia empresarial e na avaliação de riscos.

Colabora nos processos de planeamento anual e plurianual e assegura a execução, consolidação e regularidade da contabilidade, do sistema de informação contabilística e do sistema integrado de informação financeira, bem como a gestão dos seguros patrimoniais e de responsabilidade civil, com o objetivo de apoiar a decisão e o controlo de gestão.

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. As lotas estão dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2023, a atividade das embarcações de pesca registou um aumento em volume, invertendo o ano menos positivo registado em 2022. A comparação do ano em análise com o ano transato revela um acréscimo significativo de 11,2 mil toneladas (mais 11,4 %) nas quantidades apresentadas para venda em lota, provocando uma diminuição do preço do pescado em 8,6% no preço médio de venda em lota, donde ainda assim resultou num aumento global do valor do pescado transacionado em 4.440.363 milhões de euros. Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor do pescado transacionado registaram um acréscimo de 256,418 mil euros, relativo ao ano transato.

Com a publicação e consequente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido concluída a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM, dado o processo de fecho e certificação das contas daquele Instituto não ter permitido a conclusão do processo sem intervenção por avaliação externa, a Docapesca garantiu o exercício das competências adquiridas e, em 2023, foram cobrados mais 28 mil euros de dívidas faturadas aos clientes em nome do IPTM, acrescendo este montante à situação líquida da Docapesca.

Em termos de resultados líquidos, as atividades da empresa em 2023 traduziram-se num ano positivo, com 835 mil euros de lucro, que assim reforça a estrutura dos seus capitais e permite a continuidade dos investimentos previstos para o futuro.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, no ano de 2023, e tal como no ano anterior, mostra-se atenuado o desfasamento que ocorre durante os primeiros anos de vigência de um novo quadro comunitário e que remete para o final do quadro o recebimento da maior parte dos subsídios ao investimento não reembolsáveis. Em 2023 foram pagos investimentos no montante de 11,4 milhões de euros (6,65 milhões de euros em 2022). Para além do recebimento de 4,28 milhões de euros em subsídios não reembolsáveis (1,53 em 2022), foi determinante o reforço dos fluxos recebidos das atividades operacionais.

De referir que, durante o ano de 2023, a Docapesca recorreu ao descoberto bancário em DO, contratualizado com o Banco BPI, sempre que necessário, para fazer face aos pagamentos relativos aos investimentos em curso, em antecipação ao recebimento dos subsídios associados aos mesmos, nomeadamente entre os meses de julho e setembro, e durante o mês de dezembro, com devolução no próprio mês.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2023, capitais próprios positivos no montante de 28,05 milhões de euros, que comparam com os 27,06 milhões de euros de 2022 e os 24,28 milhões de euros de 2021, representando a consolidação da evolução positiva após a inversão gerada pelas alterações decorrentes da fusão por incorporação/integração do IPTM.

Ainda durante o exercício de 2023, e no âmbito do processo de descentralização (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais), foram assinados e homologados os protocolos com os municípios de Faro, Olhão, Lagos, Tavira, Portimão, Albufeira, Peniche, Nazaré e Cascais, com um impacto líquido resultante do abate contabilístico dos bens ainda não totalmente depreciados no capital próprio de 1 058 milhões de euros.

7. Direção de Segurança e Manutenção (DSM)

Como unidade orgânica nuclear, a DSM reporta diretamente ao Conselho de Administração, incumbindo a esta direção assegurar a manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas e equipamentos dos portos de pesca e áreas dominiais sob responsabilidade da Docapesca, para além de garantir e acompanhar a manutenção curativa e a mitigação dos riscos no âmbito dos equipamentos e ao nível da segurança de pessoas e bens.

I Investimentos 2023 – Descrição Geral

O Plano de Investimentos Específicos foi executado com o envolvimento das unidades orgânicas da Sede.

O Plano de Investimento Correntes de 2023 foi executado pelas unidades orgânicas da Sede e pelas DPL, dentro das condições estabelecidas.

As despesas relacionadas com intervenções de conservação e reparação foram executadas maioritariamente pela DSM, apresentando-se neste relatório as intervenções da responsabilidade da DSM realizadas através de meios próprios ou recorrendo a fornecimentos e serviços externos.

Investimentos Correntes

Os Investimentos Correntes executados em 2023, da responsabilidade da DSM, são os que se apresentam no Quadro I.

Quadro I
Mapa-resumo de Investimento Correntes da responsabilidade da DSM em 2023

DPL/SEDE	Realização Previsional	Realização Efetiva	Realização Efetiva em %
DPL Norte e Matosinhos	€ 103 072,00	€ 75 153,85	72,91%
DPL Centro Norte	€ 60 680,00	€ 8 400,28	13,84%
DPL Centro	€ 95 286,00	€ 77 005,06	80,81%
DPL Centro Sul	€ 41 019,00	€ 37 973,23	92,57%
DPL Algarve	€ 148 020,00	€ 72 152,73	48,75%
Sede	€ 81 469,00	€ 12 314,12	15,12%
TOTAL	€ 529 546,00	€ 289 999,27	53,44%

O Quadro I revela uma taxa de realização global de cerca de 53%, sendo que no que às DPL diz respeita essa taxa foi de 60%.

De realçar que na Sede a DSM era responsável pela execução de um montante de 81.649 €, em que 80.000€ estavam adstritos a investimentos relacionados com a beneficiação de infraestruturas de assinalamento marítimo, nas quais se investiu apenas 3.800 €.

Investimentos Específicos

Os valores totais de investimentos específicos executados em 2023 pela DSM, são os que se apresentam no Quadro II.

Quadro II
Mapa-resumo de investimento específicos realizados pela DSM em 2023

DPL	Realização
DPL Norte e Matosinhos	€ 261 624,80
DPL Centro Norte	€ 43 925,25
DPL Centro	€ 50 319,64
DPL Centro Sul	€ 76 648,41
DPL Algarve	€ 211 216,87
TOTAL	€ 643 734,97

Orçamento de Exploração – Contas de conservação e reparação

Os valores das despesas relativas ao Orçamento de Exploração - contas de conservação e reparação, são os que se apresentam no Quadro III. Nesse quadro apresenta-se também informação sobre os valores previsionais para cada DPL em 2023.

Neste quadro não estão incluídos os valores relativos aos contratos de manutenção preventiva e assistência técnica de instalações frigoríficas, empilhadores e portões, os quais são apresentados no Quadro IV.

Quadro III
Mapa-resumo de despesas em OE- conservação e reparação

DPL/SEDE	Orçamento 2023	Execução 2023
DPL Norte e Matosinhos	€ 190 000,00	€ 195 742,00
DPL Centro Norte	€ 165 000,00	€ 175 088,00
DPL Centro	€ 120 000,00	€ 118 086,00
DPL Centro Sul	€ 140 000,00	€ 132 558,00
DPL Algarve	€ 195 000,00	€ 198 736,00
Sede	€ 40 000,00	€ 24 430,00
TOTAL	€ 850 000,00	€ 844 639,00

Quadro IV
Mapa-resumo dos contratos de manutenção preventiva e assistência técnica

Tipo de equipamento	Manutenção preventiva 2022	Manutenção preventiva 2023	Assistência técnica 2022	Assistência técnica 2023
Instalações de frio	€ 71 613,00	€ 22 055,00	€ 120 165,00	€ 35 453,00
Empilhadores	€ 12 101,00	€ 7 780,00	€ 58 529,00	€ 39 864,00
Tratamento de água	€ 4 977,00	€ 0,00	€ 922,00	€ 0,00
Portões	€ 17 216,00	€ 12 677,00	€ 8 861,00	€ 3 676,00
TOTAL	€ 105 907,00	€ 42 512,00	€ 188 477,00	€ 78 993,00

Este Quadro revela um decréscimo nos custos de manutenção preventiva e assistência técnica face aos anos anteriores. Tal facto dever-se-á em grande parte ao desempenho e resposta às necessidades das empresas contratadas para a manutenção das instalações de frio e portões das lotas.

Relativamente às instalações de frio, no Quadro V apresenta-se os custos com os contratos de manutenção preventiva e assistência técnica das Lotas com maiores equipamentos de produção de gelo. Nos valores apresentados estão também contabilizados os custos com a conservação das câmaras frigoríficas dessas lotas, uma vez que estão integradas nos mesmos contratos.

Quadro V
Mapa-resumo contratos de manutenção preventiva e assistência técnica das instalações de frio

LOTA	Manutenção Preventiva	Assistência Técnica
Matosinhos	€ 20 644,00	€ 21 040,00
Aveiro	€ 11 964,00	€ 24 235,00
Figueira da Foz	€ 3 440,00	€ 13 329,00
TOTAL	€ 36 048,00	€ 57 604,00

8. Direção Comercial, de Comunicação e Marketing (DCM)

A Direção Comercial, Comunicação e Marketing, como unidade orgânica nuclear visa a análise do meio envolvente, a identificação das melhores vias para implementar as medidas estratégicas planeadas, numa vertente interna e externa, incentivando o desenvolvimento de sinergias e o potencial da inovação e orientação para o mercado, através da promoção e desenvolvimento da competitividade e valorização da empresa.

Esta direção garante o apoio técnico e operacional a todas as DPLs, no âmbito da contratação de gelo para garantir a cadeia de frio, de higienização, gestão ambiental e de resíduos das instalações, de segurança e de vigilância dos portos e lotas, entre outras.

Núcleo de Comunicação e Marketing

No âmbito da DCM – Núcleo de Comunicação e Marketing, desenvolveram-se um conjunto de projetos que visam o reforço da imagem e notoriedade da Docapesca junto dos seus públicos-alvo (produtores, compradores, trabalhadores, formadores de opinião, comunidade académica, comunicação social, etc.) e da opinião pública.

Estes projetos enquadram-se nos vetores estratégicos da empresa, estabelecidos no seu Plano Estratégico, nomeadamente: (1) relação com a comunidade; (2) sustentabilidade do setor alimentar do mar; (3) valorização e diversificação da atividade; e, (4) eficiência organizacional.

Campanhas e projetos de valorização do pescado

Os principais objetivos passam por identificar e valorizar o pescado transacionado em lota, junto do consumidor final, através da etiqueta CCL e de um conjunto de ações integradas que potenciem o seu valor, contribuindo para o aumento da rentabilidade da frota, a retribuição justa do pescador e um consumo económico e mais responsável. Neste âmbito realizaram-se as seguintes ações:

Campanha Promocional Nada Melhor

Em 2023, a Docapesca lançou a nova Campanha de Promoção do Pescado Fresco Português "Nada Melhor". Com esta campanha pretendeu-se salientar a importância do pescado para a economia nacional, valorizar o trabalho dos nossos pescadores, mas também promover um consumo mais diversificado, dando a conhecer espécies menos comuns, mas igualmente saborosas, contribuindo assim para a sustentabilidade dos recursos.

A primeira fase desta campanha iniciou-se no dia 8 de novembro, nos canais de TV generalistas, na rádio, na imprensa local e nas redes sociais e conta a participação de rostos conhecidos como Fátima Lopes, Fábio Coentrão, Chef António Alexandre e trabalhadores do setor da pesca como o Mestre José Alberto Dinis, entre outros.

No contexto do CCL – Comprovativo de Compra em Lotas, foram também distribuídas novas etiquetas a todos os aderentes nas lotas a nível nacional. O projeto está presente em 1176 pontos de venda ao público.

CCL Social

Continua a decorrer o programa Docapesca Social, através do donativo de pescado às IPSS através das autarquias. Neste ano, os donativos ascenderam a 16,6 toneladas de pescado. Desde o inicio de maio de 2020, foram entregues mais de 62 toneladas de pescado adquirido pela Docapesca aos armadores.

Docapesca School Sessions

No total, em 2023, realizaram-se 32 palestras, que alcançaram um total de cerca de 700 alunos.

Redes Sociais

Em 2023, a página da Docapesca no Facebook registou 20.451 gostos, mais 5% na comparação homóloga. No Instagram, a página tem atualmente 3023 seguidores (+67%) e no Linkedin tem 2.283 seguidores (+15%).

Participações em feiras e festivais gastronómicos

Em 2023, a Docapesca teve participações no Março com Sabores a Mar (Esposende), Património Enogastronómico (Montalegre), Feira de Maio (Olhão), Sesimbra é Peixe, Semana da Cavala (Setúbal), Ovibeja (Beja), Semana do Pescador (Vila do Conde), O que vem à rede (Setúbal), Semana da Sardinha (Setúbal), FACECO (Odemira), Festival do Bacalhau (Ilhavo), FATALCIL (Lagoa), Semana do Carapau (Setúbal), Feira da Dieta Mediterrânica (Tavira) e Semana do Polvo (Quarteira).

Participações institucionais

Neste âmbito, a Docapesca esteve presente na Nauticampo (Lisboa), BTL (Lisboa), Meo Rip Curl (Peniche), Dia do Pescador (Olhão), Marés de Maio (Nazaré), Apresentação Imagens Conservadas (Portimão), Workshop Sea2See (Lisboa), Conferência APLM (Lisboa), Boat Show (Vilamoura), O que vem à rede (Setúbal), Semana do Mar (Setúbal), Meia do Futuro (Nazaré), Diving Talks (Lisboa) e na Apresentação projeto "On The Wave" (Lisboa).

Em novembro, a Docapesca organizou também a 2ª edição do Congresso da Pequena Pesca, que teve lugar em Vila Praia de Âncora, e que contou com a participação de cerca de 150 pessoas e de um painel alargado de oradores do setor da pesca, da investigação, do ensino, de ONG e entidades públicas.

Internacionalização do setor

Em 2023, foram realizadas várias participações em feiras internacionais, em colaboração com a ALIF, tendo a Docapesca marcado presença na Lisbon Food Affair (Lisboa), SAGAL (Lisboa), Seafood (Barcelona), Conxemar (Vigo) e na Anuga (Colónia).

EXPOFISH Portugal

Teve lugar a 3ª edição da Expo Fish Portugal, promovida pela Docapesca, com o patrocínio institucional do Ministério da Agricultura e Alimentação e a parceria da ALIF.

A plataforma da Expo Fish Portugal está aberta todo o ano às empresas do setor, organizações de produtores e associações setoriais que pretendiam divulgar e comercializar os seus produtos. Para além da vertente comercial, em paralelo decorreu uma conferência com diferentes painéis de discussão com personalidades e entidades de diversas áreas, onde foram partilhadas experiências e conhecimentos.

Nesta edição, foram também galardoados três projetos de inovação na área alimentar do mar no contexto do Prémio Inovação Expo Fish Portugal, que registou um grande acréscimo de candidaturas, passando de 13 para 33 candidaturas. Refira-se que ao longo do ano, foi realizado um conjunto de apresentações presenciais em várias universidades e institutos politécnicos.

Promoção da Sustentabilidade Ambiental

Projeto "A Pesca por um Mar Sem Lixo"

Em 2023, o projeto foi implementado no porto de Vila Nova de Milfontes, Castelo de Neiva e Fuzeta. O projeto está atualmente implementado em 24 portos, contando com 892 embarcações aderentes, representando cerca de 3.861 pescadores. Até ao momento, 2.955 m³ de embalagens e 6.218 m³ de resíduos indiferenciados.

Foram dinamizadas 5 ações de limpeza costeira em Lagos, Peniche, Viana do Castelo, Rio Arade e Sagres, tendo a Docapesca colaborado na ação de limpeza subaquática realizada no porto de Sesimbra. No total, as ações tiveram a participação de 91 participantes e cerca de 2.580 kg de resíduos recolhidos.

Implementação de soluções de Economia Circular

Neste âmbito, a Docapesca integra vários projetos e consórcios tendo em vista contribuir para uma economia circular, reaproveitando resíduos dos portos e da pesca, como por exemplo o projeto Blue Bio Tech, em desenvolvimento no Sotavento Algarvio.

Manteve-se a colaboração como parceira no projeto Blue Circular, que terminou em maio de 2023.

Nem tudo o que vem à rede é peixe

No âmbito deste projeto de combate às redes fantasma que encerrou em 2023, a Docapesca acompanhou os trabalhos, nomeadamente ao nível do desenvolvimento da imagem do projeto.

Custodiam

A Docapesca integra este consórcio que visa o desenvolvimento de um dispositivo de traceamento das artes de pesca, fazendo a ponte com armadores no porto de pesca de Sesimbra.

Life Águeda

O Programa "LIFE", que a Docapesca integrou, através do projeto do Posto Móvel de Registo, teve o início dos trabalhos em outubro de 2017. Em 2023, o projeto teve continuidade e foi prorrogado até 2024..

Núcleo de Logística e Serviços Administrativos

O Núcleo de Logística e Serviços Administrativos, da Direção Comercial, Comunicação e Marketing, desenvolve as suas atividades centradas em dois grandes eixos: a Logística, que abrange a área da contratação pública de bens e serviços, aprovisionamento e gestão da frota automóvel, e os Serviços Administrativos, onde se encontram enquadrados todos os temas relacionados com a área de exploração, gestão da correspondência da empresa e o reporte de informação não financeira - sustentabilidade.

No âmbito das suas competências destacam-se as seguintes atividades, desenvolvidas no ano de 2023 e enquadradas nos seus dois eixos de atuação.

Contratação Pública

Como empresa do Setor Empresarial do Estado, toda a contratação efetuada pela Docapesca encontra-se vinculada ao cumprimento das regras da contratação pública previstas no CCP - Código dos Contratos Públicos, registando-se, no ano de 2023, a elaboração de um total de 90 procedimentos.

As contratações em referência incidem sobre uma diversidade de bens e serviços necessários ao normal e bom funcionamento das várias unidades orgânicas da empresa, destacando-se as limpezas interiores dos edifícios, as limpezas exteriores das áreas portuárias e a gestão de resíduos, os serviços de vigilância e segurança, controlo de pragas, as aquisições de viaturas, de equipamentos de estiva e vasilhame, de produtos químicos e de limpeza, material de economato, bem como, a contratação dos serviços de disponibilização de observadores de pesca.

Os procedimentos de contratação em referência são processos complexos e que envolvem atividades exigentes, destacando-se a elaboração das peças dos procedimentos, o seu lançamento através da plataforma Vortal ou via correio eletrónico, a avaliação de propostas e a elaboração de

Relatórios para as fases Preliminar e Final até à assinatura do Contrato e o envio para a sua publicação na plataforma Basegov.

Aquisição de equipamentos para as áreas exploração das lotas

No âmbito da aquisição de equipamentos, inscritos no Plano de Investimentos Correntes para 2023, foram realizados os processos anuais de contratação de vários equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades da primeira venda de pescado e a utilizar nas áreas de exploração das Lotas, dos quais se destacam:

- aquisição de caixas de 30 litros, em polietileno de alta densidade necessárias à realização da primeira venda de pescado;
- aquisição de equipamentos de estiva em plástico;

Compras nacionais

Integradas também no âmbito da contratação pública, as compras nacionais, garantidas e geridas por este Núcleo, asseguram o fornecimento a toda a empresa de diversos materiais nomeadamente: economato, produtos químicos, consumíveis de WC, entre outros bens. O cumprimento do CCP é também garantido no âmbito da gestão contratual efetuada às aquisições em referência, através de requisições internas enviadas pelas diversas unidades orgânicas da empresa.

Gestão da frota automóvel

O controlo e gestão da frota automóvel da empresa garantida consiste, fundamentalmente, em atividades que passam ao nível das viaturas alocadas à sede da empresa, tanto pela garantia da sua operacionalidade e manutenção, como da gestão das requisições e das suas disponibilidades e, no âmbito nacional da frota automóvel, pela gestão de consumos de combustível e via verde, gestão esta apoiada por uma ferramenta de gestão de frotas.

A frota automóvel da Docapesca era, no final de 2023, constituída por 37 viaturas automóveis e 3 motociclos, dos quais é proprietária, e 6 viaturas das quais é locatária. Do total dos 46 veículos atrás referenciados, 45 encontram-se no ativo, e 1 encontra-se inoperacional.

Serviços administrativos

Contratos de Abastecimento Direto de Pescado

Durante o ano de 2023, todos os contratos celebrados ao abrigo do N.º 1, do Art.º 8.º, do Decreto-Lei n.º 81/2005, e rececionados na Docapesca, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a registo informático em ficheiros, e, posteriormente, enviados para as respetivas Direções de Lotas e Portos de Pesca.

Em 2023 verificou-se um novo aumento da celebração desta tipologia de contrato, sendo a sua distribuição por Organização de Produtores conforme o adiante designado:

ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM 2022	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM 2023	DIFERENÇA 2023-2022
APARA	553	722	169
APPLN	141	144	3
APROPESCA	188	188	0
ARTESANALPESCA	75	74	-1
BARLAPESCAS	53	67	14
BIVALMAR	12	16	4
CAPA	109	158	49
CENTRO LITORAL	25	16	-9
OLHÃOOPESCA	299	263	-36
OPCENTRO	132	143	11
PDM	1	0	-1
ORPAGU	3	0	-3
PROPEIXE	12	8	-4
SESIBAL	88	36	-52
VIANAPESCA	327	322	-5
TOTAIS	2018	2157	139

Contratos de Transferência de Pescado

Para dar cumprimento à legislação aplicável à circulação de mercadorias, a Docapesca, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, enquanto entidade responsável pela primeira venda de pescado, e numa estreita colaboração com o setor, substitui os armadores na elaboração das guias de transferência de pescado descarregado num determinado porto para ser vendido em local diferente do da descarga.

No ano de 2023 a Docapesca elaborou 11 novos contratos com Armadores/Pescadores, perfazendo um total de mais de 510 contratos já celebrados neste âmbito e que se encontram em vigor.

Observadores de pesca

No âmbito da gestão e disponibilização de observadores de Pesca foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Zona NAFO

No âmbito desta zona de pesca, foram efetuadas 19 solicitações para disponibilização de observadores de pesca, tendo a Docapesca conseguido corresponder a todas elas ao abrigo do contrato estabelecido com a Seaexpert.

Relativamente a esta prestação de serviços, garantida pela Docapesca, a empresa teve um proveito no ano de 2023 no valor de € 31 600,00.

Zona CECAF

No que concerne à contratação de observadores de pesca para a Zona CECAF, no período em referência, não foram registadas solicitações.

Atum Rabilho

A atividade nesta zona de pesca, e de acordo com o que tem vindo a ser prática nos últimos anos, começou a registar-se a partir do mês de abril, totalizando no ano de 2023, 23 solicitações de observadores, existindo um proveito de €345.

Elaboração e atualização de regulamentos

No âmbito das atribuições do Núcleo de Logística e dos Serviços Administrativos referentes à gestão de regulamentação interna relativa à área de exploração da empresa, decorreram no ano de 2023 atualizações e reformulações de documentos em concertação com as várias Direções de Portos e Lotas e com o Gabinete de Assessoria Técnica, das quais destacamos:

- Revisão e atualização do Regulamento do vasilhame, tendo sido aprovado o novo regulamento pelo Conselho de Administração a 21/11/2023. O presente documento foi submetido, no final de 2023, a consulta pública, por um período de 30 dias úteis, prevendo-se que, findo este período, o mesmo será implementado.
- Revisão do Regulamento de Exploração das Lotas, foi iniciado a revisão do presente Regulamento, aguardando-se, no entanto, pela publicação de nova legislação, que irá rever o DL81/2005 de 20 abril.

Outras atividades

Dentro das competências integradas no Núcleo encontram-se o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a área de exploração, das quais destacamos a informação às Direções de Portos e Lotas (DPL's) das comunicações emitidas pela DGRM sobre limitações de captura, nomeadamente referentes à atividade da Ganchorra, Quotas de Pesca, Classificação de Bivalves, etc., bem como, a compilação da informação e análise de faturas anuladas proveniente das DPL's e o controlo dos certificados da EU para as espécies constantes nos anexos da II CITES, em especial da espécie "Tintureira".

Reporte de Informação não Financeira

O relato de sustentabilidade visa dar cumprimento às recomendações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças no que respeita ao relato da informação não financeira, nos termos dos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, e àquela que é a prática da empresa nesta matéria desde 2010.

No ano de 2023 foi compilada toda a informação não financeira da empresa, utilizando como referencial as Normas GRI, informação que integrou o correspondente Relatório e Contas da empresa.

9. Gabinete de Estatística (GE)

O Gabinete de Estatística da Docapesca, é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização de informação estatística, estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda em loja de todo o pescado descarregado nos portos de pesca do território continental. O Gabinete de Estatística da Docapesca articula e coopera com outras entidades nacionais, designadamente no fornecimento de informação estatística relevante sobre o setor das pescas nacional e sobre a atividade náutica.

O Gabinete de Estatística da Docapesca, é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, responsável pela disponibilização de informação estatística, estudos e análise integrada e comparada de indicadores estatísticos sobre a primeira venda em loja de todo o pescado descarregado nos portos de pesca do território continental. O Gabinete de Estatística da Docapesca articula e coopera com outras entidades nacionais, designadamente no fornecimento de informação estatística relevante sobre o setor das pescas nacional e sobre a atividade náutica.

Estatística de Pescado por DPL	Ano 2022			Ano 2023		
	kg	euros	€/kg	kg	euros	€/kg
NORTE E MATOSINHOS	15 902 619	38 814 286	2,44	16 891 988	41 683 172	2,47
Viana do Castelo	1 729 234	4 503 197	2,60	1 667 886	3 889 721	2,33
Caminha	55 555	807 569	14,54	51 848	647 821	12,49
Espinho	94 993	451 655	4,75	92 020	471 711	5,13
V. Praia de Âncora	159 408	564 020	3,54	149 931	484 927	3,23
Castelo de Neiva	357 101	2 625 826	7,35	278 647	2 018 170	7,24
Apúlia/Fão	7 764	36 994	4,76	9 221	35 281	3,83
Póvoa de Varzim	793 429	3 501 213	4,41	668 263	3 111 004	4,66
Vila Chã	15 101	74 455	4,93	13 661	57 522	4,21
Vila do Conde	84 461	249 475	2,95	63 727	214 393	3,36
Matosinhos	12 544 207	25 687 924	2,05	13 839 571	30 434 180	2,20
Angeiras	31 977	184 316	5,76	23 917	181 389	7,58
Afurada	4 906	32 922	6,71	4 764	31 794	6,67
Esmoriz	0	0	0,00	0	0	0,00
Aguda	5 056	44 385	8,78	5 890	52 615	8,93
Espinho	18 865	34 730	1,84	22 418	45 988	2,05
Valbom	563	15 605	27,72	224	6 655	29,71
CENTRO NORTE	14 643 416	37 238 902	2,54	15 619 093	36 574 360	2,34
Aveiro	5 871 388	18 059 278	3,08	6 006 794	17 907 859	2,98
Vagueira	22 850	46 932	2,05	6 278	18 671	2,97
Torreira	920 220	3 350 963	3,64	1 459 188	4 256 281	2,92
Mira	119 121	283 864	2,38	93 093	208 365	2,24
Furadouro	51 613	95 355	1,85	42 301	76 447	1,81
Cais do Bico	425 239	1 063 004	2,50	495 644	1 219 789	2,46
Figueira da Foz	7 232 986	14 339 505	1,98	7 515 794	12 886 948	1,71
CENTRO	22 008 293	53 604 174	2,44	23 538 109	54 779 497	2,33
Nazaré	3 613 299	11 113 342	3,08	3 508 553	10 963 585	3,12
Peniche	18 237 031	41 437 492	2,27	19 848 548	42 804 975	2,16
Foz do Arelho	75 643	539 762	7,14	94 318	481 414	5,10
Praia Vieira de Leiria	58 263	63 133	1,08	61 008	68 301	1,12
Cascais	24 056	450 445	18,72	25 682	461 222	17,96
Ericeira	0	0	0,00	0	0	0,00
CENTRO SUL	32 305 252	53 950 057	1,67	36 941 225	55 817 252	1,51
Sesimbra	22 129 256	29 452 141	1,33	25 860 664	32 524 168	1,26

Costa da Caparica	1 038 840	4 296 029	4,14	1 129 943	3 437 889	3,04
Trafaria	344 624	2 313 730	6,71	378 699	2 155 687	5,69
Fonte da Telha	1 268 748	1 606 954	1,27	1 344 293	1 274 740	0,95
Alcochete	0	0	0,00	0	0	0,00
Setúbal	1 851 913	6 382 849	3,45	1 676 826	5 823 214	3,47
Carrasqueira	47 912	306 624	6,40	38 385	230 654	6,01
Sines	5 518 919	8 766 497	1,59	6 409 845	9 542 556	1,49
V.N.Milfontes	53 720	407 855	7,59	47 881	377 782	7,89
Azenha do Mar	15	225	15,00	4 228	37 376	8,84
Zambujeira	51 306	417 155	8,13	50 462	413 187	8,19
ALGARVE	14 156 164	62 159 117	4,39	17 306 717	61 352 617	3,55
Lagos	463 432	2 630 779	5,68	408 016	2 046 427	5,02
Sagres	1 508 536	7 212 307	4,78	1 320 426	6 359 485	4,82
Portimão	2 992 821	10 493 072	3,51	4 039 586	9 770 547	2,42
Albufeira	221 878	1 812 087	8,17	148 088	1 158 000	7,82
Olhão	2 638 172	7 251 946	2,75	3 065 986	7 613 092	2,48
Fuzeta	458 042	3 472 935	7,58	334 161	2 446 643	7,32
Quarteira	4 415 245	10 937 633	2,48	6 331 461	11 711 940	1,85
Tavira	0	0	0,00	0	0	0,00
Santa Luzia	256 005	2 140 073	8,36	295 428	2 432 704	8,23
V.R.S. António	1 202 033	16 208 287	13,48	1 363 566	17 813 780	13,06
TOTAL	99 015 744	245 766 536	2,48	110 297 133	250 206 899	2,27

No ano 2023, foram transacionadas, nas lotas do continente, 110.297 toneladas de pescado fresco, (mais 11.281ton que em 2022). O valor total das vendas foi de 250.207 mil euros (mais 4.440.363 mil euros que no ano anterior). O preço médio foi de 2,27€/kg, com um decréscimo de 0,21€ face a 2022.

No quadro Q – I, estão representadas as quantidades, os valores e os preços médios registados, nos anos de 2022 e 2023, em cada uma das DPL: Norte e Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Algarve, assim como, os movimentos das lotas e postos de vendagem associados a cada uma das DPL atrás referidas.

DPL Norte e Matosinhos, no ano de 2023 foram vendidas 16.892ton de pescado e o valor total foi de 41.683 mil euros a um preço médio de 2,47€/kg. Relativamente a 2022, Mais 6,2% em volume, mais 7,4% em valor, o preço médio registou um aumento de 1,1%. Nesta DPL, as cinco espécies mais transacionadas, ordenadas por quantidades vendidas, foram Sardinha 6.771ton, Biqueirão 3.398ton, Amêijoia-branca 984ton, Polvo-vulgar 960ton e Carapau 806ton.

DPL Centro Norte, foram vendidas 15.619ton de pescado, o valor correspondente foi de 36.574mil euros e o preço médio de 2,34€/kg. Relativamente a 2022, o volume registou uma subida de 6,7% e o valor, um ligeiro decréscimo de 1,8%. O preço médio teve uma quebra de 7,9%, relativamente a 2022.

As cinco espécies mais transacionadas foram, Carapau 4.064ton, Sardinha 3.271ton, Berbigão-vulgar 1.803ton, Biqueirão 1.009ton, e Cavala 732ton.

DPL Centro, foram transacionadas 23.538ton, o valor de vendas foi de 54.779 mil euros e o preço médio de 2,33€/kg. Comparando com os dados do ano transato, registaram-se aumentos de 7% e 2,2%, respetivamente no volume e no valor. O preço médio diminuiu 0,11€/kg. As cinco espécies

mais vendidas foram, na seguinte ordem, Cavala 6.180ton, Sardinha 6.044ton, Carapau 5.371ton, Carapau-negrão 816ton, e Espadarte 560 ton..

DPL Centro Sul, o volume de pescado vendido foi de 36.941ton, o valor das vendas de 55.817 mil euros e o preço médio foi 1,51€/kg. Relativamente a 2022, a variação registada no volume foi significativamente positiva, em 14,4% e no valor das vendas, a variação registada foi igualmente positiva, em 3,5% face ao ano anterior. Quanto ao preço médio sofreu uma quebra de 9,5%. As cinco espécies mais transacionadas foram, Cavala 17.629ton, Sardinha 5.814ton, Carapau 4.227ton, Peixe-espada-preto 1.958ton e Amêijoa Japonesa 1.291ton.

DPL Algarve, foram vendidas 17.307ton de pescado, o valor correspondente foi de 61.353 mil euros e o preço médio de 3,55€/kg. Quando comparado com o ano de 2022, a evolução registada no volume, foi significativamente favorável, em mais 22,3%; quanto à evolução registada no valor das vendas, estas sofreram uma quebra de 1,3%, consequência da quebra acentuada no preço médio, menos 19,3%. As cinco espécies mais vendidas no conjunto das lotas do Algarve foram, Cavala 5.690ton, Sardinha 3.169ton, Polvo-vulgar 1.776ton, , Carapau 1.527ton, Gamba-branca 752ton.

Gráfico 1 - Distribuição do Volume (ton) por DPL – 2022 e 2023

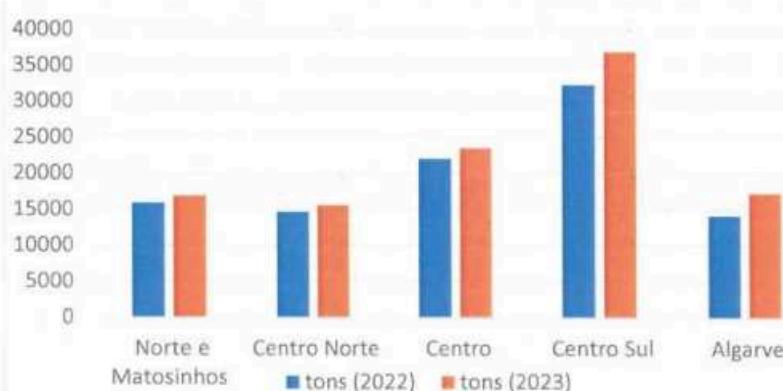


Gráfico 2 - Distribuição do Valor (mil €) por DPL 2022 e 2023

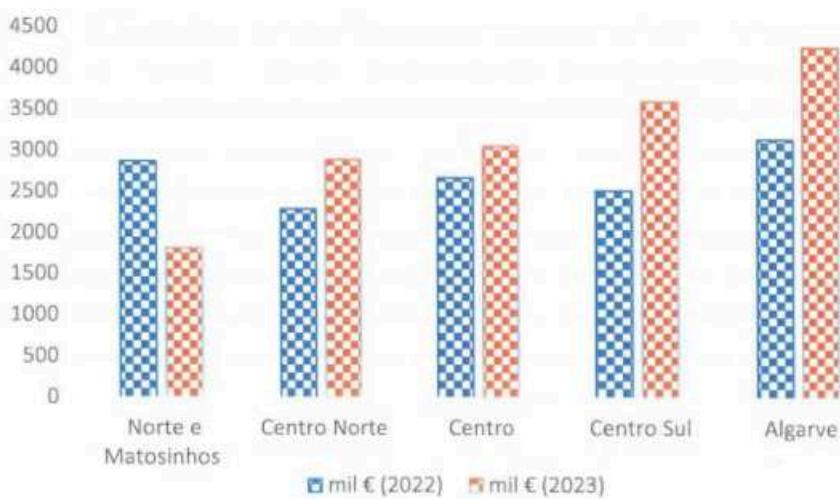


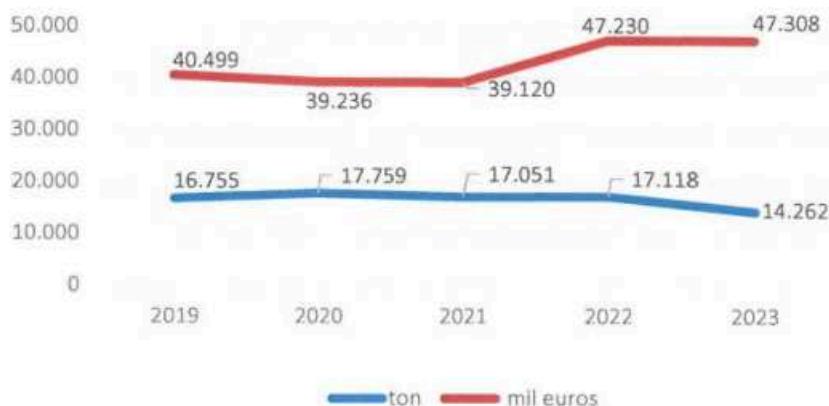
Gráfico 3 – Evolução Preços Médios (€/kg) por Delegação 2021 e 2022



O quadro Q - II e o gráfico 4, ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2019 a 2023

Q - II	TOTALS PESCADO			Evolução (%) anoT/anoT-1			2019/2018
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2019	112 618	212 356	1,89	12,7%	3,3%	-8,3%	2019/2018
2020	90 825	194 716	2,14	-19,4%	-8,3%	13,7%	2020/2019
2021	115 655	251 770	2,18	27,3%	29,3%	1,5%	2021/2020
2022	99 016	245 767	2,48	-14,4%	-2,4%	14,0%	2022/2021
2023	110 297	250 207	2,27	11,4%	1,8%	-8,6%	2023/2022
				-2,1%	17,8%	20,3%	2023/2019

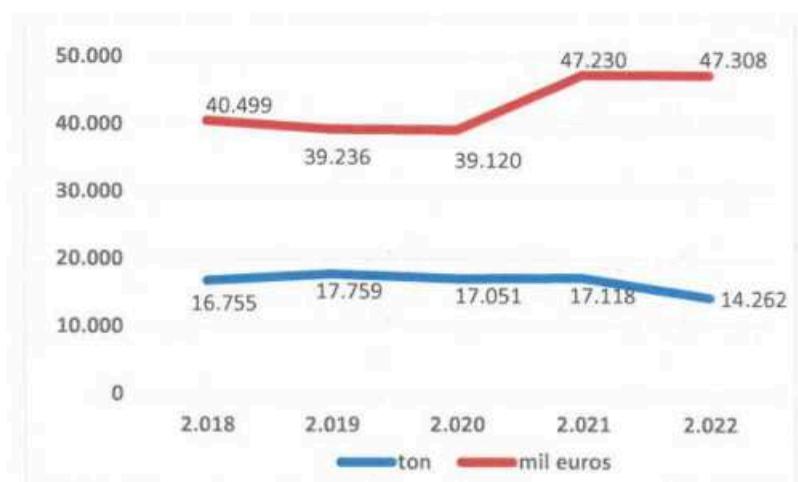
Gráfico 4 – TOTAIS PESCADO _ quantidades e valores_ Evolução 2019 A 2023



Os quadros Q - III a Q - V e os gráficos 5 a 7, ilustram a evolução dos movimentos do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2019 a 2023, distribuídos pelas artes de pesca Arrasto, Polivalentes e Cerco.

ARTES: ARRASTO
Evolução (%) anoT/anoT-1

Q - III	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2019	17 759	39 236	2,21	6,0%	-3,1%	-8,6%	2019/2018
2020	17 051	39 120	2,29	-4,0%	-0,3%	3,8%	2020/2019
2021	17 118	47 230	2,76	0,4%	20,7%	20,3%	2021/2020
2022	14 262	47 308	3,32	-16,7%	0,2%	20,2%	2022/2021
2023	14 629	46 862	3,20	2,6%	-0,9%	-3,4%	2023/2022
				-17,6%	19,4%	45,0%	2023/2019

Gráfico 5 – ARRASTO - Evolução 2019 A 2023

ARTES: POLIVALENTES
Evolução (%) anoT/anoT-1

Q - IV	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2019	29 078	112 890	3,88	-2,1%	-2,0%	0,1%	2019/2018
2020	28 012	111 341	3,97	-3,7%	-1,4%	2,4%	2020/2019
2021	30 796	137 077	4,45	9,9%	23,1%	12,0%	2021/2020
2022	27 104	136 279	5,03	-12,0%	-0,6%	13,0%	2022/2021
2023	28 653	134 352	4,69	5,7%	-1,4%	-6,7%	2023/2022
				-1,5%	19,0%	20,8%	2023/2019

Gráfico 6 – POLIVALENTES - Evolução 2019 A 2023

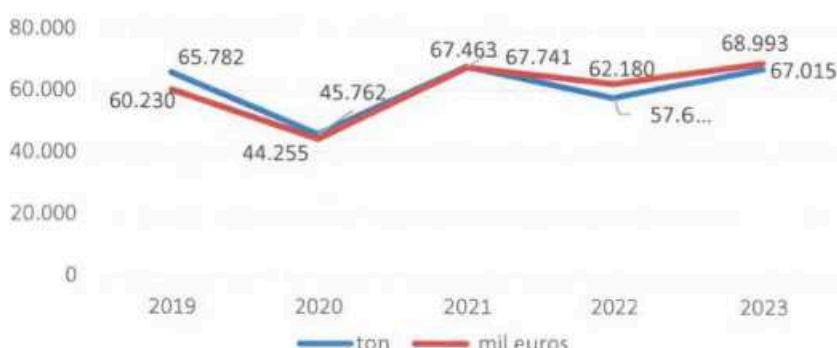


ARTES: CERCO

Evolução (%) anoT/anoT-1

Q - V	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2019	65 782	60 230	0,92	23,0%	20,8%	-1,9%	2019/2018
2020	45 762	44 255	0,97	-30,4%	-26,5%	5,6%	2020/2019
2021	67 741	67 463	1,00	48,0%	52,4%	3,0%	2021/2020
2022	57 650	62 180	1,08	-14,9%	-7,8%	8,3%	2022/2021
2023	67 015	68 993	1,03	16,2%	11,0%	-4,5%	2023/2022
				7,8%	24,7%	15,6%	2023/2019

Gráfico 7 – CERCO - Evolução 2019 A 2023



Os quadros Q – VI a Q - VIII, que a seguir se apresentam, ilustram a partição das vendas por artes de pesca, nos tipos de pesca - CONTRATO e LEILÃO e respetiva evolução percentual, nos anos 2022 e 2023.

Q – VI

VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - ANO 2023

Tipo de venda /Arte Pesca	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd
CONTRATO	1 337	1 426	1,33	9 691	39 259	3,34	7 113	6 624	0,93	18 143	47 309	2,61
LEILÃO	13 292	45 436	2,82	18 961	95 093	5,02	59 902	62 369	1,04	92 155	202 898	2,20
TOTAL	14 629	46 862	3,20	28 653	134 352	4,45	67 015	68 993	1,03	110 297	250 207	2,27

Q – VII

VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - ANO 2022

Tipo de venda /Arte Pesca	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd
CONTRATO	1 514	1 822	1,20	8 501	35 052	4,12	5 664	6 395	1,13	15 680	43 270	2,76
LEILÃO	12 748	45 485	3,57	18 603	101 227	5,44	51 985	55 784	1,07	83 336	202 497	2,43
TOTAL	14 262	47 308	3,32	27 086	136 256	5,03	57 650	62 180	1,08	99 016	245 767	2,48

Q – VIII

EVOL % VENDAS POR ARTES DE PESCA - CONTRATO & LEILÃO - 2023/2022

Tipo de venda /Arte Pesca	ARRASTO			POLIVALENTES			CERCO			TOTAL		
	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd	ton	mil €	Pr. Méd
CONTRATO	-11,7%	-21,8%	-11,4%	14,0%	12,0%	-1,8%	25,6%	3,6%	-17,5%	15,7%	9,3%	-5,5%
LEILÃO	4,3%	-0,1%	-4,2%	1,9%	-6,1%	-7,8%	15,2%	11,8%	-3,0%	10,6%	0,2%	-9,4%
TOTAL	2,6%	-0,9%	-3,4%	5,7%	-1,4%	-6,7%	16,2%	11,0%	-4,5%	11,4%	1,8%	-8,6%

Tendo por base a informação que figura nos quadros Q-VI a Q-VIII e que ilustram a partição das vendas por artes de pesca, nos tipos canal de vendas: Contrato e Leilão, registados nos anos 2022 e 2023. Podem ainda observar-se as respetivas evoluções percentuais.

No quadro Q-IX, está registada a informação referente apenas a vendas por contrato, repartidas por artes de pesca: arrasto, polivalentes e cerco, bem como, o peso percentual de cada uma, nas vendas totais por contrato. Outro dado, é o número de espécies associadas a cada arte/contrato, em cada um dos anos, 2022 e 2023.

Q - IX	CONTRATOS * ARTES * N° ESP 2022				CONTRATOS * ARTES * N° ESP 2023			
	kg	euros	Pr. Méd	Nº Espécies	kg	euros	Pr. Méd	Nº Espécies
ARRASTO	1 514 460	1 822 406	1,20	29	1 337 495	1 425 791	1,07	15
POLIVALENTES	8 500 987	35 051 863	4,12	123	9 691 982	39 259 033	4,05	124
CERCO	5 664 183	6 395 254	1,13	11	7 113 078	6 624 042	0,93	8
Arrasto contratos / Totais contratos	9,7%	4,2%			7,37%	3,0%		
Polivalentes contratos / Totais contratos	54,2%	81,0%			53,4%	83,0%		
Cerco contratos / Totais contratos	36,1%	14,8%			39,2%	14,0%		

No ano de 2023, na arte de arrasto, sob contrato, foram vendidas 15 espécies distintas e em 2022, esse número foi de 29. Um total de 40. As espécies mais vendidas, no ano de 2023, foram Verdinho (1 183ton) Carapau (70ton), Carapau-negrão (31ton), Gamba-branca (22ton) e Pescada-branca (12ton).

Nas artes polivalentes, em 2023 foram vendidas 124 espécies e no ano anterior, um total de 123. As espécies com volume de vendas (ton), mais significativas foram: Peixe-espada-preto (1 790ton), Berbigão-vulgar (1 726ton), Amêijoia-branca (1 132ton), Polvo-vulgar (1 108ton) e Espadarte (659ton).

Na arte de cerco, no ano 2023, sob contrato, foram vendidas 8 espécies e em 2022, foram 11. Nesta arte, as espécies mais vendidas em 2023, foram: Cavala (3 469ton), Sardinha (2 836ton), Biqueirão (562ton), Carapau (182ton) e Carapau-negrão (57ton).

ESPÉCIES PREDOMINANTES 2022 – PESO PERCENTUAL - EM VOLUME E EM VALOR

Gráfico 8 - ESPÉCIES c/ Quantidades \geq a 1,7% do Volume Total

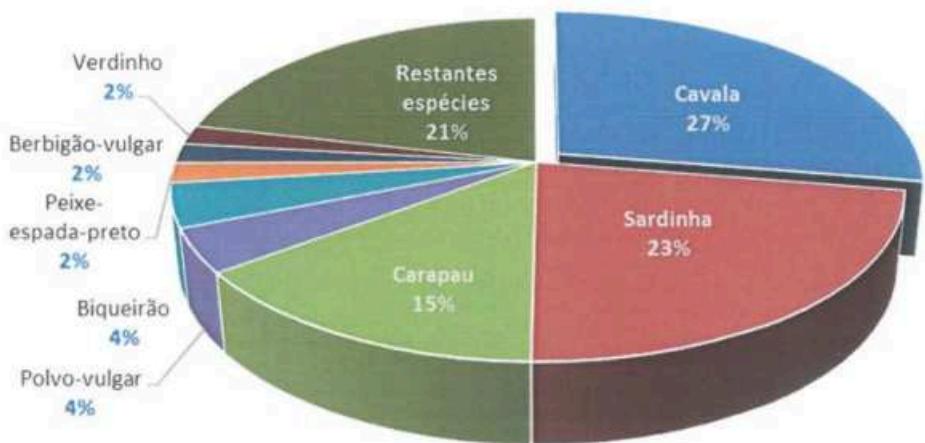
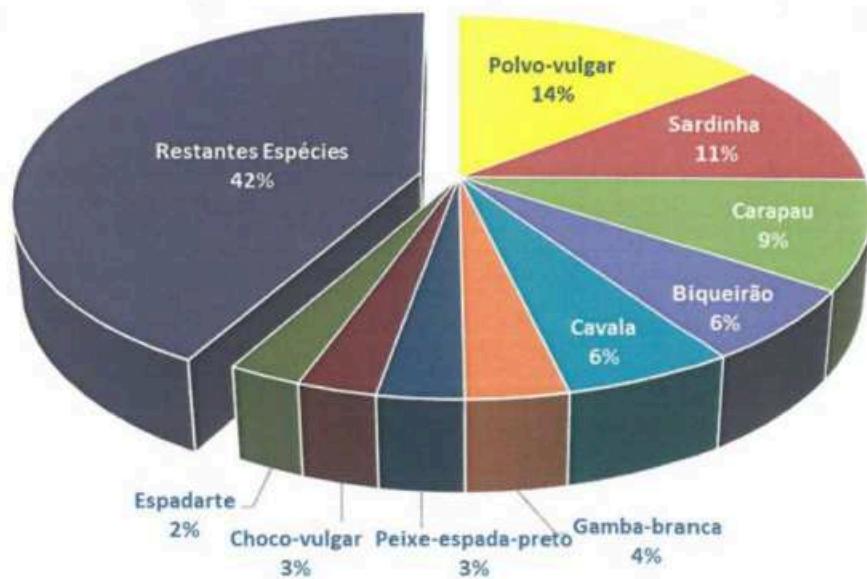


Gráfico 9 - ESPÉCIES c/ valores de vendas \geq a 2,5% do Valor Total



10. Gabinete de Auditoria Interna (GAI)

O Gabinete de Auditoria Interna é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que tem como objetivo auxiliar a organização a alcançar os seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para melhorar a eficácia, a eficiência, a confiança e integridade da informação e a qualidade dos serviços prestados, contribuir para a melhoria dos processos de governação, de gestão de risco e de controlo e, ainda, para a melhoria da conformidade legal e regulamentar.

A principal função do GAI é a verificação do cumprimento dos procedimentos e regras estabelecidas pela administração, bem como a avaliação do processo de gestão. Esta atividade é norteada pelo Código de Ética, pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna e pelas Práticas Recomendadas e tem como princípios basilares a integridade, a objetividade, a confidencialidade e a competência.

O Gabinete de Auditoria Interna deve contribuir para que a organização atinja os seus objetivos e melhore os seus processos de gestão de risco e controlo.

Síntese das Atividades Realizadas

De supervisão geral do sistema de controlo interno:

1. Elaboração do relatório semestral e do relatório anual, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, tal como determinado no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção;
2. No âmbito do mesmo normativo o GAI estando representado na Comissão de Ética acompanhou a gestão do canal de denúncia interno, coadjuvado pelos preexistentes canais de comunicação de irregularidades e de reclamações, os quais constituem mecanismos de prevenção, deteção e sancionamento de ilícitudes praticadas contra ou através da entidade, não tendo sido comunicada qualquer denúncia ou irregularidade;
3. No âmbito do Programa de Cumprimento Normativo da Docapesca, colaborámos com o Responsável pelo Cumprimento Normativo na elaboração da norma relativa à avaliação, atualização e comunicação do Programa de Cumprimento Normativo;
4. Elaboração do relatório, extraordinário, do plano de prevenção de riscos de gestão, relativo a 2022;
5. Elaboração do novo Plano de Gestão de Riscos, alinhado com o Plano Estratégico 2023-2025;
6. Elaboração do procedimento interno de receção e resposta a reclamações dos utentes e do relatório anual das reclamações recebidas;
7. Integração na equipa de trabalho relativa ao relatório de Sustentabilidade.

De avaliação do sistema de controlo interno:

1. Existindo auditorias programadas, a sua realização ficou prejudicada, uma vez que a sua execução carecia da aplicação prática de normas, cuja elaboração e aplicação efetiva ocorreu

durante o ano de 2023 como verificado na Auditoria à Utilização das Viaturas, ou como no caso da Auditoria ao Tarifário, na qual a não existência da norma interna inibe o lançamento de auditoria à sua aplicação.

2. Foram executadas ações de auditoria programadas que incidiram sobre a Contratação dos Observadores de Pesca, cujos relatórios contendo as constatações e recomendações de melhoria, foram submetidos à aprovação do Conselho de Administração.
3. Foi ainda executada uma Auditoria, não prevista no plano, relativa à ocupação do espelho de água do porto de pesca de Olhão.
4. Iniciámos as avaliações dos planos de ação das auditorias efetuadas no ano de 2022 e 2023, e iniciámos a Auditoria à Gestão de Resíduos, prevendo-se a sua conclusão em 2024.

Por solicitação do CA, foram ainda desenvolvidas outras ações, como sejam o acompanhamento de auditorias externas (o acompanhamento de uma ação de auditoria externa, desenvolvida pela IGF, relativa ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)) e a elaboração de pareceres.

11. Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental (GPCO)

O Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental é uma unidade orgânica flexível que reporta diretamente ao Conselho de Administração, que prepara o plano de atividades e orçamento anual e plurianual, em colaboração com as Direções e Gabinetes acompanhando e assegurando a sua execução ao longo do ano e, em particular, controlando a execução dos rendimentos e gastos reais e verificando a sua adequação face ao previsto. Relata e explica desvios existentes, sugerindo eventuais medidas de correção.

O Gabinete de Planeamento e Controlo Orçamental produz informação para avaliar o desempenho da organização nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial. Visa também assegurar a execução da estratégia através da comparação de resultados com os objetivos estratégicos delineados pelo Conselho de Administração. Prepara e disponibiliza indicadores de gestão que permitem fundamentar a tomada das decisões de gestão.

Este Gabinete, em estreita colaboração com o Gabinete de Auditoria Interna, identifica e analisa, avalia e reporta os principais riscos, em linha com as boas práticas internacionais de gestão do risco, em conformidade com os requisitos legais e regulatórios e correspondendo às expectativas e exigências dos stakeholders internos e externos da empresa.

No âmbito das suas competências, no ano de 2023 o GPCO desenvolveu, entre outras, as atividades que de seguida se enumeram:

- Anuais:
 - Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2022, em articulação com a Direção Financeira, contando ainda com a colaboração de diferentes unidades orgânicas;
 - Relatório do Governo Societário 2022;
 - Orientações para o Plano de Atividades e Orçamento 2024 (PAO 2024) e o respetivo calendário para todas as unidades orgânicas da empresa;
 - Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do PAO 2024 e posterior submissão na plataforma Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado (SISEE);
 - Elaboração dos mapas financeiros referentes ao PAO 2024, de acordo com o modelo do SISEE e respetiva submissão na plataforma;
- Trimestrais:
 - Relatórios de atividades referentes ao 4.º trimestre de 2022 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2023, com a colaboração de todas as unidades orgânicas;
 - Relatórios de execução orçamental referentes ao 4.º trimestre de 2022 e aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2023, mapas financeiros referentes aos mesmos trimestres e respetiva submissão dos mapas financeiros (SISEE);
- Mensais:
 - Elaboração dos relatórios de execução orçamental referentes aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, outubro e novembro de 2023

- Preparação dos mapas financeiros nos formulários do SIRIEF e respetiva submissão;
- Outras atividades:
 - Preparação de informação solicitada pelo Conselho de Administração em diferentes âmbitos e apoio elaboração de ordens de serviço e de ofícios diversos para o acionista;
 - Colaboração com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas;
 - Acompanhamento da equipa consultora para apoio ao apuramento e contabilização dos impactos nas contas da Docapesca do processo de transferência de competências para os municípios;
 - Elaboração de novos procedimentos para inclusão no Manual de Procedimentos da Docapesca;
 - Elaboração de declarações de cabimento e respostas a pedidos de consulta de entidades de acordo com o artigo 113.º do CCP;
 - Revisão e acompanhamento dos lançamentos contabilísticos solicitando, sempre que necessário, as devidas correções, estimativas e/ou estornos dos mesmos;
 - Controlo mensal dos valores do pescado transacionado nas diferentes lotas e postos de vendagem, com a confrontação dos dados estatísticos e contabilísticos;
 - Preparação de um *dashboard* mensal com os principais indicadores de gestão, incorporando os dados no software Power BI (Power BI Desktop) e respetiva incorporação na página do GPCO da intranet;
 - Continuação da colaboração com a DSI para o processo de migração do sistema SAP para a plataforma S4Hanna da própria SAP;
 - Implementação do Plano Estratégico da Docapesca para o triénio de 2023-2025 e monitorização, através da plataforma Asana.

6. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Anexos – Tabela GRI

S
V

Tabela GRI

CONTEÚDOS GERAIS

GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS

Localização

Referente à norma publicada em 2016

PERFIL ORGANIZACIONAL

102-1 Nome da organização

Docapesca – Portos e Lotas, SA

102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 13-14)

102-3 Localização da sede

Av. Brasília – Pedrouços 1400-038 Lisboa

102-4 Localização das operações

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 14)

102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério do Mar e pelo Ministério das Finanças.

102-6 Mercados servidos

A Docapesca opera no território de Portugal continental, no litoral de Caminha a Vila Real de Santo António. Serve vários setores da economia: setor primário das pescas e o setor terciário; fornecimento do serviço público de primeira venda de pescado; fornecimento de serviços da cadeia de frio, incluindo venda de gelo, entrepostos frigoríficos concessionados a terceiros; mercados de segunda venda - retalho alimentar; prestação do serviço de fornecimento de dados estatísticos (universidades, centros de investigação, associações de pescadores, organizações de produtores, entre outros); cativações para a Segurança Social, para os sindicatos, entre outros; serviços associados à náutica de recreio, estaleiros navais, emissão de títulos de utilização, licenças.

A Docapesca conta com um conjunto diversificado de clientes, dos quais se destacam os armadores, os compradores de pescado do retalho alimentar e estabelecimentos do canal HORECA, as organizações de produtores, as empresas da indústria conserveira. Como beneficiários temos pescadores, armadores, sindicatos, mútuas.

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 2.2 O negócio Docapesca (pág. 13-14).

102-7 Dimensão da organização

	2021	2022	2023	2020	2021
Número de Trabalhadores	504	504	485	500	504
Vendas Líquidas / Receitas Líquidas	29 628 457 €	29 839 241 €	29932240 €	25 546 082 €	29 628 457 €
Capitalização – Capital Próprio	24 278 172 €	28 276 765 €	28055263 €	20 598 716 €	24 278 172 €
Capitalização – Passivo	22 846 801 €	20 130 882 €	22456607 €	18 680 510 €	22 846 801 €

102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores

Número total de trabalhadores por duração de contrato e por género		2021	2022	2023	---
Contrato sem termo	Homens	369	365	356	
	Mulheres	106	116	115	
	Subtotal	475	481	471	
Contrato a termo certo	Homens	17	17	9	
	Mulheres	12	6	5	
	Subtotal	29	23	14	
Total Trabalhadores		500	504	485	

Notas: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Em 2020 um dos membros do Conselho de Administração fazia parte do quadro de pessoal pelo que, para que o número total de trabalhadores fosse coerente, foi incluído nos técnicos superiores no período referido.

Número total de trabalhadores por duração de contrato e por região		2021	2022	2023	
Contrato sem termo	Sede	73	78	79	
	Norte	18	21	18	
	Matosinhos	46	45	45	
	Centro Norte	60	60	58	
	Centro	85	85	85	
	Centro Sul	66	69	67	
	Algarve	127	123	119	
	Subtotal	475	481	471	
	Sede	7	2	1	
Contrato a termo certo	Norte	1	0	1	
	Matosinhos	0	4	2	
	Centro Norte	3	3	0	
	Centro	8	3	3	
	Centro Sul	5	4	2	
	Algarve	5	7	5	
	Subtotal	29	23	14	
Total Trabalhadores		500	504	485	

Número total de trabalhadores por tipo de contrato e por género		2021	2022	2023	
Tempo integral	Homens	384	380	363	
	Mulheres	118	122	120	
	Subtotal	502	502	483	
Tempo parcial	Homens	2	2	2	
	Mulheres	0	0	0	
	Subtotal	2	2	2	
Total Trabalhadores		500	504	485	

102-9 Cadeia de fornecedores

Cap. 5 e) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

131

102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores

No período de relato ocorreram várias alterações na estrutura orgânica, nomeadamente ao nível do seu organigrama, que passou a contar com duas novas Unidades Orgânicas, Direção de Qualidade, Certificação e Segurança Alimentar e Gabinetes de Novos Mercados e Inovação e a extinção da Direção de Exploração, sendo estes serviços integrados na Direção de Comercial Comunicação e Marketing no criado Núcleo de Logística e Serviços Administrativos.

102-11 Abordagem ao princípio da precaução

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap. 3.1 Compromisso com a sustentabilidade (pág. 15-17),
Cap. 4. Os nossos mares (pág. 26-34), Cap. 6. As nossas operações (61-78)

102-12 Iniciativas externas

Cap. 2. a) Compromisso com a sustentabilidade

106

A Docapesca é parceira do programa "[Portugal Sou Eu](#)" (PSE), tendo subscrito os seus princípios e valores e integrado o logótipo do PSE nas etiquetas CCL - Comprovativo de Compra em Lota.

102-13 Participação em associações

A Docapesca participa nas seguintes associações:

Nome da entidade	Encara a participação como estratégica	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões	Contribui com financiamentos substanciais (ultrapassa as obrigações dos associados)
Associação dos Portos de Portugal	X			
Associação Portuguesa de Portos de Recreio	X			
Fileira do Pescado	X	X	X	X
Fórum Oceano	X			

Adicionalmente a Docapesca participa como associado nas entidades Algarve STP, BBA - Associação Nacional para os Biorecursos Marinhos e Biotecnologia Azul, Portugal Foods e Portugal Sou Eu.

ESTRATÉGIA
102-14 Declaração da Administração

Mensagem do Conselho de Administração

5

ÉTICA E INTEGRIDADE
102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

107

Consultar também o [site](#) da Docapesca, [Missão e Estratégia](#)

102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

107

Consultar também o [site](#) da Docapesca, [Práticas de Bom Governo](#) e [Canal de Comunicação de Irregularidades](#)

GOVERNAÇÃO
102-18 Estrutura de Governação

Consultar informação referente ao [organograma e órgãos sociais](#), assim como os [Estatutos da Docapesca](#) (Aviso n.º 9989/2018, 26 de julho de 2018, publicado na 2.ª série do Diário da República), disponível no [site](#) da empresa.

A Docapesca tem constituído, desde 2011, um Grupo de Trabalho para a Sustentabilidade (GTS). De referir que este foi reforçado com mais um elemento, em 2017, no sentido de dar mais cobertura às questões da sustentabilidade na Docapesca, aumentando a sua pluridisciplinaridade nas dimensões económica, ambiental e social. O GTS tem como atribuições a coordenação do processo de elaboração do relatório de sustentabilidade e o acompanhamento das ações desenvolvidas pela empresa neste âmbito. A implementação das ações de sustentabilidade, previstas no plano de atividades/investimentos e orçamento, é assegurado pelas Direções/Gabinetes com atribuições neste âmbito.

ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

102-40 Lista de grupos de **stakeholders**

A Docapesca identifica como grupos de partes interessadas:

- Tutela e acionista
- Clientes
- Trabalhadores
- Concedentes e fornecedores
- Associações representativas dos pescadores e da náutica de recreio
- Grupos de ação costeira
- Regulação e fiscalização
- Entidades públicas tuteladas pelo ministério do mar
- Entidades locais e regionais
- Comunidade
- Sindicatos
- Parcerias/ investigação

102-41 Acordos de contratação coletiva

	2021	2022	2023	---
N.º total de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva	455	455	440	
N.º total de trabalhadores	504	504	485	
Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	90%	90%	91%	

Notas: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Os restantes trabalhadores não abrangidos por negociação coletiva são funcionários públicos a exercer funções na Docapesca através de Acordo de Cedência de Interesse Público.

102-42 Identificação e seleção de **stakeholders**

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap.3.4 Envolvimento das partes interessadas (pág. 21-22)

102-43 Abordagem ao envolvimento de **stakeholders**

Como canais de comunicação transversais aos grupos de PI, refiram-se os e-mails, o [site](#) e as redes sociais da Docapesca ([Facebook](#), [Instagram](#) e [LinkedIn](#)), assim como o [canal de comunicação de irregularidades](#). A Docapesca está abrangida pela obrigatoriedade de apresentar [Livro de Reclamações](#).

De referir que participa ainda em várias associações ligadas ao setor e grupos de trabalho, como parte da sua estratégia de estreitamento de relações e atuação colaborativa.

Tutela e Acionista	Clientes	Trabalhadores	Concedentes E Fornecedores
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Assembleias-gerais (ordinária e extraordinária) • Relatório e Contas • Relatórios regulares de informação diversa • Respostas a solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Balcões de atendimento • Reuniões • Inquéritos de satisfação do cliente • Reclamações e sugestões • Resposta a solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Intranet (em desenvolvimento) • Consulta aos trabalhadores no âmbito da SST • Organização e participação em celebrações festivas e outras atividades relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Resposta a solicitações
Ass. Represent. Pescadores e da Náutica De Recreio	Grupos de Ação Costeira	Regulação e Fiscalização	Entidades Públicas Tuteladas Pelo Ministério Do Mar
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Participação em projetos comuns • Disponibilização regular de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Participação em projetos comuns • Disponibilização regular de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Presença esporádica para a realização de ações inspetivas • Presença assídua nas lotas e nos Portos de Pesca • Respostas a solicitações 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Participação em projetos comuns e grupos de trabalho • Respostas a solicitações • Disponibilização regular de informação
Entidades Locais e Regionais	Comunidade	Sindicatos	Parcerias/ Investigações
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Realização de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de informação • Realização de eventos • Participação em projetos pontuais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares com o Conselho de Administração e com os trabalhadores, no âmbito dos seus direitos laborais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões regulares • Protocolos • Participação em projetos comuns e grupos de trabalho

102-44 Principais questões e preocupações identificadas

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Tabela GRI (pág. 86)

PRÁTICAS DE RELATO

102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Este relatório incide sobre as atividades da Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos tópicos

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap.3.3 Os nossos tópicos materiais (pág. 19-20)

102-47 Lista de tópicos materiais

A Docapesca identifica como tópicos materiais:

- Ética, transparéncia e credibilidade
- Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos
- Lixo marinho
- Maximização do valor do pescado
- Atratividade da primeira venda em lota
- Comunicação e sensibilização do consumidor
- Inovação, investigação e desenvolvimento
- Gestão do talento
- Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores ⁽¹⁾
- Intereração com a comunidade ⁽²⁾
- Manutenção e modernização dos estabelecimentos
- Segurança alimentar e certificações
- Energia e mobilidade ⁽³⁾
- Gestão de água e efluentes
- Promoção da economia circular ⁽⁴⁾
- Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

- (1) Resulta da agregação dos tópicos materiais "Saúde e bem-estar dos trabalhadores" e "Segurança no trabalho"
 (2) Tópico renomeado, anteriormente designado por "Apóio à comunidade".
 (3) Tópico renomeado, anteriormente designado por "Eficiência energética".
 (4) Tópico renomeado, anteriormente designado por "Gestão dos Resíduos e Economia Circular".

102-48 Reformulação de informações

Não há alterações a assinalar.

102-49 Alterações no relato

Não há alterações a assinalar.

102-50 Período coberto pelo relatório

Cap. 1 Introdução

105

102-51 Data do relatório anterior mais recente

O último relatório de sustentabilidade foi publicado em 2021, referente ao exercício de 2017/2020.

102-52 Ciclo de publicação

Cap. 1 Introdução

105

102-53 Contactos para questões sobre o relatório

Docapesca – Portos e Lotas, SA Av. Brasília – Pedrouços, 1400-038 Lisboa, Tel. 21 393 61 38 • Fax 21 393 61 01, email: area.sustentabilidade@docapesca.pt

102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI

Cap. 1 Introdução

105

102-55 Tabela GRI

A presente tabela

102-56 Verificação externa

A informação constante do relatório não foi sujeita a uma verificação externa por uma entidade independente.

ABORDAGEM DE GESTÃO

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

103-1 Explicação do tópico material e do seu Limite

[Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), Cap.3.3 Os nossos tópicos materiais (pág. 19-20)

Cada tópico material apresenta, no início do respetivo subcapítulo deste documento e mais em detalhe no [Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), informação introdutória sobre a sua relevância para a Docapesca.

103-2 A abordagem de gestão e as suas componentes

Cada tópico material apresenta, no respetivo subcapítulo deste documento e mais em detalhe no [Relatório de Sustentabilidade de 2017-2020](#), informação sobre a estratégia, políticas e compromissos definidos, responsabilidades, entre outras informações relevantes, que refletem a forma de gestão da Docapesca. Adicionalmente, apresenta-se uma seleção de ações específicas, tais como projetos, programas e iniciativas, desenvolvidas pela Docapesca, como forma de ilustrar a concretização da sua gestão neste âmbito.

No que diz respeito às reclamações e no âmbito das competências da empresa, existem dois tipos de reclamações formalmente distintas: (1) as reclamações de pescado, ao abrigo da prestação do serviço de primeira venda, apesar da empresa nunca ser detentora do pescado; e (2) as reclamações relativas aos serviços prestados pela empresa.

No que respeita ao pescado, são geridas como reclamações as situações que coloquem em causa a conformidade e segurança alimentar do produto, bem como as respeitantes às espécies, tamanho e grau de frescura. Todas as reclamações são registadas. No âmbito da segurança alimentar são registadas, sendo analisada a causa da não conformidade, definidas as ações de correções consideradas necessárias, pelos responsáveis pela segurança alimentar. No caso de reclamações efetuadas que não coloquem em causa a segurança do produto, são geridas como ocorrências, sendo registadas no impresso de registo de

ocorrências, documentando a decisão tomada pelo responsável. Se a reclamação estiver relacionada com a espécie, o tamanho ou o grau de frescura, é feito um registo da mesma, e é efetuada a respetiva avaliação. Caso se conclua que o comprador tem razão, e sempre com autorização superior, são efetuadas as devidas correções à fatura.

No que se refere às reclamações efetuadas no âmbito dos restantes serviços prestados pela empresa, encontram-se disponíveis vários canais de reclamação: livro de reclamações eletrónico acessível a partir do *site* da empresa, um formulário e um email para comunicar irregularidades, também disponível a partir do *site* da Docapesca, livros de reclamações físicos disponíveis nos estabelecimentos da empresa. Salienta-se ainda que a empresa tem uma Política de Comunicação de Irregularidades que se encontra disponível para consulta no referido *site*.

103-3 Avaliação da abordagem de gestão

A Docapesca realiza a monitorização e avaliação regular dos indicadores associados a cada tópico e definidos no âmbito da sua estratégia. Para avaliar a eficácia da forma de gestão, conta também com os resultados de auditorias (internas e externas), de inspeções e de outras atividades de supervisão, assim como com a avaliação das ações empreendidas para tratar riscos e oportunidades e *feedback* dos *stakeholders*. De referir que a empresa está sujeita a supervisão e controlo externo por parte de várias entidades e organismos, nos termos legalmente previstos para as empresas do Setor Empresarial do Estado, como por ex., a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização da Direção-Geral de Recursos Naturais, segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a Inspeção-Geral de Finanças (IGF), o Tribunal de Contas, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

	2021	2022	2023
I) Valor Económico Direto Gerado	29 628 547 €	29 839 241 €	29 932 240 €
Receitas	29 628 457 €	29 839 241 €	29 932 240 €
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	29 590 191 €	30 996 048 €	36 766 982 €
Despesas com financiadores e acionistas	8 341 €	9 543 €	13 076 €
Despesas com o Estado e outras entidades públicas	1 128 220 €	1 252 387 €	392 920 €
Despesas com investimentos efetuados na comunidade	6 367 596 €	6 781 830 €	12 013 659 €
Despesas com pessoal	13 173 219 €	13 402 100 €	14 205 139 €
Despesas operacionais	8 912 815 €	9 550 188 €	10 142 188 €
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	38 266 €	-1 156 807 €	-6 834 742 €

De referir que a Docapesca recebeu apoio financeiro por parte do Governo, decorrente do Programa Operacional MAR 2020.

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais

Cap. 5 e) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

131

	2021	2022	2023
Total de custos com fornecedores estrangeiros	21 989 €	30 890 €	35 550 €
Total de custos com fornecedores nacionais	19 753 035 €	21 862 196 €	28 963 088 €
Total de custos com fornecedores	19 775 024 €	21 893 087 €	28 998 638
Percentagem de compras efetuadas a fornecedores nacionais	99,9%	99,9%	99,9%

GRI 205: COMBATE À CORRUPÇÃO

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

205-2 Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

107

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Cap. 2 b) Ética, transparência e credibilidade

108

	2021	2022	2023
N.º total de incidentes confirmados de corrupção	0	0	0
N.º total de incidentes confirmados nos quais trabalhadores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	0	0	0
N.º total de incidentes confirmados nos quais contratos com parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	0	0	0

DESEMPENHO AMBIENTAL
GRI 301: MATERIAIS

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

128

Para o relato do presente indicador considerou-se as caixas para acondicionamento do pescado para a primeira venda, produzidas em polietileno de alta densidade (material não renovável), como sendo a tipologia de material mais representativa da atividade da Docapesca.

301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

129

Para o relato do presente indicador considerou-se as caixas para acondicionamento do pescado para a primeira venda, produzidas em polietileno de alta densidade (material não renovável), como sendo a tipologia de material mais representativa da atividade da Docapesca.

No caso do material reciclado, este diz respeito apenas às caixas de pescado azul, que servem para evitar o contacto direto das restantes caixas (cor-de-laranja e brancas) com o solo. De referir que as caixas cor-de-laranja e brancas, por terem contacto direto com o produto alimentar, são produzidas com matéria-prima virgem.

GRI 302: ENERGIA

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

302-1 Consumo de energia dentro da organização

Cap. 5.b) Energia e mobilidade

125

A Docapesca efetua anualmente concursos públicos para o fornecimento de energia elétrica, no sentido de se obterem tarifas mais vantajosas, servindo o seu próprio consumo, mas também o dos seus concessionários/clientes, referentes às instalações cedidas a terceiros, e cujo valor é posteriormente faturado

pela empresa. Os consumos de eletricidade reportados são referentes aos portos de pesca: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Rio Arade, Albufeira, Quarteira, Vila Real de Santo António. Para o cálculo da eletricidade consumida pela Docapesca, deduziu-se do total de eletricidade comprada o valor de eletricidade fornecido aos concessionários/clientes.

Os consumos de gasóleo e gasolina são referentes à frota da empresa.

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2018

303-1 Interações com a água como um recurso partilhado

Cap. 5. c) Gestão de água e efluentes 127

303-2 Gestão dos impactes relacionados com a descarga de água

Cap. 5. c) Gestão de água e efluentes 127

303-3 Captação de água

Cap. 5. c) Gestão de água e efluentes 127

No texto do relatório, a referência a “consumo de água” diz respeito à captação de água, por uma questão de simplificação da linguagem. Neste caso os dados reportam-se exclusivamente a água adquirida a terceiros, i.e., às entidades gestoras municipais. A Docapesca não tem disponíveis dados referentes à água salgada captada, utilizada nalguns portos de pesca.

Captação de água por Direções de Lotas e Portos (DLP) (m ³)	2021	2022	2023
DLP Norte e Matosinhos	91 555	99 033	93 642
DLP Centro Norte	22 099	52 368	86 980
DLP Centro	115 714	106 922	103 022
DLP Centro Sul	50 208	62 877	43 651
DLP Sul	117 866	108 195	112 543
Total	397 442	429 395	346 196

Os dados reportados dizem respeito aos portos de pesca de: Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Olhão, Lagos, Portimão, Quarteira, Vila Real de Santo António. Incluem a água das instalações cedidas a terceiros e cujo valor é faturado pela Docapesca aos seus utentes.

GRI 304: BIODIVERSIDADE

Referente à norma publicada em 2016

304-1 Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, geridas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

Alguns dos portos de pesca da empresa encontram-se localizados em áreas protegidas e com relevância no âmbito da biodiversidade, destacando-se as áreas classificadas como Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.

Infraestrutura	Localização	Estatuto de proteção	
		Rede Nacional Áreas Protegidas	Rede Natura 2000
Lota de Esposende	Litoral Norte	X	X
Lota de Aveiro	Ria de Aveiro	X	
Lota de Peniche	Peniche/Santa Cruz		X
Lotas de Vila Nova de Milfontes e de Sagres	Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	X	
Lotas de Vila Nova de Milfontes, Sines e Sagres	Costa Sudoeste	X	
Lota de Olhão e Posto de Tavira	Ria Formosa	X	X

Lota de Vila Real de Santo António Sapais de Castro Marim X

304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

Cap. 3 a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

109

No que diz respeito às operações próprias da Docapesca, a maioria das infraestruturas da empresa está localizada em áreas urbanas e/ou com outras atividades portuárias com maior significância, pelo que os impactes diretos associados à atividade da Docapesca acabam por assumir menor significância. Como principais impactes ambientais diretos refira-se a produção de resíduos e efluentes e, de forma indireta, os impactes associados à circulação de veículos/embrações e ao ruído gerado.

304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização

Cap. 3 a) Preservação dos recursos e ecossistemas marinhos

109

Nas áreas afetadas diretamente pelas instalações da empresa, não se identificou a existência de espécies ameaçadas.

GRI 305: EMISSÕES Localização

Referente à norma publicada em 2016

305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de GEE

Cap. 5 b) Energia e mobilidade

125

As emissões de âmbito 2, associados ao consumo de eletricidade da Docapesca, foram calculadas com base no método baseado na localização (*location-based approach*). Para tal recorreu-se aos fatores de emissão indicados pela Association of Issuing Bodies nos seus relatórios anuais, “European Residual Mixes - Results of the calculation of Residual Mixes” (2017 - Version 1.13, 2018-07-11; 2018 - Version 1.2, 2019-07-11; 2019 - Version 1.1, 2020-09-08; 2020 e 2021 - Version 1.0, 2021-05-31).

GRI 306: RESÍDUOS Localização

Referente à norma publicada em 2020

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

128

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

128

A gestão de resíduos da empresa é efetuada, na sua maioria, por operadores de gestão de resíduos contratados para o efeito, responsáveis também pela limpeza e higienização das áreas portuárias. Estão definidas cláusulas contratuais específicas, que devem ser seguidas pelas entidades envolvidas. São elaborados e enviados, pelos respetivos operadores de gestão de resíduos, relatórios mensais e, anualmente, os dados são validados no portal SILiAmb.

306-3 Resíduos gerados

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

128

Resíduos gerados (toneladas)		2021	2022	2023
Resíduos perigosos	Destinados para operações de valorização	177	174	166
	Destinados para operações de eliminação	0	0	0
	Total	177	174	166
Resíduos não perigosos	Destinados para operações de valorização	224	199	168
	Destinados para operações de eliminação	2 335	2 300	2 093
	Total	2 559	2 449	2 261
Total de resíduos gerados		2 735	2 623	2 427

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

306-4 Resíduos destinados a operações de eliminação

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

129

Resíduos destinados a operações de eliminação (toneladas)	2021	2022	2023
Resíduos não perigosos Código LER 200301 (mistura de resíduos)	2 335,0	2 300,0	2 093

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

306-5 Resíduos destinados a operações de valorização

Cap. 5 d) Promoção da economia circular

130

Resíduos destinados a operações de valorização (toneladas)	2021	2022	2023	
Resíduos perigosos	Código LER 130208* (óleos usados)	164,0	158,5	155,0
	Código LER 150202* (absorventes, filtros de óleo, etc.)	0,2	11,5	0,56
	Código LER 160107* (filtros de óleo)	0,1	2,1	1,98
	Total de resíduos perigosos	176,4	172,2	157,54
Resíduos não perigosos	Código LER 200301 (mistura de resíduos)	0,0	0,0	0,0
	Código LER 150101 (embalagem papel e cartão)	17,5	25,1	17,90
	Código LER 150102 (embalagem plástico)	65,0	59,6	42,71
	Código LER 150103 (madeira)	59,6	82,2	77,30
	Código LER 020104 (plásticos - redes de pesca)	2,7	12,3	29,70
Total de resíduos não perigosos		223,8	121,5	167,61
Total de resíduos destinados a operações de valorização		400,1	293,7	325,15

A compilação dos dados foi realizada com base no MIRR - Mapa Integrado de Registo de Resíduos, relato anual da produção de resíduos à Agência Portuguesa de Ambiente.

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Cap. 5 e) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores

131

	2021	2022	2023
Número de novos fornecedores	314	314	230
Número de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0	0	0
Percentagem de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0,0%	0,0%	0,0%

DESEMPENHO SOCIAL
GRI 401: EMPREGO

 Localiza
ção

Referente à norma publicada em 2016

401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores

Cap. 4 a) Gestão do talento

Entradas e Saídas, por localização, género e grupo etário		2023					
		Entradas			Saídas		
		<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50
Sede	Homens	0	0	0	0	0	4
	Mulheres	0	2	1	0	0	1
	Subtotal	0	2	1	0	0	5
Norte	Homens	0	0	0	0	0	4
	Mulheres	0	2	1	0	0	1
	Subtotal	0	2	1	0	0	5
Entradas e Saídas, por localização, género e grupo etário		2023*					
		Entradas			Saídas		
		<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50
Matosinhos	Homens	2	4	1	3	5	0
	Mulheres	1	3	0	1	4	0
	Subtotal	3	7	1	4	9	0
Centro Norte	Homens	7	0	2	6	2	5
	Mulheres	1	2	1	2	2	1
	Subtotal	8	2	3	8	4	6
Centro	Homens	5	12	1	5	13	1
	Mulheres	0	1	0	0	0	1
	Subtotal	5	13	1	5	13	2
Centro Sul	Homens	6	1	1	6	2	2
	Mulheres	0	1	0	0	2	0
	Subtotal	6	2	1	6	4	2
Algarve	Homens	4	7	3	4	6	8

Mulheres	3	0	0	1	1	1
Subtotal	7	7	3	5	7	9
Total de Entradas e Saídas (por grupo etário)	29	31	9	28	37	19
Homens	58			76		
Total de Entradas e Saídas (por género)						
Mulheres	17			18		
Sede	3			5		
Norte	3			5		
Matosinhos	11			13		
Centro Norte	13			18		
Centro	19			20		
Centro Sul	9			12		
Algarve	17			21		
Total de Entradas e Saídas	75			94		

*Nota: As percentagens foram calculadas com base no n.º total de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro.

401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 122

Os benefícios mencionados são conferidos apenas aos trabalhadores do quadro (efetivos).

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Localização
--	-------------

Referente à norma publicada em 2018

403-1 Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 120

A organização não tem um sistema de gestão de segurança e de saúde no trabalho (SGSST) implementado. No entanto este está a ser, paulatinamente, desenvolvido, havendo já uma intenção clara de desenhar a estrutura do mesmo e desenvolver todas as ações que o possam robustecer, tais como:

- Existência de uma plataforma informática de suporte de dados que todos os envolvidos no sistema possam comunicar, carregar e trabalhar dados;
- Desenvolvimento de um Manual de Procedimentos de SST;
- Formação mais específica na área de SST (interlocutores).

A Docapesca definiu como objetivo a implementação do SGSST até ao primeiro semestre de 2023.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 121

A Docapesca contrata serviços externos de segurança no trabalho que realizam, anualmente, visitas a todas as instalações onde existam trabalhadores da empresa a desempenhar funções com o objetivo de realizar auditorias e avaliações de riscos, utilizando para esse fim uma *checklist* adaptada às reais necessidades da empresa. Decorrente deste processo, é elaborado um relatório de auditoria e avaliação de risco, que por sua vez é analisado por técnicos superiores de SST (Nível VI) da Direção de Recursos Humanos (DRH) e que, em conjunto com o fornecedor externo de serviços de SST, definem medidas de correção e minimização dos riscos identificados, respeitando a hierarquia de controlo de riscos. As unidades orgânicas são também envolvidas no processo de definição e implementação das ações relativas às não conformidades e oportunidades de melhoria identificadas. Localmente existem interlocutores de SST que apoiam essas atividades e que têm vindo a frequentar ações de formação sobre esta temática.

Os trabalhadores têm: 1) conhecimento dos principais riscos associados às suas funções; 2) formação em SST; 3) equipamentos de proteção individual disponíveis e adequados ao desempenho das suas funções; 4) consultas de medicina no trabalho.

As situações de perigo podem ser relatadas por qualquer trabalhador, através do envio de emails para a DRH. Este relato destina-se a fins de melhoria contínua e não para identificar os trabalhadores

denunciantes, estando assegurado que não existem represálias aos trabalhadores por participarem na identificação das situações de perigo.

403-3 Serviços de saúde no trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 121

403-4 Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

Os trabalhadores da Docapesca são chamados a participar através da consulta anual aos trabalhadores bem como pela comunicação, através de email, de situações que considerarem relevantes. 120

403-5 Formação dos colaboradores em saúde e segurança no trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 121

403-6 Promoção da saúde do colaborador

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 120

403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais

Não foram considerados relevantes os impactos atribuíveis a relações comerciais. 121

403-9 Acidentes de trabalho

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 121

A recolha de dados relativa a acidentes de trabalho é efetuada com base nas comunicações efetuadas à seguradora e à análise dos relatórios internos de acidentes de trabalho (de preenchimento obrigatório). Para o cálculo da taxa de frequência de acidentes de trabalho foi utilizado um fator de normalização do número de horas trabalhadas de 1.000.000.

403-10 Doenças profissionais

Cap. 4 b) Segurança no trabalho, saúde e bem-estar dos trabalhadores 121

GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO Localização

Referente à norma publicada em 2016

404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador

Cap. 4 a) Gestão do talento 139

Total de horas de formação, por categoria funcional e género		2021	2022	2023
Técnico Superior	Homens	297	811	1 589
	Mulheres	334	2 797	1 556
	Subtotal	631	3 608	3 145
Técnico	Homens	175	479	782
	Mulheres	70	229	461
	Subtotal	245	708	1 243
Administrativo	Homens	70	7	120
	Mulheres	0	557	622
	Subtotal	70	564	742
Operador de Exploração	Homens	3 260	1 568	3 188
	Mulheres	151	225	329
	Subtotal	3 411	1 782	3 517
Operador de Serviços de Apoio	Homens	14	28	17
	Mulheres	28	12	17
	Subtotal	42	40	34

Total de horas de formação, por categoria funcional e género		2021	2022	2023
Operador de Venda	Homens	569	463	550
	Mulheres	0	14	18
	Subtotal	569	477	568
Operador Técnico e de Manutenção	Homens	105	60	531
	Mulheres	0	0	0
	Subtotal	105	60	531
Total	Homens	4 518	3 405	6 789
	Mulheres	583	3 840	3 003
	Subtotal	5 101	7 245	9 792

Média de horas de formação, por categoria funcional e género		2021	2022	2023
Técnico Superior	Homens	7	16	50
	Mulheres	9	68	44
	Subtotal	8	40	94
Técnico	Homens	6	14	30
	Mulheres	5	14	17
	Subtotal	6	14	47
Administrativo	Homens	4	0	16
	Mulheres	-	14	37
	Subtotal	1	10	53
Operador de Exploração	Homens	15	7	209
	Mulheres	8	14	18
	Subtotal	15	8	227
Média de horas de formação, por categoria funcional e género		2021	2022	2023
Operador de Serviços de Apoio	Homens	2	6	5
	Mulheres	14	6	2
	Subtotal	5	6	7
Operador de Venda	Homens	11	9	54
	Mulheres	-	5	4
	Subtotal	10	9	58
Operador Técnico e de Manutenção	Homens	8	4	18
	Mulheres	-	-	0
	Subtotal	8	4	18
Total	Homens	12	9	382
	Mulheres	5	33	122
	Subtotal	10	14	18

Nota 1: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Em 2020 um dos membros do Conselho de Administração fazia parte do quadro de pessoal pelo que, para que o número total de trabalhadores fosse coerente, foi incluído nos técnicos superiores no período mencionado. As horas de formação dos

membros do Conselho de Administração que não fazem parte do quadro de pessoal não foram contabilizadas na tabela acima.

404-2 Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira

Cap. 4 a) Gestão do talento

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira

A Docapesca tem em curso a implementação de uma nova modalidade de avaliação de desempenho e que passará a abranger a totalidade dos trabalhadores. A Docapesca compromete-se em apurar e relatar este indicador no relatório do próximo ano.

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Localização

Referente à norma publicada em 2016

405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Cap. 4 a) Gestão do talento

119

Percentagem de trabalhadores por categoria funcional e a sua distribuição por género	2021		2022		2023	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Técnico Superior	55%	45%	55%	45%	53%	47%
Técnico	68%	33%	68%	32%	64%	36%
Administrativo	32%	68%	27%	73%	30%	70%
Operador de Exploração	92%	8%	93%	7%	92%	8%
Operador de Serviços de Apoio	75%	25%	71%	29%	71%	29%
Operador de Venda	93%	7%	94%	6%	93%	7%
Operador Técnico e de Manutenção	100%	0%	100%	0%	100%	0%

Percentagem de trabalhadores por categoria funcional e a sua distribuição por idade	2021				2022				2023	
	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	
Técnico Superior	7%	65%	28%	4%	65%	31%	4%	65%	31%	
Técnico	3%	43%	55%	2%	46%	52%	2%	51%	47%	
Administrativo	11%	24%	65%	11%	27%	62%	4%	36%	60%	
Operador de Exploração	24%	41%	35%	20%	48%	32%	16%	53%	30%	
Operador de Serviços de Apoio	0%	50%	50%	14%	29%	57%	0%	43%	57%	
Operador de Venda	2%	48%	50%	4%	59%	37%	0%	69%	31%	
Operador Técnico e de Manutenção	7%	57%	36%	0%	63%	38%	0%	67%	33%	

Nota: Os dados reportam-se ao número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano. Em 2020 um dos membros do Conselho de Administração fazia parte do quadro de pessoal pelo que, para que o número total de trabalhadores fosse coerente, foi incluído nos técnicos superiores no período mencionado.

405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres

Cap. 4 a) Gestão do talento

119

Para o relato do indicador foram considerados os valores médios mensais de remuneração referentes ao ano de 2020.

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS

Localização

Referente à norma publicada em 2016

413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento

Cap. 4 c) Interação com a comunidade 122

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES Localização

Referente à norma publicada em 2016

414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Cap. 5 e) Compras sustentáveis e gestão de fornecedores. 131

	2021	2022	2023
Número de novos fornecedores	236	314	265
Número de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0	0	0
Percentagem de novos fornecedores que foram sujeitos a processos de <i>due diligence</i> para impactes ambientais	0,0%	0,0%	0,0%

GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR Localização

Referente à norma publicada em 2016

416-1 Avaliação dos impactes na saúde e segurança das principais categorias de produtos e serviços

Cap. 5 b) Segurança alimentar e certificações 147

416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços

Cap. 5 b) Segurança alimentar e certificações 147

	2021	2022	2023
Nº de não conformidades com regulamentos que originaram coimas por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
Nº de não conformidades com regulamentos que originaram advertências por parte da entidade reguladora competente	0	0	0
Nº de não conformidades relativamente a códigos voluntários	4	4	3
Nº total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários	4	4	3

Nota 1: As não conformidades relativamente a códigos voluntários foram levantadas nos processos de certificação das lotas, de acordo com a NP EN ISO 22000:2018, e estão relacionadas fundamentalmente com a documentação, pré-requisitos ao nível das infraestruturas, rastreabilidade e descrição de processos.